



P L A N O  
M U N I C I P A L D E  
E D U C A Ç Ã O  
A M B I E N T A L

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL  
PARA UMA CAMPINAS VIVA!**

“O primeiro desafio é o ético, coletivo.

É indispensável que o homem vivencie, sinta que pertence a uma rede de vida e que esta rede se sustenta pela participação de todos.

(...) Nós não somos muitos, nós somos um só.”

Judith Cortesão

2 **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS**

3

4

5

6

7

8

9

10

**JONAS DONIZETE**

11

Prefeito

12

13

**HENRIQUE MAGALHÃES TEIXEIRA**

14

Vice-Prefeito

15

16

**ROGÉRIO MENEZES**

17

Secretário Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

18

19

20

21

22

23

24

25 **PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

26

27

28

29

Campinas, 06 de setembro de 2016

30 **COORDENAÇÃO GERAL**

31

32 **Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

33 Dominique Missio de Faria

34 Sueli Aparecida Thomaziello

35

36

37 **COORDENAÇÃO ADJUNTA**

38

39 **Secretaria Municipal de Educação**

40 Lúcia Helena Pegolo Gama

41 Juliano Pereira de Mello

42

43 **Fundação José Pedro de Oliveira**

44 Augusto de Oliveira Bruno Vieira

45 Cristiano Krepsky

46

47 **Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP**

48 Sandro Tonso

49 Fernando Roberto Martins

50

51 **Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMDEMA**

52 Carlos Alexandre Silva

53 Pia Gerdo Passeto

54

55 **GRUPO TÉCNICO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

56

57 **SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS**

58 Secretaria Municipal de Cultura

59 Secretaria Municipal de Habitação

60 Secretaria Municipal da Saúde

61 Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida

62 Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

63

64 **CONSELHOS**

65 Conselho Gestor da APA Campinas – CONGEAPA

66 Conselho Municipal de Defesa Animal – CMPDA

67 Conselho Municipal de Educação

68 Conselho Municipal de Cultura

69 Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência

70 Conselho Municipal de Saúde

71

72 **SUB-PREFEITURAS MUNICIPAIS**

73 Subprefeitura de Barão Geraldo

74 Subprefeitura de Nova Aparecida

75 Subprefeitura de Sousas

76 Subprefeitura de Joaquim Egídio

77

78 **OUTRAS INSTITUIÇÕES**

79 EMBRAPA

80 Instituto Agrônomo de Campinas – IAC

81 Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC Campinas

82 Universidade São Francisco – USF

83 SANASA - Sociedade de Água e Abastecimento de Campinas

84 Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim

85

- 86 **APOIO**
- 87 Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos
- 88 Secretaria Municipal da Chefia de Gabinete do Prefeito
- 89 Secretaria Municipal da Cidadania, Assistência e Inclusão Social
- 90 Secretaria Municipal da Comunicação
- 91 Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico, Social e Turismo
- 92 Secretaria Municipal de Serviços Públicos
- 93 Secretaria Municipal de Trabalho e Renda
- 94 Secretaria Municipal de Cooperação nos assuntos de Segurança Pública
- 95 NAED NOROESTE
- 96 NAED NORTE
- 97 NAED LESTE
- 98 NAED SUDOESTE
- 99 NAED SUL
- 100 Estagiário da Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (ano de
- 101 2016): Bráulio Fabiano

## 102 **SIGLAS E SIGNIFICADOS**

103

104	CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
105	CEA	Centro de Educação Ambiental
106	CPEA	Coordenadoria Setorial de Projetos e Educação Ambiental
107	COMDEMA	Conselho Municipal de Meio Ambiente
108	CONGEAPA	Conselho Gestor da Área Proteção Ambiental Municipal de Campinas
109	DECOM	Departamento de Comunicação de Campinas
110	DLU	Departamento de Limpeza Urbana
111	DPJ	Departamento de Parques e Jardins
112	EA	Educação Ambiental
113	EGDS	Escola do Governo e Desenvolvimento do Servidor
114	GAUC	Guia de Arborização Urbana de Campinas
115	CTeIA	Coordenadoria Setorial de Tecnologia de Informações Ambientais
116	PMSB	Plano Municipal de Saneamento Básico
117	PMRS	Plano Municipal de Resíduos Sólidos
118	SWOT	Strengths-Weaknesses-Opportunities-Threats
119	GTEA	Grupo Técnico de Educação Ambiental
120	IMG	Indicadores de Metas do Governo
121	LUOS	Lei de Uso e Ocupação do Solo
122	MEC	Ministério da Educação e Cultura
123	NAED	Núcleos Administrativos de Educação
124	PLO	Projeto de Lei Ordinária
125	PMC	Prefeitura Municipal de Campinas
126	PMEA	Plano Municipal de Educação Ambiental
127	PMRH	Plano Municipal de Recursos Hídricos
128	PMV	Plano Municipal do Verde
129	SMDEST	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Social e de Turismo
130	SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
131	SVDS	Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
132	SME	Secretaria Municipal de Educação
133	SMS	Secretaria Municipal de Saúde
134	SEPLAN	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano
135	PNC	Parâmetros Curriculares Nacionais
136	PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
137	PPP	Projeto Político Pedagógico

138	<b>APRESENTAÇÃO</b>	177	universidades, do governo, do terceiro setor e pela
139	O Plano Municipal de Educação Ambiental	178	sociedade, com participação em diversas formas
140	(PMEA) foi construído visando estimular	179	de interação (café mundial, oficinas, rodas de
141	participação da população na construção coletiva	180	conversa, dramatizações, audiências e consultas
142	de projetos e ações a fim de efetivar a implantação	181	pública, site, e-mail, facebook entre outros).
143	da Política Municipal de Educação Ambiental.	182	Assim, o fruto desse trabalho, embasado na
144	Esse processo perpassa pelas várias instâncias	183	Política Municipal de Educação Ambiental, trilhou
145	administrativas envolvidas e, principalmente, visa	184	o caminho do diálogo e da transparência por meio
146	a incorporar e consolidar os anseios e demandas	185	de um profícuo processo.
147	dos diferentes atores sociais do município de	186	Nessa linha, visou-se ampliar o processo de oitiva
148	Campinas no segmento da educação ambiental.	187	da comunidade e primou-se por estratégias que
149	Buscando dar continuidade ao processo que	188	garantiram que esse documento, mais do que um
150	deflagrou a elaboração do Projeto de Lei Municipal	189	testemunho material, adquirisse uma estrutura de
151	de Educação Ambiental (Projeto de Lei Ordinária -	190	alicerce para uma gestão democrática da
152	PLO nº 287/2014), as Secretarias do Verde, Meio	191	Educação Ambiental no município.
153	Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de	192	Por ser um processo fluente, não estático ao
154	Educação da Prefeitura Municipal de Campinas	193	tempo, a construção de um plano de educação
155	trabalharam em conjunto para que a capilaridade,	194	ambiental está em constante movimento. Portanto,
156	a flexibilidade e a continuidade das ações de	195	o convite à participação de todos os atores sociais
157	educação ambiental suplantassem o status de	196	envolvidos em ações de educação ambiental não
158	metas e se tornassem condições intrínsecas desse	197	se cessa com a publicação deste. Pelo contrário,
159	processo.	198	ela se solidifica para que a construção comunitária
160	Para isso, considerou-se importante resgatar o	199	se faça, a cada dia, mais presente e mais ativa,
161	acúmulo de experiências no Município,	200	fortalecendo o crescimento e desenvolvimento
162	potencializando as interlocuções territoriais,	201	constante do processo contínuo de educação
163	visando à construção do coletivo, extrapolando	202	ambiental.
164	para além de ações isoladas e pulverizadas,	203	
165	apoiando a criação de fóruns permanentes,	204	<b>Rogério Menezes</b>
166	construindo indicadores de monitoramento	205	
167	sobretudo, contribuindo para a construção de	206	Secretário Municipal do Verde, Meio Ambiente e
168	perspectivas inovadoras e aprofundadas	207	Desenvolvimento Sustentável
169	educação ambiental na dimensão das questões		
170	sociais e ambientais da região de Campinas.		
171	Com o intuito de atingir o mais diversificado e		
172	amplo número de atores, distribuídos pelos três		
173	segmentos definidos pelo PLO nº 287/2014		
174	(formal, não-formal e informal), esse desafio foi		
175	abraçado por um Grupo Técnico constituído por		
176	diferentes representações da sociedade, de		

## 208 SUMÁRIO

209	<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>0</b>
210	<b>2. DIAGNÓSTICO.....</b>	<b>2</b>
211	2.1 A REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS, O MUNICÍPIO E SUAS REGIÕES.....	3
212	2.1.1 <i>O Município de Campinas.....</i>	5
213	2.2 ORIENTAÇÃO TÉCNICA E CONCEITUAL .....	8
214	2.2.1 <i>Diretrizes do PME A .....</i>	11
215	2.2.2 <i>Princípios Básicos da Educação Ambiental.....</i>	12
216	2.3 CONHECENDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM CAMPINAS .....	13
217	2.3.1 <i>O COEDUCA e sua história no município.....</i>	13
218	2.3.2 <i>Espaços e centros de educação ambiental .....</i>	14
219	2.3.3 <i>As Oficinas do Plano Municipal de Educação Ambiental.....</i>	16
220	2.4 COMPREENDENDO A DINÂMICA INSTITUCIONAL.....	17
221	2.4.1 <i>O Modelo Conceitual para a Condução e Estruturação do PME A .....</i>	17
222	<b>3. JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>31</b>
223	<b>4. OBJETIVO .....</b>	<b>31</b>
224	<b>5. PROGRAMAS E AÇÕES AMBIENTAIS .....</b>	<b>33</b>
225	5.1 ESPAÇOS EDUCADORES.....	35
226	5.1.1 <i>Contexto .....</i>	35
227	5.1.2 <i>Objetivo 1: Sobre a criação de Centros de Educação Ambiental .....</i>	36
228	5.1.3 <i>Objetivo 2: Sobre o reconhecimento e Fortalecimento de Centros de Educação Ambiental</i>	
229	<i>37</i>	
230	5.1.4 <i>Objetivo 3: Sobre o Uso de Estruturas .....</i>	38
231	5.2 FORMAÇÃO DE EDUCADORES.....	39
232	5.2.1 <i>Contexto .....</i>	39
233	5.2.2 <i>Objetivo 1: Sobre o estímulo à formação continuada e/ou complementar.....</i>	43
234	5.2.3 <i>Objetivo 2: Sobre o fortalecimento dos os coletivos educadores ambientais.....</i>	44
235	5.2.4 <i>Objetivo 3: Sobre o estímulo à Ambientalização curricular em todos os níveis de ensino .</i>	45
236	5.3 EDUCOMUNICAÇÃO.....	46
237	5.3.1 <i>Contexto .....</i>	46
238	5.3.2 <i>Objetivo 1: Sobre a Formação em Educomunicação .....</i>	47
239	5.3.3 <i>Objetivo 2: Sobre a garantia de recursos adequados em Centros Municipais de Educação</i>	
240	<i>Ambiental.....</i>	48
241	5.3.4 <i>Objetivo 3: Sobre a realização de eventos.....</i>	48
242	5.4 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO .....	50

243	5.4.1	Contexto .....	50
244	5.4.2	Objetivo 1: Sobre a Rede Campinense de Educação Ambiental .....	55
245	5.4.3	Objetivo 2: Sobre o Mapeamento da Rede Campinense de Educação Ambiental.....	56
246	5.4.4	Objetivo 3: Sobre o Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação	
247		Ambiental.....	57
248	<b>6.</b>	<b>FONTES DE FINANCIAMENTO.....</b>	<b>59</b>
249	<b>7.</b>	<b>DEFINIÇÃO DE HORIZONTE DO PLANEJAMENTO.....</b>	<b>59</b>
250	<b>8.</b>	<b>PERIODICIDADE DE REVISÃO .....</b>	<b>60</b>
251	<b>9.</b>	<b>PROGNÓSTICO .....</b>	<b>60</b>
252	9.1	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E FERRAMENTAS DE CONDUÇÃO DO PMEA .....	61
253	9.2	ARTICULAÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL .....	63
254	9.3	AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA .....	68
255	9.3.1	Avaliação Estratégica com o uso do SWOT .....	68
256	9.3.2	Processo Participativo.....	77
257	9.4	DEFINIÇÃO DE PROGRAMAS E METAS.....	78
258	<b>10.</b>	<b>FORMAS DE ACOMPANHAMENTO E REPORTE DO ANDAMENTO DAS AÇÕES.....</b>	<b>78</b>
259	<b>11.</b>	<b>AÇÕES FINAIS.....</b>	<b>79</b>
260	11.1	CONDICIONANTES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PMEA.....	<b>ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.</b>
261	11.1.1	Equipe .....	80
262	11.1.2	Articulação Institucional .....	80
263	11.1.3	Infraestrutura.....	80
264	<b>12.</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>81</b>
265	<b>13.</b>	<b>ANEXO I .....</b>	<b>86</b>
266	13.1	ANÁLISE SWOT.....	86
267	13.2	O MÉTODO PCDA .....	88
268	13.3	O MÉTODO DESIGN THINKING .....	91
269			
270			

## 271 1. INTRODUÇÃO

272

273 A Política Municipal de Educação Ambiental do município de Campinas, instituída pela Lei  
274 14.961 de 06 de janeiro de 2014, elenca, entre os instrumentos a serem utilizados para a  
275 consecução de seus objetivos, o Plano Municipal de Educação Ambiental (PMEA).

276 Buscando a materialização desse instrumento, em 2014, sob a coordenação geral da  
277 SVDS, foi iniciada a elaboração de uma proposta de PMEa em um processo que contou  
278 com a coordenação adjunta da Secretaria Municipal de Educação, do COMDEMA, da  
279 Fundação José Pedro de Oliveira e da UNICAMP, além da participação de outras  
280 instituições, que constituíram o grupo de trabalho responsável por subsidiar a construção  
281 do Plano, e de munícipes e educadores que trouxeram suas expectativas e experiências  
282 em oficinas e reuniões.

283 Dessa forma, o presente plano foi desenvolvido com o principal objetivo de compreender  
284 como a educação ambiental vem sendo praticada no Município de Campinas, tecer uma  
285 rede que interligue os atores sociais que desenvolvem a educação ambiental no município  
286 e contribua para a construção de um processo contínuo e permanente de educação  
287 ambiental na cidade.

288 Assim, com o auxílio de parceiros e de membros da comunidade, primeiramente, foi  
289 desenhado um documento sistematizador, o qual traduziu uma parte do que representa o  
290 reflexo do contexto atual da educação ambiental do município de Campinas, uma análise  
291 do presente cenário e, posteriormente, quatro programas com ações específicas para  
292 melhor desenvolverem as vivências de educação ambiental com base nos anseios da  
293 população campinense.

294 Dessa forma, o Plano Municipal de Educação Ambiental está organizado em três volumes:

- 295 • VOLUME I: Documento Sistematizador
- 296 • VOLUME II: Plano Municipal de Educação Ambiental
- 297 • VOLUME III: Caderno de Subsídios (contendo o histórico da construção do PMEa)

298

299 Durante a elaboração do presente plano, constatou-se que o mapeamento das atividades  
300 de educação ambiental no município precisa estar em constante atualização visto que se  
301 trata de um processo vivo e dinâmico.

302 Portanto, esse plano vem apresentar um marco de reconhecimento e integração das ações  
303 de educação ambiental, dispersas em uma rede sinérgica no cenário municipal. Ele também

304 orienta a governança municipal sobre seu compromisso com o desenvolvimento das  
305 práticas de educação ambiental no município de Campinas.

306 Por tratar de um objeto dinâmico (educação ambiental), o presente plano tem meta de  
307 vigência de quatro anos, sendo que, no terceiro ano, ele deverá ser revisto e seu texto  
308 deverá ser atualizado.

309 Das variadas formas que assumem as atividades do campo da educação ambiental, o  
310 PMEa considera a chamada Educação Ambiental Crítica (GUIMARÃES, 2000 e  
311 LAYRARGUES & LIMA, 2014), Alternativa (LAYRARGUES, 2002) ou Popular (CARVALHO,  
312 2001) – a nomenclatura adotada difere entre os referidos autores, entretanto, a linha  
313 político-pedagógica que responde ao enfrentamento das questões socioambientais são as  
314 mesmas.

315 Como afirma Mauro Guimarães (2000):

316

317 *“Em uma concepção crítica de Educação, acreditasse [sic] que a transformação da*  
318 *sociedade é causa e consequência (relação dialética) da transformação de cada*  
319 *indivíduo, há uma reciprocidade dos processos no qual propicia a transformação de*  
320 *ambos. Nesta visão, educando e educador são agentes sociais que atuam no processo*  
321 *de transformações sociais; portanto, o ensino é teoria/prática, é práxis. Ensino que se*  
322 *abre para a comunidade com seus problemas sociais e ambientais, sendo estes*  
323 *conteúdos do trabalho pedagógico. Aqui a compreensão e atuação sobre as relações*  
324 *de poder que permeiam a sociedade são priorizados, significando uma Educação*  
325 *política. No exemplo dos operários da indústria poluidora, seria trabalhar estes operários*  
326 *como agentes sociais, incorporando estas questões em suas lutas sindicais e políticas.”*

327

328 Com essa compreensão em mente, este Plano foi desenhado de modo a beneficiar a  
329 prática de uma educação ambiental crítica que produza identificação e significado a todos  
330 que se envolverem com sua proposta.

331 A principal intenção do PMEa é atingir as dimensões da participação, da capilaridade, da  
332 flexibilidade e da continuidade de um processo articulado e democrático de educação  
333 ambiental no Município de Campinas.

334 O horizonte a ser perseguido é fazer do Município de Campinas um terreno fértil onde  
335 frutifique a educação ambiental nos segmentos formal, não formal e informal.

336 Este Plano representa, na Política Municipal de Educação Ambiental – Lei 14.961 de 06 de  
337 janeiro de 2014 –, uma ferramenta para o fortalecimento da educação ambiental no  
338 Município de Campinas.

339 Considerando que o Plano Municipal tem como princípio a melhoria contínua, a qual não  
340 se encerra em si, mas que busca, por meio do monitoramento dos programas,  
341 retroalimentar não apenas as ações, mas seus objetivos e diretrizes, é necessário que,  
342 durante o processo de implantação desse Plano, as informações sejam constantemente  
343 monitoradas e as orientações e ações sejam continuamente revistas como forma de  
344 aprimoramento e manutenção da sua qualidade.

345 Os objetivos, as diretrizes e os princípios apresentados neste documento resultam da  
346 construção e da elaboração da própria política. Dessa forma, população e governança  
347 municipal trabalharão juntos para a sustentabilidade das práticas de educação ambiental  
348 no município de Campinas.

349

350

## 351 **2. DIAGNÓSTICO**

352

353 Partindo do pressuposto de que a Educação Ambiental pode ser desenvolvida em caráter  
354 informal, provavelmente, a história da Educação Ambiental no município de Campinas se  
355 confunde com o caminho de formação do município. Dessa forma, torna-se complicado  
356 mapear a sua origem na cidade das Andorinhas. Entretanto, no começo da construção do  
357 PMEa, quando se deu início ao processo de mapeamento das ações que Campinas  
358 desenvolve nesse segmento, o Grupo Técnico de trabalho se deparou com várias iniciativas  
359 dispersas no município que caracterizaram a busca pela promoção, realização,  
360 reconhecimento e aprimoramento da Educação Ambiental na cidade.

361 Muitas vezes, as iniciativas de Educação Ambiental são feitas por atores sociais voluntários  
362 e/ou por instituições que investem recursos prezando por cuidar do caráter educativo o qual  
363 pode ser considerado a base que sustenta as ações ambientais. Muitas dessas ações foram  
364 desenvolvidas em períodos anteriores à escrita da Política Municipal de Educação  
365 Ambiental e do próprio PMEa. Entre elas, um exemplo que merece destaque é o  
366 COEDUCA (Coletivo Educador de Campinas).

367 Para o mapeamento inicial do cenário da Educação Ambiental em Campinas visando à  
368 estruturação do alicerce que guiará a construção do PMEa, foram desenvolvidas 4 (quatro)

369 oficinas participativas no ano de 2015 e 9 oficinas participativas no ano de 2016 (sendo  
370 uma oficina de oitivas no bairro Vila Costa e Silva e oito oficinas de escrita participativa com  
371 munícipes de toda região). É importante destacar também a realização da oficina  
372 participativa que ocorreu em 2014 a qual orientou os principais objetivos e diretrizes da  
373 política municipal de educação ambiental e, conseqüentemente, o PME.A.

374 Dessa forma, o processo de diagnóstico do PME.A foi desenvolvido buscando estruturar a  
375 base que guiou as estratégias de ação dos programas, projetos e ações que estão  
376 propostos nesse documento.

377 Iniciando o processo de diagnóstico, prezou-se por tecer um embasamento teórico o qual  
378 orientou técnica e conceitualmente o processo e, posteriormente, partiu-se para o  
379 entendimento do programa COEDUCA, que foi um grande marco e referencial de atuação  
380 coletiva da educação ambiental no município de Campinas. Posteriormente a isso, deu-se  
381 início ao mapeamento preliminar dos atores sociais do município devido à percepção da  
382 necessidade de interligar os diversos agentes que atuam em prol da educação ambiental  
383 em Campinas.

384 Por fim, em um processo de diagnóstico mais próximo à população, foram realizadas as  
385 oficinas que possibilitaram a participação de diferentes atores sociais na construção do  
386 PME.A.

387

388

## 389 **2.1 A Região Metropolitana de Campinas, o Município e suas Regiões**

390

391 A Região Metropolitana de Campinas (RMC) é constituída por 20 municípios paulistas.

392 Ela foi criada pela lei complementar estadual 870, de 19 de junho de 2000.

393 De acordo com o Governo do Estado de São Paulo, a região é uma das mais dinâmicas no  
394 cenário econômico brasileiro e representa 1,8% do PIB (Produto interno Bruto) nacional e  
395 7,81% do PIB paulista. Além disso, ela possui uma forte economia e apresenta uma  
396 infraestrutura que proporciona o desenvolvimento de toda a área metropolitana.

397 Conforme a estimativa populacional do IBGE<sup>1</sup>, em 2015, a RMC chegou à marca de 3,09  
398 milhões de habitantes. Isso fez dela a décima maior região metropolitana do Brasil e a

---

<sup>1</sup> <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=350950> – Consultado em Set/2016

399 segunda maior região metropolitana de São Paulo. Ela também apresenta um dos melhores  
 400 Índices de Desenvolvimento Humano entre as regiões metropolitanas do Brasil, segundo  
 401 dados do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

## Ranking - Todas as RMs (2010)

Municipal Estadual Região Metropolitana Unidade de Desenvolvimento Humano ANO 2000 2010

Ordenado pelo IDHM

Faixas de desenvolvimento humano		Posição	Lugares	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
Muito Alto	0,800 - 1,000	1*	São Paulo	0,794	0,812	0,853	0,723
Alto	0,700 - 0,799	2*	Distrito Federal e Entorno	0,792	0,826	0,807	0,701
Médio	0,600 - 0,699	2*	Campinas	0,792	0,798	0,858	0,726
Baixo	0,500 - 0,599	4*	Curitiba	0,783	0,803	0,853	0,701
Muito Baixo	0,000 - 0,499	5*	Vale do Paraíba e Litoral Norte	0,781	0,765	0,851	0,732
		6*	Baixada Santista	0,777	0,775	0,842	0,720
		7*	Belo Horizonte	0,774	0,788	0,849	0,694

402

403 *Figura 1 - Ranking de IDH das Regiões Metropolitanas*

404



405

406 *Figura 2 - Municípios da Região Metropolitana de Campinas*

3

<sup>2</sup> <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking/>

<sup>3</sup> [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_munic%C3%ADpios\\_da\\_Regi%C3%A3o\\_Metropolitana\\_de\\_Campinas#/media/File:Mapa-RMC.svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_munic%C3%ADpios_da_Regi%C3%A3o_Metropolitana_de_Campinas#/media/File:Mapa-RMC.svg)

Municípios da Região Metropolitana de Campinas		
Município	Área (m <sup>2</sup> )	População (2015)
Americana	134.000.000	229.322
Artur Nogueira	178.000.000	50.246
Campinas	796.000.000	1.164.098
Cosmópolis	155.000.000	66.807
Engenheiro Coelho	110.000.000	18.611
Holambra	64.000.000	13.375
Hortolândia	62.000.000	215.819
Indaiatuba	311.000.000	231.033
Itatiba	323.000.000	113.284
Jaguariúna	142.000.000	51.907
Monte Mor	241.000.000	55.409
Morungaba	147.000.000	12.934
Nova Odessa	73.000.000	56.764
Paulínia	139.000.000	97.702
Pedreira	110.000.000	45.579
Santa Bárbara d'Oeste	271.000.000	190.139
Santo Antônio de Posse	154.000.000	22.389
Sumaré	153.000.000	265.955
Valinhos	149.000.000	120.258
Vinhedo	82.000.000	72.550
<b>Total</b>	<b>3.648.000.000</b>	<b>3.094.181</b>

408 *Tabela 1 - Área e População da Região Metropolitana de Campinas<sup>4</sup>*

409

410

411 **2.1.1 O Município de Campinas**

412

413 Campinas é um município brasileiro no interior do estado de São Paulo, Região Sudeste do  
 414 país. Ele ocupa uma área de 795,7 km<sup>2</sup>, sendo que 238,323 km<sup>2</sup> estão em perímetro urbano  
 415 e os 556,11 km<sup>2</sup> restantes constituem a zona rural.

416 Em 2015, sua população foi estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em  
 417 1.164.098 habitantes, sendo o terceiro município mais populoso de São Paulo e o décimo  
 418 quarto de todo o país.

419 Fundada em 14 de julho de 1774, Campinas teve o café e a cana-de-açúcar como  
 420 importantes atividades econômicas. Porém, desde a década de 1930, a indústria e o  
 421 comércio são as principais fontes de renda, sendo considerada um polo industrial regional.  
 422 Além de sua característica comercial, a cidade também possui diversos atrativos turísticos,  
 423 com valor histórico, cultural e/ou científicos, como museus, parques e teatros.

---

<sup>4</sup> Consultado em Agosto/2016 - [https://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o\\_Metropolitana\\_de\\_Campinas](https://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Metropolitana_de_Campinas)

424 **2.1.1.1 Regiões do Município de Campinas**

425

426 Este plano foi elaborado levando em consideração as regiões do Município de Campinas  
427 de acordo com a divisão estabelecida pela Secretaria de Serviços Públicos. Assim, todas  
428 as vezes que este Plano se referir às regiões do município de Campinas, ele estará  
429 adotando a divisão supre citada.

430 Para melhor visualização das regiões, abaixo, segue imagem extraída do portal da  
431 Prefeitura Municipal de Campinas, no ano de 2016, com a representação gráfica dessas  
432 regiões:



433

434 *Figura 3 - Regiões do Município de Campinas (Fonte: Secretaria Municipal de Serviços Públicos)<sup>5</sup>*

435

---

<sup>5</sup> <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/servicos-publicos/regioes/>

## 436 2.1.1.2 Ecologia e meio ambiente

437

438 A maior parte da vegetação original existente na cidade, a Floresta Atlântica, foi devastada  
439 por causa do crescimento urbano (industrial e comercial). Como muitos outros municípios  
440 brasileiros, Campinas também sofre um grande estresse ambiental.

441 Visando a amenizar esse quadro, vários projetos foram e estão sendo realizados e  
442 planejados, como a elaboração dos planos municipais do Verde, de Resíduos Sólidos, de  
443 Recursos Hídricos e de Educação Ambiental, além da construção de corredores ecológicos  
444 e a elaboração do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Campinas.

445 Campinas possui um importante remanescente florestal, a **Mata de Santa Genebra**, Área  
446 de Relevante Interesse Ecológico com 251 hectares, criada em 1985 e regulada pelo  
447 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Prefeitura de Campinas e  
448 Fundação José Pedro de Oliveira. Ela é considerada uma das maiores florestas urbanas  
449 do Brasil.

450 Além dessa área, Campinas apresenta grandes bosques, como, por exemplo, o Bosque  
451 dos Jequitibás, Bosque dos Alemães, Bosque dos Garantãs, Bosque São Jose e Bosque  
452 dos Italianos.

453

### 454 **Em sua flora, predominam espécies como:**

- 455 • Jequitibá-rosa (*Cariniana legalis*);
- 456 • Peroba-rosa (*Aspidosperma polyneuron*);
- 457 • Jatobá (*Hymenaea courbaril*);
- 458 • Jequitibá-branco (*Cariniana estrellensis*);
- 459 • Cedro-rosa (*Cedrela fissilis*);
- 460 • Pau-marfim (*Balfourodendron riedellianum*);
- 461 • Figueiras (*Ficus enormis*, *Ficus glabra* e *Ficus guaranítica*).

462

### 463 **Em sua fauna, predominam:**

- 464 • Tiê-do-mato-grosso (*Habia rubica*);
- 465 • Rendeira (*Manacus manacus*);
- 466 • Tangará (*Chiroxiphia caudata*)
- 467 • Macacos bugio (*Alouatta fusca*);

- 468 • Macacos-prego (*Cebus apella*);
- 469 • Mamíferos gambá-de-orelha-branca (*Didelphis albiventris*);
- 470 • Gambá-de-orelha-preta (*Didelphis marsupialis*)
- 471 • Cuíca-de-cauda-grossa (*Lutreolina crassicaudata*);
- 472 • Catita (*Gracilinanus microtarsus*);
- 473 • Tatu-galinha (*Dasypus novencintus*);
- 474 • Tapiti (*Sylvilagus brasiliensis*);
- 475 • Caxinguelê (*Sciurus ingrami*);
- 476 • Ouriço-cacheiro (*Coendou villosus*);
- 477 • Ratão-do-banhado (*Myocastor coypus*);
- 478 • Capivara (*Hydrochaeris hydrochaeris*);
- 479 • Preá (*Cavea aperea*);
- 480 • Teiú (*Tupinambis merianae*);
- 481 • Cachorro-do-mato (*Cerdocyon thous*);
- 482 • Gato-mourisco (*Felis yagouaroundi*);
- 483 • Mão-pelada (*Procyon cancrivorous*);
- 484 • Furão (*Galictis cuja*);
- 485 • Jararaca (*Bothrops jararaca*);
- 486 • Dormideira (*Dipsas indica*).<sup>6</sup>

487

488

## 489 **2.2 Orientação Técnica e Conceitual**

490

491 Este Plano compõe, junto à Política Municipal de Educação Ambiental – Lei 14.961 de 06  
492 de janeiro de 2015 –, o processo de ações estruturadoras para a Educação Ambiental no  
493 Município de Campinas.

494 Considerando que o Plano Municipal tem como princípio a melhoria contínua, a qual não  
495 se encerra em si, mas que busca, por meio do monitoramento dos programas,  
496 retroalimentar não apenas as ações, mas seus objetivos e diretrizes, é recomendável que,  
497 durante o processo de implantação desse Plano, as informações sejam constantemente

---

<sup>6</sup> <https://pt.wikipedia.org/wiki/Campinas> - Consultado em Agosto/2016

498 monitoradas e as orientações e ações sejam continuamente revistas como forma de  
499 aprimoramento e manutenção da excelência de qualidade.

500 Os objetivos, as diretrizes e os princípios apresentados neste documento resultam da  
501 construção e da elaboração da própria política.

502 Dessa forma, espera-se que juntos, população e governança municipal, possam trabalhar,  
503 ininterruptamente, nesse contexto em direção à sustentabilidade das práticas de educação  
504 ambiental no município de Campinas.

505 As orientações técnicas e conceituais que embasaram a construção do PMEa são frutos  
506 de pesquisas acadêmicas, referências técnicas e legais e vivências regionais englobando  
507 diferentes áreas de conhecimento em interface com a educação ambiental.

508 No processo construtivo do PMEa, foram consultados pedagogos, geógrafos, ecólogos,  
509 educadores ambientais, biólogos, ambientalistas, pessoas ligadas ao poder público, civis,  
510 entre outros. Enfim, o embasamento conceitual pôde tecer suas raízes em diferentes  
511 segmentos com diferentes saberes.

512 Entre as bases teóricas que mais contribuíram para o desenvolvimento do PMEa, merece  
513 destaque a visão da Educação Ambiental como um campo social. Como afirmam  
514 LAYRARGUES e LIMA<sup>7</sup>:

515 *Observando a Educação Ambiental a partir da noção de Campo Social pode-se dizer*  
516 *que ela é composta por uma diversidade de atores e instituições sociais que*  
517 *compartilham um núcleo de valores e normas comuns. Contudo, tais atores também se*  
518 *diferenciam em suas concepções sobre a questão ambiental e nas propostas políticas,*  
519 *pedagógicas e epistemológicas que defendem para abordar os problemas ambientais.*  
520 *Esses diferentes grupos sociais disputam a hegemonia do campo e a possibilidade de*  
521 *orientá-lo de acordo com sua interpretação da realidade e seus interesses que oscilam*  
522 *entre tendências à conservação ou à transformação das relações sociais e das relações*  
523 *que a sociedade mantém com o seu ambiente. Ressalte-se que as tendências à*  
524 *conservação ou à transformação social referidas acima, expressam a representação de*  
525 *uma multiplicidade de posições ao longo de um eixo imaginário polarizado pelas duas*  
526 *tendências, nunca um esquema binário e maniqueísta, que só reduziria a análise.*  
527

528 Nessa reflexão, a ideia de Campo Social agrega à análise da Educação Ambiental os  
529 conceitos de pluralidade, diversidade e de disputa pela definição legítima deste universo e  
530 pelo direito de orientar os rumos de suas práxis.

---

<sup>7</sup> As Macrotendências Político-Pedagógicas da Educação Ambiental Brasileira.  
<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=31730630003>

531 Com essa questão latente em mente, é possível observar que não há como desenvolver a  
532 educação ambiental sem pensar no coletivo – no estudo compartilhado de pensamentos e  
533 ações que embasam o processo de aprendizagem.

534 A educação ambiental que se pretende para Campinas possui uma visão democrática,  
535 participativa, crítica, autônoma e interdisciplinar. Ou seja, no desenvolvimento de uma  
536 atividade, esta não pode ser imposta em sua realização. Ela pode e deve ser construída de  
537 forma coletiva em que os seres sociais dialoguem entre si e enxerguem quais são as  
538 dinâmicas que melhor traduzem a identificação da temática com o contexto local.

539 Como afirma Mauro Guimarães (2000):

540 *O meio ambiente como um tema transversal no currículo escolar (proposto no PCN),*  
541 *tratado de forma articulada entre as diversas áreas do conhecimento, de forma a*  
542 *impregnar toda a prática educativa é um indicativo natural do tratamento interdisciplinar*  
543 *que deve ser dado a questão ambiental. Entendendo que o conhecimento científico é*  
544 *supervalorizado na sociedade ocidental moderna e este, como já foi dito, é por si*  
545 *fragmentado. Esta interpretação da realidade formula uma realidade escolar cristalizada*  
546 *em diferentes áreas de conhecimento. A cultura da separação das áreas de*  
547 *conhecimento, em que cada uma tem seu conteúdo específico sem nenhuma ou quase*  
548 *nenhuma integração entre elas, e mais, a desconsideração de outras formas de*  
549 *conhecimento da realidade (filosófico, religioso, artístico, popular), produz um*  
550 *descolamento, uma grande alienação entre o que se ensina na escola e a realidade na*  
551 *qual ela está inserida, ou pelo menos deveria estar.*  
552 *Sendo assim, a interdisciplinaridade é um processo de construção do conhecimento*  
553 *capaz de superar a visão disciplinar elaborando uma nova interpretação ampliada da*  
554 *realidade; no entanto esta é uma conduta a ser introduzida no cotidiano escolar.*  
555

556 O autor ainda complementa o papel da interdisciplinaridade na compreensão do sujeito  
557 como um agente social neste mundo globalizado:

558

559 *Na vivência de um processo interdisciplinar em sua integralidade, em que novos*  
560 *conhecimentos vão sendo construídos e que novos valores e atitudes podem ser*  
561 *gerados, resultando em práticas sociais diferenciadas; essas possibilidades de*  
562 *transformação são propícias ao processo educativo que objetiva a formação da*  
563 *cidadania, mas uma cidadania que seu exercício seja resultado de práticas críticas e*  
564 *criativas de sujeitos aptos a atuar nessa sociedade mundializada. O atual cidadão*  
565 *necessita desta compreensão de totalidade para se situar e ser eminentemente um*  
566 *agente social neste mundo globalizado e complexificado.*  
567

568 Dessa forma, a educação ambiental deve ser pensada como um terreno fértil onde as  
569 práticas sociais e o cuidado com o meio ambiente predominam sobre os modelos que  
570 adotam uma prática mais unilateral e, muitas vezes, impositiva.

571

572

## 573 **2.2.1 Diretrizes do PME A**

574

575 Como parte do diagnóstico, há alguns embasamentos teóricos que provêm de legislações  
576 e documentos sobre educação ambiental.

577 Entre essas legislações, estão as diretrizes contidas na Política Municipal de Educação  
578 Ambiental, que contribuem para a reflexão sobre como o PME A deve atuar.

579 Abaixo, seguem as diretrizes da Política com algumas complementações que muito  
580 contribuíram para a elaboração do PME A. São elas:

- 581 I. Promover a participação da sociedade nos processos de educação ambiental;
- 582 II. Estimular as parcerias entre os setores público e privado, Terceiro Setor, as  
583 entidades de classe, meios de comunicação e demais segmentos da sociedade em  
584 projetos que promovam a melhoria das condições socioambientais e da qualidade  
585 de vida da população;
- 586 III. Fomentar parcerias com o Terceiro Setor, Institutos de ensino e pesquisa, visando à  
587 produção, divulgação e disponibilização do conhecimento científico e à formulação  
588 de soluções tecnológicas socioambientalmente adequadas às políticas públicas de  
589 Educação Ambiental;
- 590 IV. Promover a inter-relação entre os processos e tecnologias da informação e da  
591 comunicação, e as demais áreas do conhecimento, ampliando as habilidades e  
592 competências, envolvendo as diversas linguagens e formas de expressão para a  
593 construção da cidadania;
- 594 V. Fomentar e viabilizar ações socioeducativas nas Unidades de Conservação,  
595 parques, outras áreas verdes, destinadas à conservação ambiental para diferentes  
596 públicos, respeitando as potencialidades de cada área;
- 597 VI. Promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino de forma transversal,  
598 interdisciplinar e transdisciplinar e o engajamento da sociedade na conservação,  
599 recuperação e melhoria do meio ambiente;
- 600 VII. Propor e oferecer instrumentos para a eficácia e efetividade das Leis municipais que  
601 versam sobre Educação Ambiental;
- 602 VIII. Promover a formação continuada e a instrumentalização de educadores ambientais;
- 603 IX. Facilitar o acesso à informação do inventário dos recursos naturais, tecnológicos,  
604 científicos, educacionais, equipamentos sociais e culturais do Município;

605 X. Desenvolver ações articuladas com cidades integrantes da Região Metropolitana de  
606 Campinas, com os governos estadual e federal, visando equacionar e buscar  
607 soluções de problemas de interesse comum no quesito educação ambiental.

608

609

## 610 **2.2.2 Princípios Básicos da Educação Ambiental**

611

612 Os princípios básicos da educação ambiental para o PMEa também se pautaram na lei  
613 municipal nº 14.961 de 06 de janeiro de 2015.

614 Assim, os princípios que regeram este plano são:

615 I. O enfoque holístico, diplomático e interativo;

616 II. A concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência  
617 entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da  
618 sustentabilidade;

619 III. O pluralismo de ideias e concepções pedagógicas interdisciplinares e  
620 transdisciplinares, que propiciem surgimento de novos paradigmas;

621 IV. A vinculação entre a ética, a educação, o trabalho, as práticas sociais e o meio  
622 ambiente;

623 V. A garantia da continuidade e permanência do processo educativo;

624 VI. A permanente avaliação crítica do processo educativo;

625 VII. Abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e  
626 globais;

627 VIII. O reconhecimento e respeito à pluralidade e à diversidade individual, étnica, social  
628 e cultural.

629

630

631

632

633

634

## 635 **2.3 Conhecendo a Educação Ambiental em Campinas**

636

### 637 **2.3.1 O COEDUCA e sua história no município**

638

639 O **Coletivo Educador Ambiental de Campinas** (COEDUCA) foi um grupo formado por  
640 representantes de várias instituições governamentais, não-governamentais, públicas e  
641 privadas, lideranças comunitárias e munícipes com conhecimentos diversos, que se  
642 dedicou ao processo de formação de Educadores Ambientais no âmbito municipal.

643 Sua principal proposta era formar Coletivos Educadores Ambientais em todo o município,  
644 que formariam outros Coletivos Educadores Ambientais Populares nos seus bairros e  
645 regiões, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população campinense.

646 Ele foi constituído com base nas diretrizes do ProFEA, Programa de Formação de  
647 Educadoras e Educadores Ambientais, e foi implementado pela Diretoria de Educação  
648 Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA).

649 Ele presava por congregar diversas entidades que consideravam possuir uma ação  
650 educativa em termos socioambientais. Entre essas instituições estavam: a UNICAMP, PUC-  
651 Campinas, diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Campinas, CEASA-Campinas,  
652 Fundação José Pedro de Oliveira "Mata de Santa Genebra", SANASA, IAC, CATI, Diretoria  
653 Regional de Ensino Leste e Oeste, Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira, ONG GAIA -  
654 Grupo de Articulação Interdisciplinar à Aprendizagem, Movimento Sonha Barão, IPES -  
655 Instituto de Pesquisas Especiais para a Sociedade, Associação de Proteção Ambiental  
656 Jaguatibaia, além de inúmeros colaboradores desvinculados de instituições.

657 O processo de implantação do COEDUCA foi aprovado pelo Edital FNMA 05/2005, do final  
658 de 2005, e contou com o apoio financeiro do próprio FNMA - Fundo Nacional de Meio  
659 Ambiente, além dos diferentes apoios dos diversos parceiros locais.<sup>8</sup>

660 O COEDUCA atuou, formalmente, em Campinas/SP de 2005 a 2012. Entretanto, até hoje,  
661 membros dos coletivos se reúnem para reviver as experiências que ele proporcionou no  
662 segmento da educação ambiental.

663 Assim, o PMEA também se apresenta como ferramenta de fomento à reunião desse tipo  
664 de coletivo para que se mantenham vivas as ações de educação ambiental social e coletiva.

---

<sup>8</sup> <http://www.culturaambientalnasescolas.com.br/noticia/economia/projeto-coeduca-forma-educadores-ambientais-em-campinas>

## 665 **2.3.2 Espaços e centros de educação ambiental**

666

667 Por meio de pesquisas e buscas por espaços e centros de educação ambiental em  
668 Campinas, desenvolvidas entre os anos de 2014 e 2015, verificou-se que a existência de  
669 locais adequados ao exercício do trabalho de educação ambiental tem caráter de urgência  
670 no município. Não há possibilidade de alcançar resultados significativos sem infraestrutura  
671 adequada.

672 Diversos podem ser esses espaços, desde os mais conhecidos, como as unidades  
673 escolares e centros de saúde, até bases de policiamento, praças e jardins, museus,  
674 bibliotecas, centros culturais etc. O mais importante é que eles sejam estruturados de modo  
675 a viabilizar a prática da educação ambiental com qualidade.

676 As ações ambientais podem acontecer a qualquer momento e em qualquer local, porém,  
677 espaços estruturados e providos de equipamentos, documentação, infraestrutura adequada  
678 e pessoal para a realização dessas proporcionarão condições para o desenvolvimento de  
679 programas, projetos e ações continuadas, além de assegurar uma melhor segurança e  
680 qualidade de infraestrutura para a prática de educação ambiental.

681 Concedidos à população e a agentes multiplicadores, atores da mudança desejada, esses  
682 locais poderão estar inseridos ou próximos a áreas verdes tais como parques, bosques,  
683 adjacências de Áreas de Preservação Permanente (APP) e/ou Unidades de Conservação  
684 (UC).

685 Eles também poderão ser construídos ou instalados em espaços preexistentes e poderão  
686 contemplar, além da temática ambiental, outras demandas da comunidade e instituições,  
687 tendo assim um caráter multiuso, social, servindo desde uma sede para atividades de  
688 grupos culturais como para reuniões das associações de moradores e outros encontros de  
689 cunho socioambiental.

690 Esses espaços, ainda, poderão ser utilizados para campanhas diversas, em apoio a  
691 instituições, tais como castração de animais domésticos, vacinação, prevenção e combate  
692 à dengue etc.

693

694

695 **2.3.2.1 Levantamento de dados sobre espaços e centros de educação**  
696 **ambiental no município**

697

698 Entre os anos de 2014 e 2015, foi iniciado um trabalho de identificação de espaços e centros  
699 de educação ambiental, que já eram destinados para esse fim e também os que seriam  
700 espaços em potencial para o desenvolvimento de atividades de educação ambiental,  
701 incluindo as Unidades de Conservação de Campinas.

702 O objetivo foi qualificá-los a fim de reconhecer ações de reestruturação e adequação  
703 necessárias para que esses espaços funcionassem de forma socialmente equitativa sobre  
704 o território municipal.

705 Nesse primeiro momento, visando uma avaliação qualitativa dos espaços educadores,  
706 contemplou-se também as unidades de saúde porque algumas funcionam como espaços  
707 de suporte a ações, considerando o caráter educador no atendimento ao público quando  
708 se trata de programas, projetos e/ou ações vinculados à saúde ambiental.

709 A Lei Municipal nº 14.961/2015 instrui que a educação ambiental seja executada por  
710 instituições públicas e privadas do sistema de ensino e pesquisa, e órgãos públicos do  
711 Município, envolvendo Conselhos Municipais, entidades do Terceiro Setor, entidades de  
712 classe, meios de comunicação e demais segmentos da sociedade.

713 Assim, como parte de um processo educativo amplo, a Educação Ambiental deverá ser  
714 executada pela contribuição das várias instituições, na forma dessa Lei, incumbindo:

- 715 I. Ao poder público, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e  
716 dos órgãos da administração pública, bem como o engajamento da sociedade nas  
717 questões socioambientais;
- 718 II. Às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada  
719 aos projetos e programas curriculares que desenvolvem;
- 720 III. Aos conselhos municipais, promover um engajamento da sociedade nas ações da  
721 educação ambiental, bem como através das suas deliberações;
- 722 IV. Às empresas e entidades de classe, promover os programas destinados aos  
723 profissionais para incorporar o conceito da sustentabilidade ao ambiente de trabalho,  
724 nos processos produtivos e na logística reversa;
- 725 V. Aos órgãos de comunicação, públicos e privados, promover a educação ambiental  
726 através das diversas mídias.

727

728 Como as práticas de educação ambiental são dinâmicas e, muitas vezes, não são  
729 enraizadas em espaços físicos por muito tempo, faz-se necessária uma constante  
730 atualização do banco de dados de espaços onde ocorre a prática da educação ambiental.  
731 Por isso, mais a frente, será possível verificar que o PMEa enseja suprir essa condicionante  
732 com a disponibilização de uma plataforma virtual que permita a atualização remota  
733 constante dessas informações.

734

735

### 736 **2.3.3 As Oficinas do Plano Municipal de Educação Ambiental**

737

738 Durante o processo de construção do PMEa, houve a preocupação pelo desenvolvimento  
739 de atividades que possibilitassem a participação de todos aqueles que desejassem  
740 contribuir com a escrita do PMEa.

741 O processo participativo é muito difícil de ser alcançado. Entretanto, o GTEa se esforçou  
742 ao máximo para fazer dele um documento o mais coletivo possível.

743 Por meio de reuniões, oficinas, rodas de conversas e oitavas ativas, o PMEa foi sendo  
744 desenhado e tomou a forma que encontramos hoje.

745 Ao todo, foram realizadas 13 (treze) oficinas:

- 746 • 4 (quatro) em 2015 – uma para cada programa;
- 747 • 1 (uma) no primeiro semestre de 2016 – bairro Costa e Silva (Campinas/SP), visando  
748 ouvir a população sobre suas opiniões em relação ao PMEa;
- 749 • 8 (oito) Oficinas de Escrita Participativa do PMEa no segundo semestre de 2016;

750

751 Mais detalhes sobre essas oficinas podem ser encontrados no documento denominado  
752 **Caderno de Subsídios** (VOLUME III do Plano).

753

754

755

756

757

## 758 **2.4 Compreendendo a dinâmica institucional**

759

### 760 **2.4.1 O Modelo Conceitual para a Condução e Estruturação do PME A**

761

762 Para a condução do PME A, foi necessário pensar a estrutura de como se encontra o cenário  
763 no qual ele está inserido. Dessa forma, iniciou-se a reflexão pelas articulações institucionais  
764 chegando ao conceito dos eixos que norteariam a construção do PME A.

765

#### 766 **2.4.1.1 Articulação Institucional**

767

768 No contexto da articulação institucional, na fase de diagnóstico preliminar, observou-se que  
769 o município se encontra em um cenário de urgência na ligação das redes de comunicação  
770 e apoio à educação ambiental.

771 Assim, compreendeu-se que, para o desenvolvimento pleno do PME A, o relacionamento  
772 entre as secretarias municipais, conselhos e outras instituições diretamente envolvidas com  
773 a gestão pública precisa, necessariamente, ser estreitado.

774 Por isso, recomenda-se que haja o reconhecimento da interdependência entre as  
775 secretarias e a internalização do sentimento de pertencimento e horizontalidade de  
776 relações.

777 Caso esse relacionamento não seja efetuado de maneira mais ativa, efetiva e conectada,  
778 não é possível o desenvolvimento de programas, projetos e ações integradas que envolvam  
779 diferentes esferas de interesses em educação ambiental.

780

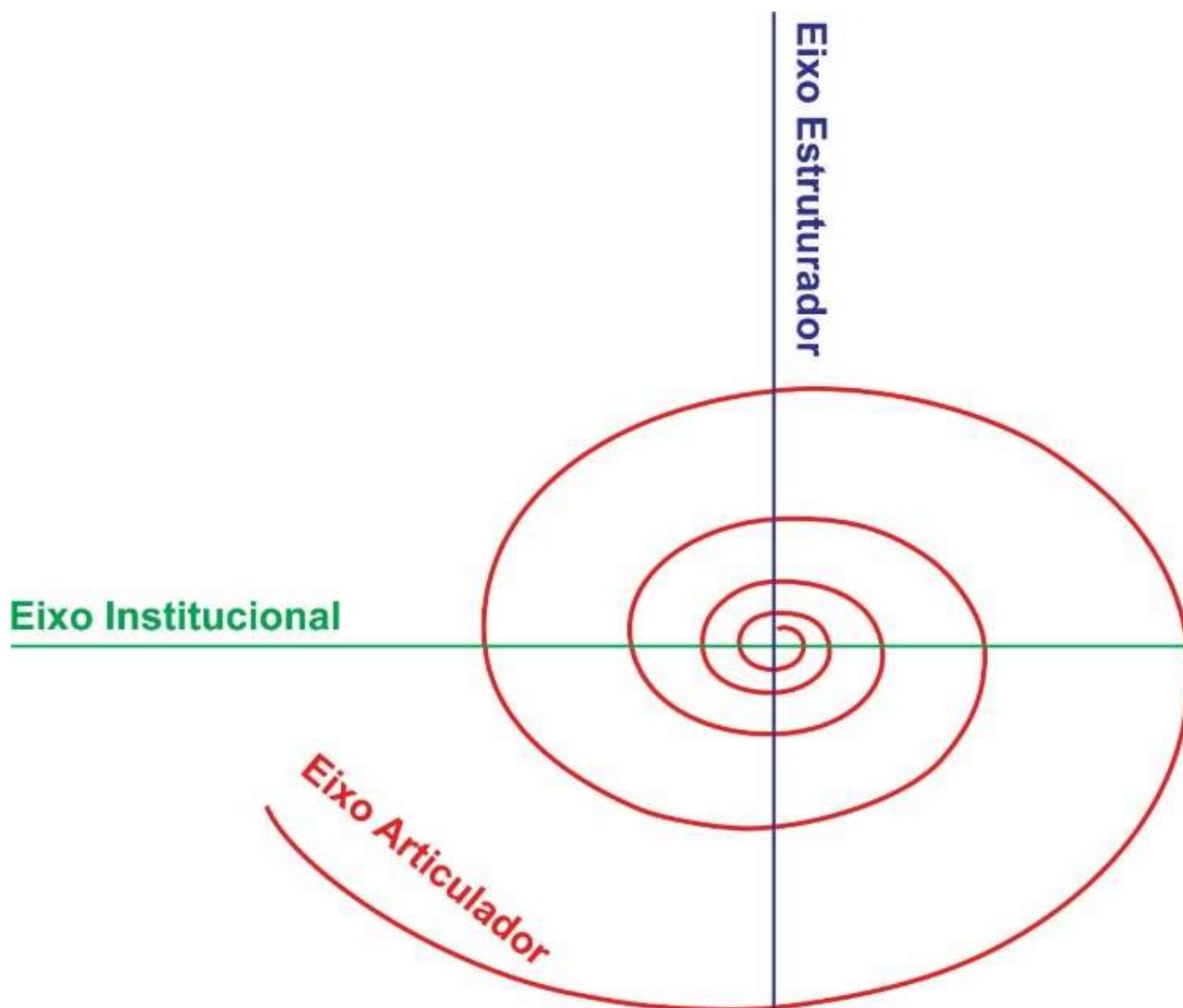
781

#### 782 **2.4.1.2 Eixos de orientação**

783

784 O arcabouço conceitual desse Plano Municipal se apoiou em 3 principais eixos de  
785 orientação – o **institucional**, o **estruturador** e o **articulador**.

786 Representando graficamente, as imagens que melhor traduzem a dinâmica dos três eixos  
787 se apresentam a seguir:



789

790 *Figura 4 - Eixos de orientação do PME A (2D)*

791



792

793 *Figura 5 - Eixos de orientação do PME A (3D – visão frontal)*

794

795 O primeiro dos eixos é o **Eixo Institucional**. Ele está consistente na base a fim de favorecer  
796 a articulação político-institucional, financeira e material necessária à implantação e  
797 execução do PME A.

798 Nesse eixo (por princípio, horizontal), sustenta-se o que é necessário para que a educação  
799 ambiental se consolide, seja pelo comprometimento inter e intrainstitucional, pela  
800 identificação de fontes de recursos e sua disponibilização, pelas parcerias estabelecidas,  
801 potenciais e futuras, e pela estruturação dos espaços e centros de educação ambiental que  
802 proporcionam o atendimento físico para tais ações.

803 Sua posição horizontal demonstra a potencialidade em se tornar mais espessa e sólida a  
804 cada processo concluído.

805

806 O **Eixo Estruturador**, por sua vez, indica o universo de atores sociais que estão e/ou serão  
807 incorporados no processo, seja por meio da educação formal, não formal ou informal,  
808 jovens, crianças e/ou adultos, homens e/ou mulheres.

809 Sua posição vertical indica uma condição para o crescimento, somando continuamente  
810 cidadãos ao processo.

811 Por princípio, rejeita-se a perspectiva hierárquica de atores sociais, assim como o da  
812 segregação entre os diferentes grupos envolvidos.

813

814 Por fim, o **Eixo Articulador**, que compreende, por meio dos programas, projetos e/ou  
815 ações, todas as estratégias que dão corpo e movimento à educação ambiental do Município  
816 de Campinas.

817 Sua forma em espiral indica que ele envolve todos os atores sociais compreendidos no eixo  
818 estrutural, e pressupõe que a continuidade de todo o processo depende da base oferecida  
819 pelo eixo institucional.

820

821

### 822 **2.4.1.3 Eixo Institucional**

823

824 Conforme ressaltado no Documento Orientador do PME A, o bom desempenho do Plano  
825 Municipal de Educação Ambiental depende de uma base que ofereça o suporte político,  
826 institucional, financeiro e mecanismos para envolver os diversos segmentos da sociedade  
827 em todo o processo que abranja a educação ambiental municipal. Dessa forma, o Eixo  
828 Institucional deve ser suficientemente resistente para suportar o Eixo Estruturador e fazer  
829 circular sobre ele o Eixo Articulador.

830 No primeiro momento de implantação do PME A, faz-se necessário o fortalecimento da  
831 articulação política e institucional. Por isso, recomenda-se que se trabalhe três contextos:

- 832 • Relacionamento Institucional;
- 833 • Fontes de financiamento e equipe;
- 834 • Espaços físicos de atuação (Espaços e Centros de Educação Ambiental).

835

836 Entende-se que são esses contextos que, se bem estruturados, poderão fornecer  
837 condições adequadas ao desempenho de bom êxito da educação ambiental no município  
838 de Campinas.

839 Dessa forma, o primeiro momento de aplicação do PMEa focará na estruturação da matéria  
840 sólida do eixo institucional, o qual é o alicerce para que os programas, projetos e ações  
841 aflorem.

842 O objetivo principal de implantação do PMEa é dividir sua execução, temporalmente, em  
843 três momentos:

- 844 • Momento 1: reconhecimento e fortalecimento do Eixo Institucional, por meio da  
845 criação de uma plataforma virtual de mapeamento e integração de atores;
- 846 • Momento 2: implantação de ações para cumprimento de metas do PMEa;
- 847 • Momento 3: análise das ações e revisão do PMEa para nova implantação.

848 Assim, como estratégia de ação, sugeriu-se o quadro a seguir para o Eixo institucional  
849 (primeiro momento: (re)conhecimento dos cenários e aplicação do PMEa):

850

851

#### 852 **2.4.1.4 Eixo Estruturador**

853

854 Capilarizar a educação ambiental é uma das principais e mais importantes metas da Política  
855 Municipal de Educação Ambiental e, conseqüentemente, do PMEa.

856 Essa meta enseja que cada indivíduo e a coletividade, em qualquer parte do território do  
857 Município de Campinas, possa ser capaz de construir valores sociais, conhecimentos,  
858 habilidades, atitudes e competências voltadas à conservação do meio ambiente. Dessa  
859 forma, é imprescindível que os programas, projetos e ações estejam ou sejam legitimados  
860 pela comunidade envolvida, visando o bem comum e a melhoria da qualidade de vida.

861 Assim como indica a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), a educação  
862 ambiental deve estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do  
863 processo educativo, seja em caráter formal, não formal e informal.

864 Remetendo, novamente, à Lei Municipal 14.961 de 06/01/2015, entende-se por segmentos  
865 de atuação da educação ambiental as esferas de ensino **formal, não formal e informal**.

866

867

#### 868 **2.4.1.4.1 Educação ambiental no ensino formal**

869

870 Entende-se por educação ambiental no ensino formal a desenvolvida no âmbito dos  
871 currículos das instituições escolares públicas e privadas, englobando:

872 I. Educação Básica:

873 a. Educação Infantil

874 b. Ensino Fundamental

875 II. Ensino Médio

876 III. Educação de Jovens e Adultos

877 IV. Educação Especial

878 V. Educação para as populações tradicionais

879 VI. Educação Profissional e Tecnológica

880 VII. Educação Superior:

881 a. Graduação

882 b. Pós-graduação

883 c. Extensão e/ou Especialização

884

885

#### 886 **2.4.1.4.2 Educação ambiental não formal**

887

888 De acordo com a PNEA, no desenvolvimento da educação ambiental não formal e na sua  
889 organização, o poder público, em âmbito municipal, incentivará:

890 I. A difusão, através dos meios de comunicação, de programas educativos e das  
891 informações acerca dos temas relacionados ao meio ambiente.

892 II. A participação das escolas, universidades, instituições de pesquisa, organizações  
893 governamentais e não governamentais na formulação e execução de programas e  
894 atividades da Educação Ambiental não formal.

895 III. A participação das empresas públicas e privadas no desenvolvimento dos  
896 programas de Educação Ambiental em parceria com escolas, universidades,  
897 instituições de pesquisa, organizações governamentais e não governamentais, as  
898 cooperativas e associações legalmente constituídas.

899 IV. O trabalho de sensibilização junto à população.

900 V. A participação das empresas privadas no desenvolvimento de ações, projetos e  
901 programas internos de educação ambiental, de forma a promover entre os seus  
902 funcionários diretos, indiretos e demais colaboradores, práticas adequadas à  
903 sustentabilidade.

904

905

#### 906 **2.4.1.4.3 Educação ambiental informal**

907

908 A educação informal ocorre de forma espontânea na vida cotidiana por meio de conversas  
909 e vivências com familiares, amigos, colegas, interlocutores ocasionais e/ou da mídia. Tais  
910 experiências e vivências acontecem inclusive em espaços institucionalizados, formais e não  
911 formais, e a apreensão se dá de forma individualizada, podendo ser posteriormente  
912 socializada.

913 Educação informal pode ocorrer, por exemplo, quando um pescador ensina ao filho trançar  
914 uma rede; isso não ocorre de forma homogênea e sistemática num território, o que torna  
915 difícil (se não impossível) identificar, quantificar, qualificar e mapear tais ações. Decorre  
916 desse processo um alto grau de subjetividade, pois não se pode “institucionalizar” esse tipo  
917 de evento.

918 Uma das formas de potencializar esse processo é oferecendo espaços públicos de vivência,  
919 favorecendo aos multiplicadores o empoderamento a fim de potencializar tais vivências e  
920 oferecendo a oportunidade da experimentação da prática de educação ambiental.

921

922

#### 923 **2.4.1.5 Eixo Articulador**

924

925 Considerando que os dois primeiros Eixos (Institucional e Estruturador) fornecem as bases  
926 necessárias para favorecer e promover estratégias, meios e atores no processo, o terceiro  
927 eixo tem a função de efetivar e consolidar as ações de educação ambiental, na perspectiva  
928 de ser retroalimentado constantemente.

929 Assim, espera-se que esse Eixo seja:

930 I. Contínuo;

- 931 II. Capilar;
- 932 III. Democrático;
- 933 IV. Transparente;
- 934 V. Flexível;
- 935 VI. Inovador;
- 936 VII. Monitorável;
- 937 VIII. Coletivo;
- 938 IX. Participativo.

939

940 A Lei Municipal 14.961 de 06/01/2015 considerou como linhas de atuação inter-  
941 relacionadas da educação formal e não formal:

- 942 I. Formação permanente e continuada dos recursos humanos;
- 943 II. Desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações;
- 944 III. Produção de material educativo;
- 945 IV. Acompanhamento e avaliação;
- 946 V. Desenvolvimento de Projeto Interdisciplinar e transdisciplinar de Educação  
947 Ambiental, com a anuência do corpo docente, coordenação e direção e deverá estar  
948 à disposição de todo munícipe que solicite vista.

949

950 Essa lei também indica, para a consecução da Política Municipal de Educação Ambiental,  
951 utilizar os seguintes instrumentos de gestão:

- 952 I. Acompanhamento e avaliação, por meio de indicadores;
- 953 II. Desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações;
- 954 III. Inventário e diagnóstico das ações;
- 955 IV. Produção e divulgação do material educativo;
- 956 V. Mecanismos de incentivos;
- 957 VI. Fontes de financiamento;
- 958 VII. Parcerias;
- 959 VIII. Capacitação de recursos humanos;

960

961 Por último, para a construção desse Eixo, a referida lei abrange que os planos, programas,  
962 projetos e ações devam identificar os problemas ambientais do município em relação a:

- 963 I. Áreas verdes, próprios públicos, inclusive nas escolas e na região;

- 964 II. Conhecimento e combate à poluição em todas as suas formas (ar, solo, água,  
965 eletromagnética, visual e sonora);
- 966 III. Adensamento populacional na região;
- 967 IV. Grau de inclusão e exclusão social;
- 968 V. Saneamento básico na escola e na região;
- 969 VI. Trânsito e transporte público na região;
- 970 VII. Proteção dos bens ambientais e construídos (solo, subsolo, fauna, flora, ar, água,  
971 edifícios históricos);
- 972 VIII. Políticas de urbanização da cidade e da região;
- 973 IX. Conhecer as ações ambientais previstas no Plano Diretor e as principais normas  
974 sobre o meio ambiente em todas as suas formas;
- 975 X. Avaliar ações ambientais propostas pelos movimentos em defesa do meio ambiente,  
976 em especial as previstas na Agenda 21;
- 977 XI. Ações relacionadas à gestão de resíduos;
- 978 XII. Proteção das águas e medidas para o combate à escassez hídrica;
- 979 XIII. Sensibilização aos modelos de consumo e padrão civilizatório da sociedade;
- 980 XIV. Outras questões ou fatores socioambientais.

981

982 Assim, conclui-se que os Programas, Projetos e Ações incorporados ao PME A devem  
983 admitir esse orbe de considerações contidas na Lei Municipal 14.961 de 06/01/2015 além  
984 de outras que surgiram durante o processo de participação promovido na elaboração do  
985 PME A.

986

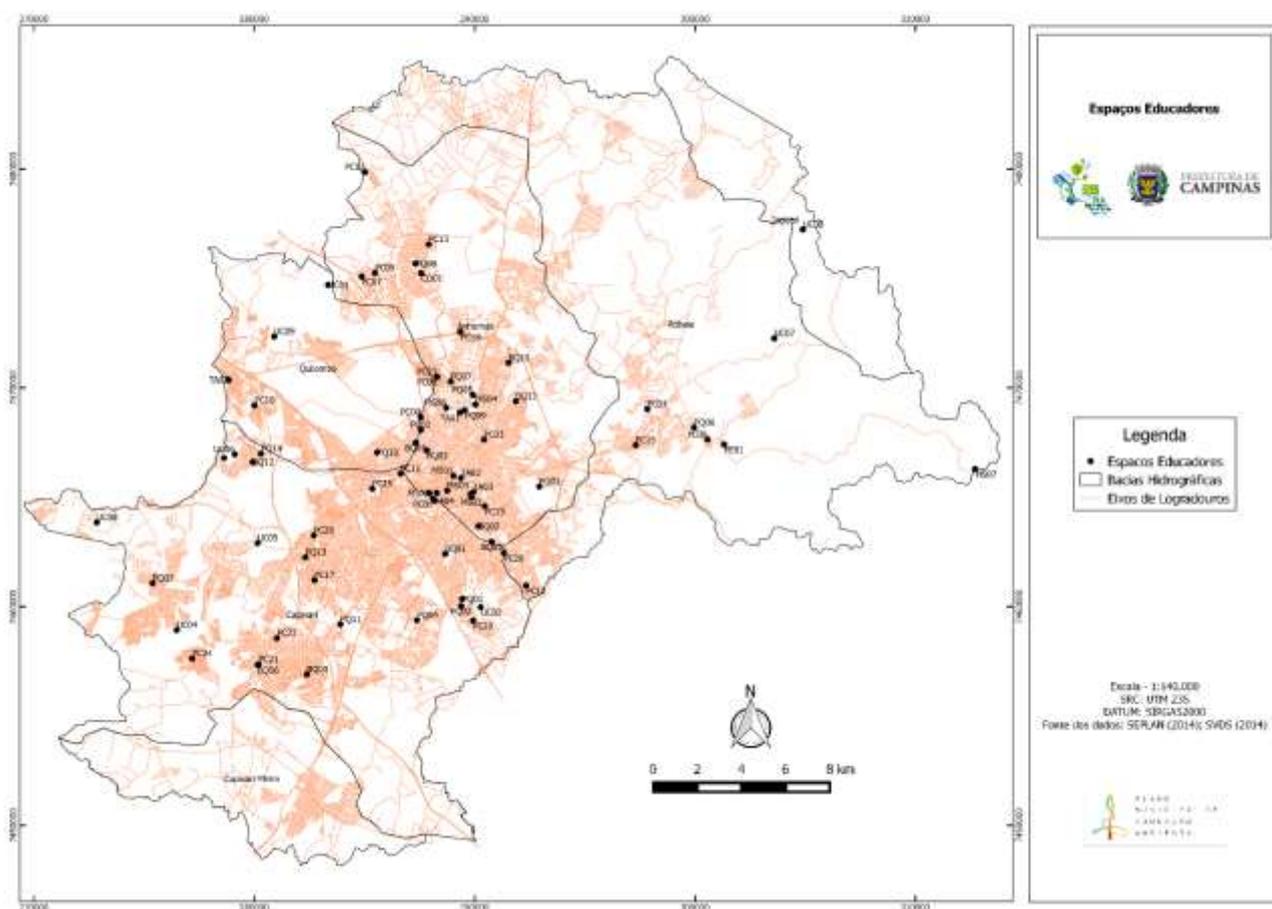
987 A fim de realizar o processo de reconhecimento das interações sociais e dos principais  
988 atores do processo, optou-se por iniciar as leituras com as comunidades das unidades  
989 escolares (municipal, estadual e particular), unidades de saúde e espaços culturais. Para  
990 isso, foram priorizadas, em um primeiro momento, as unidades que já desenvolviam  
991 atividades de educação ambiental, com o objetivo de atingir toda a rede que será  
992 futuramente mapeada quando da aplicação do PME A.

993 Assim, foram identificados e georeferenciadas algumas unidades citadas. Para cada  
994 unidade, foi criado um código, com o objetivo de qualificações posteriores.

995 Essa dinâmica servirá como modelo para o mapeamento dos atores sociais e dos  
996 espaços/centros de educação ambiental do município de Campinas.

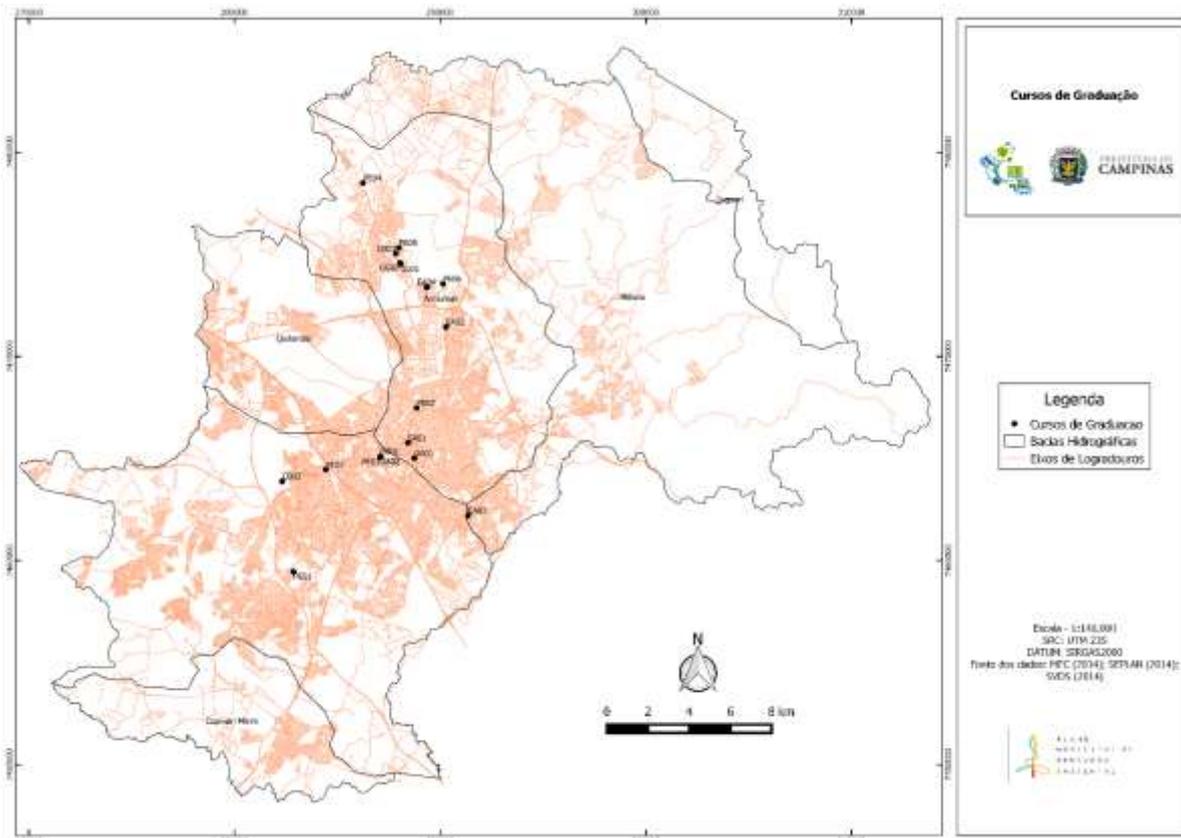
997 Como exemplos, é possível observar os espaços georeferenciados a seguir:

998



999

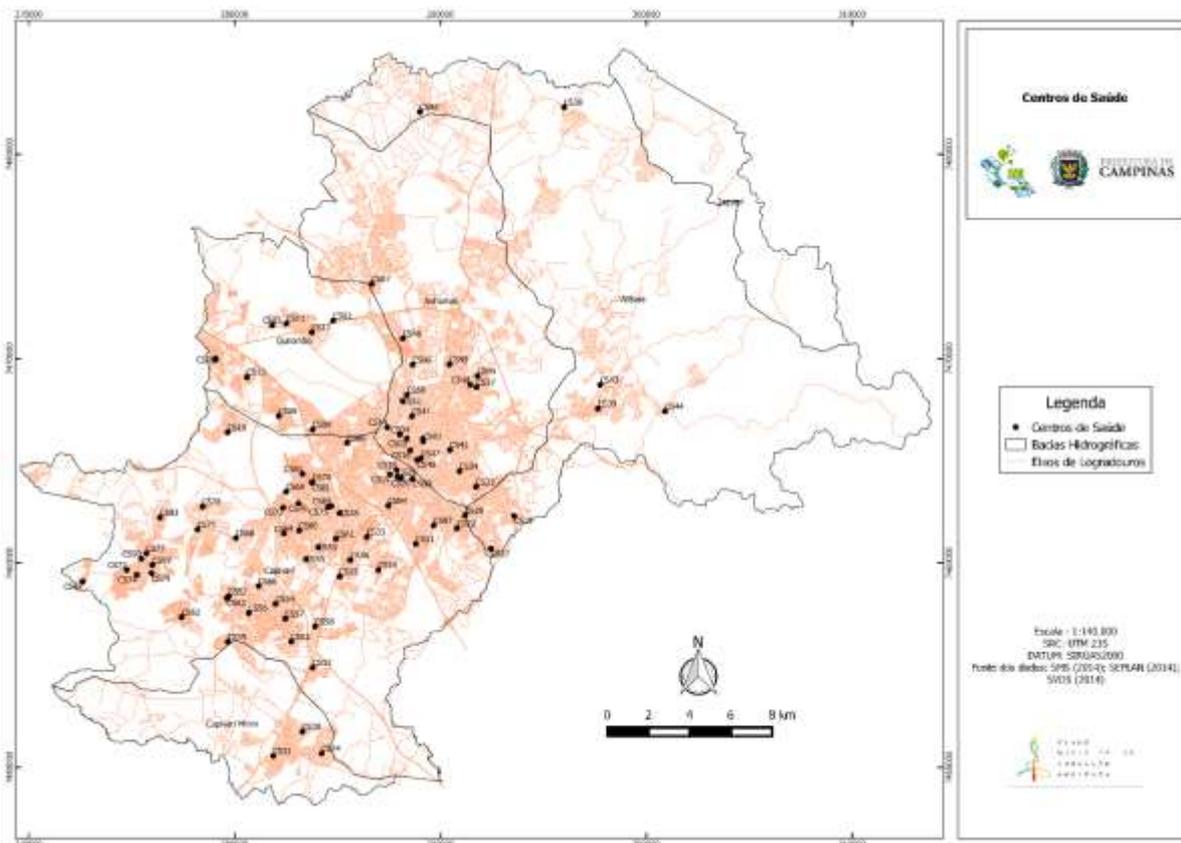
1000 *Figura 6 – Espaços culturais e educadores que possuem interfaces com Educação Ambiental*



1001

1002 *Figura 7 – Cursos de graduação que possuem interfaces com Educação Ambiental*

1003



1004

1005 *Figura 8 – Unidades de saúde de atendimento da rede municipal*

1006

1007 Paralelamente ao georeferenciamento, um questionário direcionado às unidades de ensino  
1008 ficou postado no site da SME, tendo alguns resultados obtidos nessa primeira interação  
1009 com as escolas municipais.

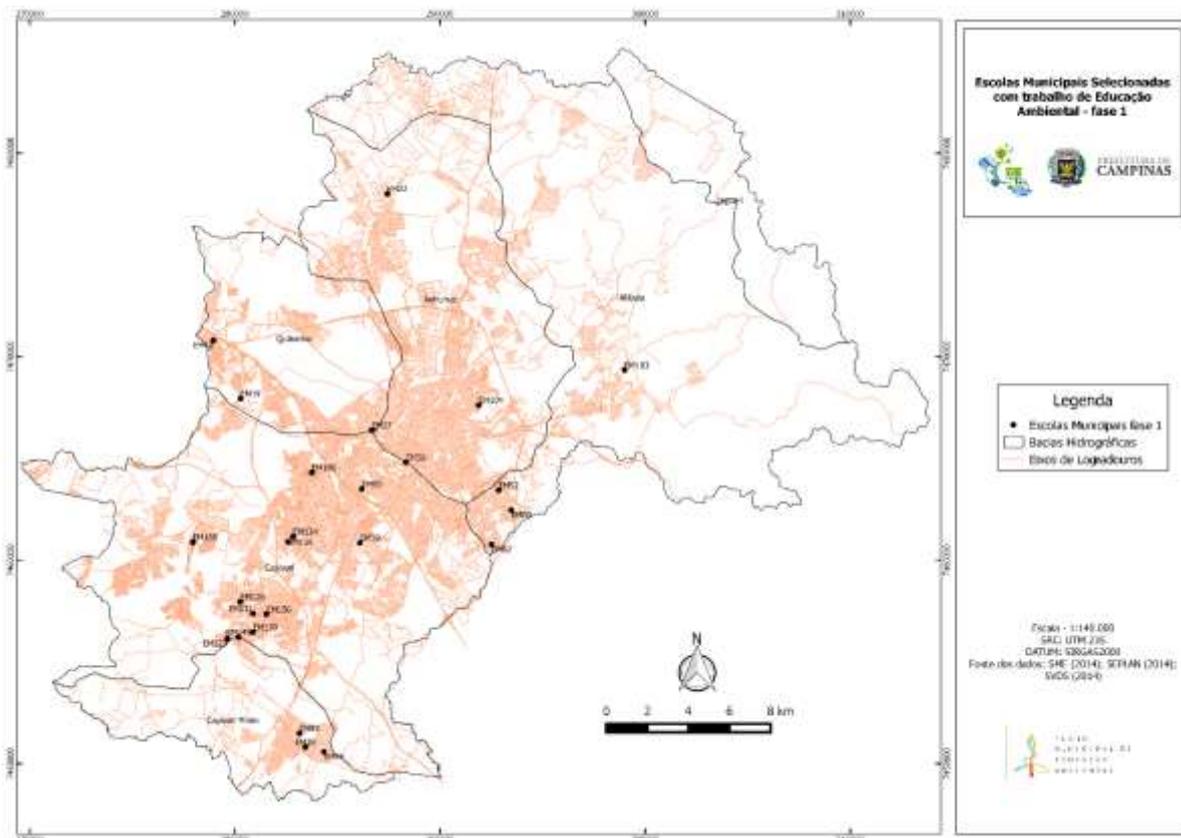
1010 Além das entrevistas, outras estratégias foram sugeridas para serem utilizadas nesse  
1011 processo, tais como:

- 1012 • Interações sociais
  - 1013 ○ Entrevistas, diálogos, discussões em grupo, grupos focais, debates
  - 1014 problematizadores (maiêutica), emissões de juízo em grupo (consenso e
  - 1015 dissenso e desdobramentos);
- 1016 • Atores e papéis
  - 1017 ○ Simulação de situações, representação de papéis, dramatizações;
- 1018 • Mensagens escritas em múltiplas linguagens
  - 1019 ○ Cinema, vídeo, teatro, Internet, multimídia e hipermídia;
- 1020 • Leituras e discursos
  - 1021 ○ Exposições orais, leitura de textos e observação de situações, reflexão
  - 1022 introspectiva individual, emissão individual de juízos e redação de textos.

1023

1024 Uma primeira triagem para dar início aos trabalhos na rede de ensino municipal foi feita e  
1025 isso permitiu o mapeamento e a qualificação piloto de algumas unidades educacionais.

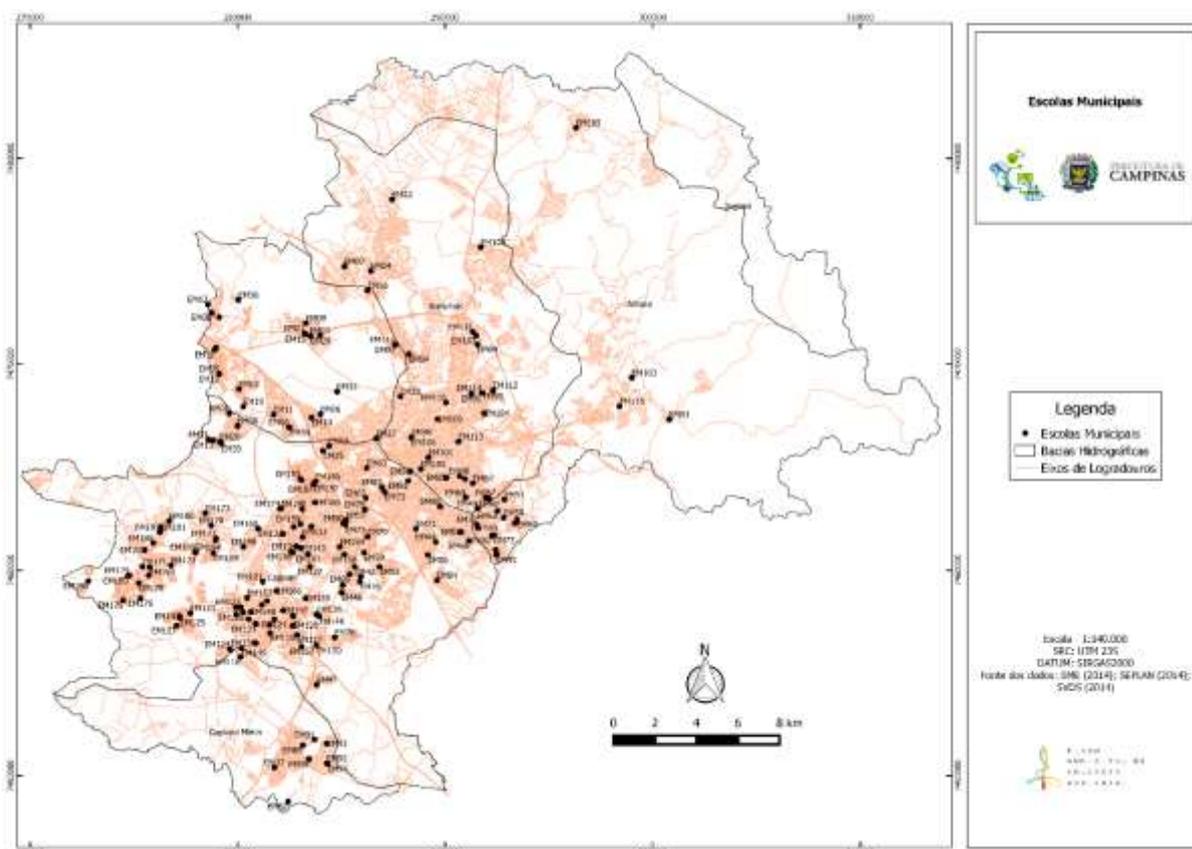
1026



1027

1028  
1029

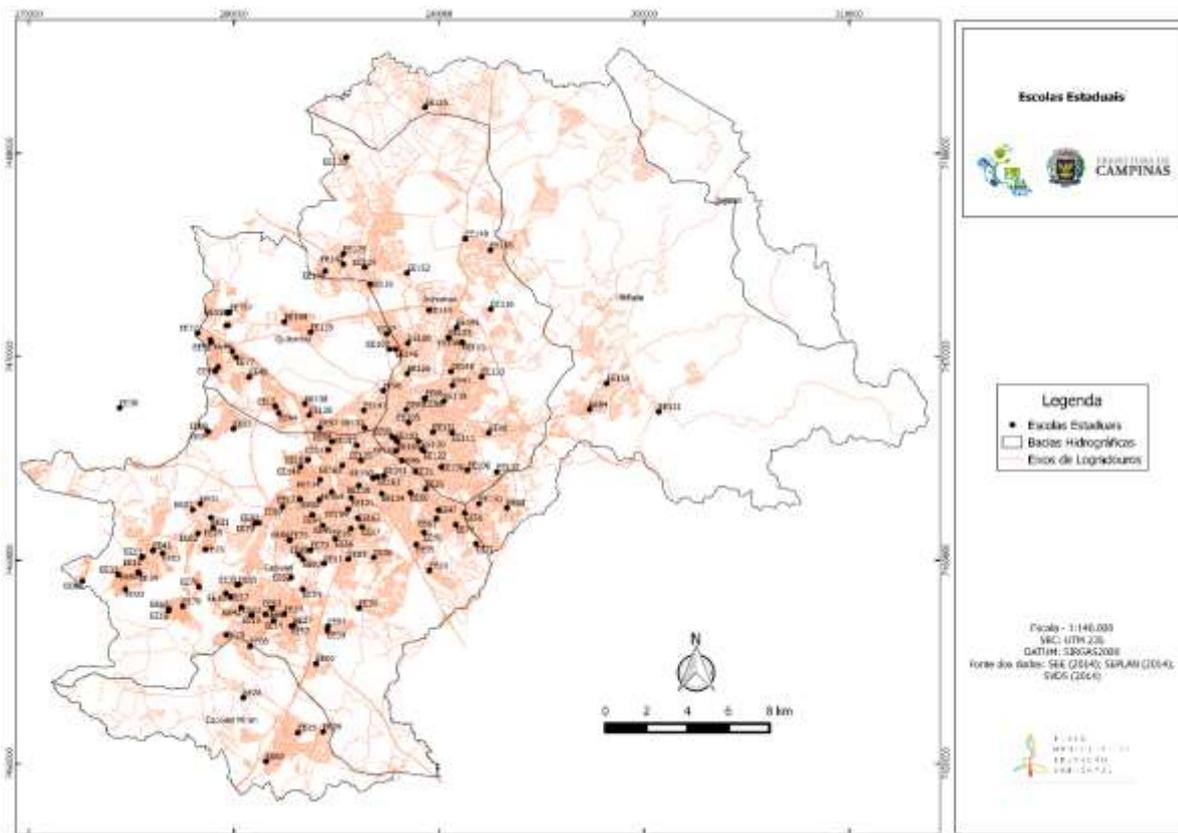
Figura 9 – Unidades de ensino da rede municipal selecionadas para a primeira fase do processo de participação.



1030

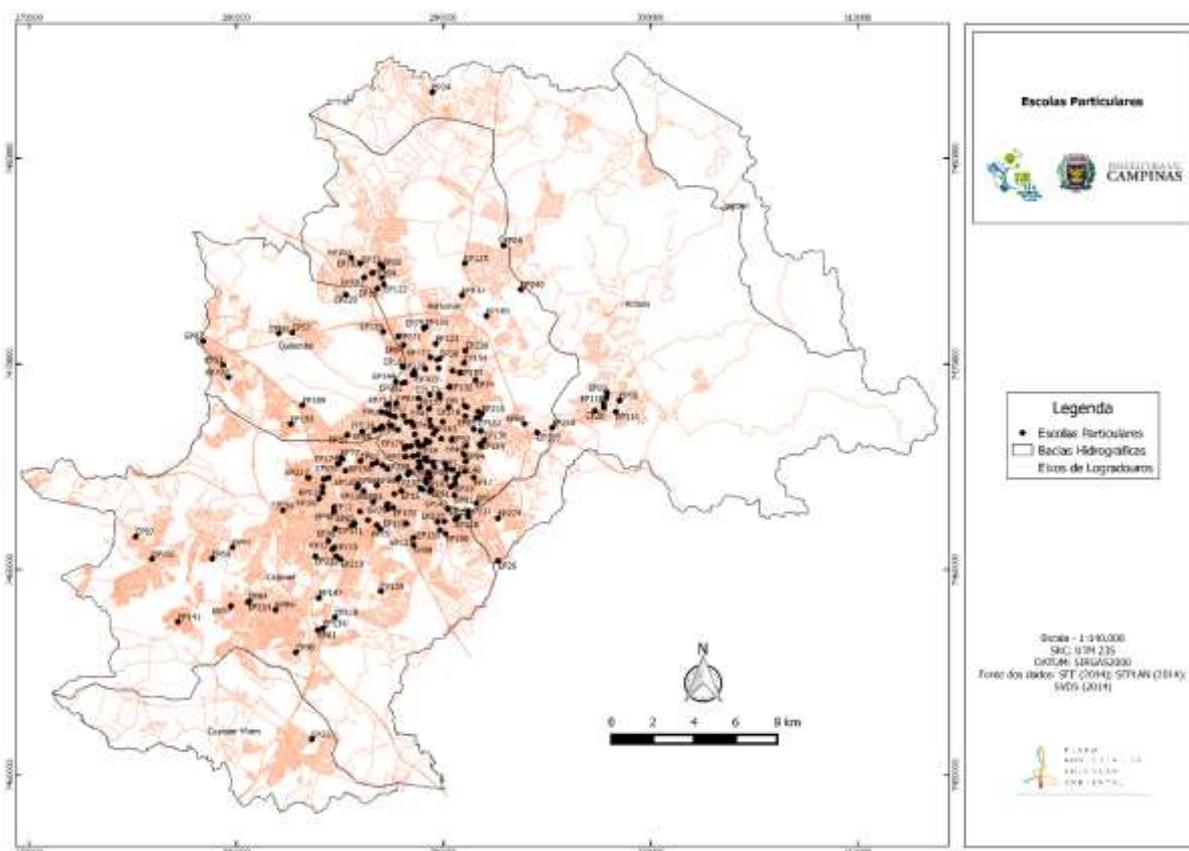
1031

Figura 10 – Unidades de ensino da rede Municipal



1032

1033 *Figura 11 – Unidades de ensino da rede estadual*



1034

1035 *Figura 12 – Unidades de ensino da rede particular*

1036

1037 Além disso, um questionário para preenchimento online ficou no sítio da Secretaria  
1038 Municipal da Educação e no site da SVDS de 2015 a fev/2016 para que o coletivo das  
1039 unidades de ensino municipal pudesse participar e auxiliar na compreensão do cenário de  
1040 como se desenvolve a educação ambiental na rede de ensino municipal. Dessa forma, a  
1041 dinâmica de mapeamento e qualificação dos atores sociais e espaços educadores  
1042 ambientais serviram de alicerce para a escrita das metas dos programas desse PME.A.

1043

1044

### 1045 **3. JUSTIFICATIVA**

1046

1047 Durante o processo de mapeamento preliminar, reconheceu-se que, no município de  
1048 Campinas, há muitas ações de educação ambiental dispersas no território. Essas ações  
1049 são realizadas por um grande número de diferentes atores sociais e se encontram  
1050 espalhadas. Assim, sentiu-se a necessidade de realizar um mapeamento e a integração  
1051 desses atores e ações para que fosse possível construir a Grande Rede Campinense de  
1052 Educação Ambiental, cenário em que os atores sociais pudessem estabelecer contato entre  
1053 si e a educação ambiental pudesse receber o apoio que precisa para crescer a cada dia.

1054 Dessa forma, a elaboração do presente plano se justifica pela necessidade de articular e  
1055 fortalecer os processos de educação ambiental. Além disso, visa a auxiliar no fortalecimento  
1056 das políticas públicas municipais de educação ambiental.

1057

1058

### 1059 **4. OBJETIVO**

1060

1061 Conforme será possível observar no Documento Sistematizador e no Caderno de Subsídios  
1062 do PME.A, os atores sociais ligados à educação ambiental são muitos, mas, encontram-se  
1063 dispersos. O principal objetivo desse plano é, portanto, fazê-los se reconhecerem e uni-los  
1064 no universo da **Rede Campinense de Educação Ambiental**.

1065



Figura 13 - Armandinho

Com a criação dessa rede, pretende-se concretizar os objetivos a seguir:

- I. Promover e apoiar processos contínuos de formação de Educadores Ambientais;
- II. Promover o papel educador de estruturas e espaços no município de Campinas, nos quais ou a partir dos quais se desenvolvam projetos e ações voltados à reflexão sobre a relação estabelecida com o meio ambiente em que se vive e sobre como essa relação afeta a qualidade de vida e a capacidade de manutenção e recuperação da qualidade ambiental;
- III. Fortalecer os processos de Educomunicação;
- IV. Fortalecer a atuação de Coletivos Educadores Ambientais no município;
- V. Fortalecer e apoiar o desenvolvimento de projetos e ações construídos de forma coletiva e participativa, permanente e responsável;
- VI. Estimular o desenvolvimento da educação ambiental crítica no município;
- VII. Estimular a cooperação entre o município, a Região Metropolitana de Campinas e os Comitês das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá;
- VIII. Estimular a promoção do cuidado com toda espécie de vida;
- IX. Apoiar o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos, a solidariedade e a cultura de paz como fundamentos para o futuro da humanidade, assim como a construção de uma visão holística sobre a temática ambiental;
- X. Possibilitar o registro de atividades de educação ambiental realizadas na cidade;
- XI. Subsidiar processos de avaliação dos programas, projetos e ações de Educação Ambiental realizados em Campinas;
- XII. Criar e fomentar a perpetuidade, de forma contínua e coletiva, da Rede Campinense de Educação Ambiental;

9 <http://tirasarmandinho.tumblr.com/post/109203386834/tirinha-original> (Consultado em 12/08/2016)

1091 XIII. Atuar em conjunto com os mecanismos municipais que dialoguem com a educação  
1092 ambiental.

1093

1094

## 1095 **5. PROGRAMAS E AÇÕES AMBIENTAIS**

1096

1097 Conforme será possível observar no Caderno de Subsídios desse PME A, o GTEA, em  
1098 reunião participativa, definiu 4 (quatro) programas para guiarem a implantação do PME A.

1099 Foram eles:

- 1100 • **Espaços Educadores;**
- 1101 • **Formação de Educadores;**
- 1102 • **Educomunicação;**
- 1103 • **Monitoramento e Avaliação.**

1104

1105 Após reunião do GTEA, também ficou acordado que os programas seguiriam a estrutura  
1106 abaixo:

- 1107 • **CONTEXTO**

1108 Visa promover uma reflexão de como o GTEA compreende o cenário atual referente  
1109 ao programa no município.

- 1110 • **OBJETIVOS**

1111 Estabelece os objetivos para a efetividade do PME A.

- 1112 ○ **METAS**

1113 Nesse tópico, serão listadas as metas a serem atingidas. Norteadas pelos  
1114 atores sociais e pelas linhas de ação, os resultados esperados receberão  
1115 ferramentas necessárias para serem executados. As metas do PME A  
1116 apresentarão:

- 1117 ▪ **Ações**

1118 Este tópico lista as ações sugeridas para que se atinja a meta  
1119 estipulada. Na definição das linhas de ação a seguir e ao delinear o  
1120 projeto de educação ambiental que se pretende desenvolver, o plano

1121 seguiu e intende continuar seguindo o modelo PDCA (vide ANEXO I)  
1122 de organização.

1123 ▪ **Potenciais executores**

1124 Este tópico lista os atores que poderão operar de forma conjunta para  
1125 a execução das metas. Esses executores serão agentes do poder  
1126 público municipal que almejam atuar em conjunto, podendo contar com  
1127 a participação de instituições, grupos sociais e/ou agentes sociais,  
1128 públicos ou privados, entre outros, que participarão das ações  
1129 propostas pelos programas.

1130 Como afirma Tonso e Luz (2015):

1131 *Pensamento ambiental é complexo, interdisciplinar, de múltiplos*  
1132 *saberes e de âmbito político. Nesse sentido, ele exige de todos que*  
1133 *participam da construção de um saber ambiental, um*  
1134 *posicionamento político, uma visão de mundo, do que considera*  
1135 *justo ou inadequado.*  
1136

1137 Por ser essa visão sempre subjetiva, incompleta e inacabada, os atores  
1138 se encontram para a construção de uma percepção da complexidade  
1139 ambiental fundamental para o enfrentamento das questões  
1140 socioambientais. Por isso, os responsáveis envolvidos no  
1141 planejamento, na execução e no monitoramento e avaliação do PMEA  
1142 precisam estar cientes da complexidade exigida pelo assunto.

1143 É recomendado que, na elaboração das atividades, seja definida a  
1144 forma como ocorrerá a participação e a continuidade da ação visando  
1145 a autonomia do processo. Não é aconselhável que uma atividade de  
1146 educação ambiental se esgote entre quatro paredes. Faz-se necessário  
1147 que ela produza frutos e que esses frutos contem com a participação  
1148 social.

1149

## 1150 **5.1 ESPAÇOS EDUCADORES**

1151

### 1152 **5.1.1 Contexto**

1153

1154 Durante as discussões realizadas para a elaboração do PME A, foi reiteradamente  
1155 apresentado o desejo de que pudéssemos trabalhar de forma contínua e permanente as  
1156 estruturas e espaços de nosso município promovendo seu papel educador e valorizando  
1157 bens naturais, sociais, culturais, econômicos e institucionais.

1158 A efetivação do papel educador desses espaços, no entanto, ainda representa um grande  
1159 desafio. Falta de recursos financeiros, de meios para integração de projetos e ideias e de  
1160 formação para gestores e educadores são frequentemente apontados não apenas como  
1161 grandes obstáculos ao cumprimento do papel educador de espaços e estruturas, mas como  
1162 os principais responsáveis pela descontinuidade de projetos que tanto frustra os  
1163 educadores e a comunidade.

1164 Mas, considerando a variedade de ideias, espaços e contextos encontrados em uma cidade  
1165 como Campinas, como pode uma política pública contribuir a superação de tais obstáculos?

1166 As conversas realizadas nos indicam que o caminho passa pela criação de meios para a  
1167 integração e divulgação desses espaços, por um planejamento de nossos centros de  
1168 educação ambiental que vá muito além da dimensão arquitetônica e pela formação de  
1169 gestores e educadores para a atuação local.

1170 No âmbito do Plano Municipal de Educação Ambiental, foram imaginadas ações a serem  
1171 desenvolvida em duas categorias de espaços aqui nomeadas como “Espaços Educadores”  
1172 e “Centros de Educação Ambiental”.

1173 Na primeira categoria, estão incluídos todos os locais ou estruturas nos quais ou a partir  
1174 dos quais se desenvolvem atividades voltadas à reflexão sobre a relação que  
1175 estabelecemos com o ambiente. De praças a hortas, de unidades de conservação a  
1176 cooperativas de resíduos sólidos, essa categoria inclui locais que não necessariamente  
1177 foram construídos para o desenvolvimento de atividades educativas, não contam com uma  
1178 equipe de educadores permanente, nem estão sob a gestão de alguma instituição, mas,  
1179 pelo seu potencial transformador, são utilizados cotidianamente pela comunidade em  
1180 processos de aprendizagem.

1181 A debater ações para esses espaços, no entanto, algumas questões desafiavam a equipe  
1182 envolvida: “Quais são as ações desenvolvidas em nosso município? ”; “Onde são  
1183 desenvolvidas? ”; “Quem são os envolvidos? ”.

1184 Infelizmente, mesmo após termos avançado na elaboração de propostas para a Educação  
1185 Ambiental em Campinas, essas perguntas permanecem em grande medida não  
1186 respondidas. Ainda mais, durante as conversas com diversos atores envolvidos na  
1187 elaboração do PME, percebemos que são questões que angustiam de maneira  
1188 generalizada aqueles que se envolvem com a Educação Ambiental em nosso município.

1189 A falta de registro das atividades e a dificuldade de sistematização e acesso a informações  
1190 relacionados à Educação Ambiental dificultam o compartilhamento de experiências,  
1191 impossibilitam a avaliação e monitoramento das ações e colaboram para que parte  
1192 importante da história de nosso município seja perdida.

1193 Nesse contexto, a despeito de seu grande potencial transformador, muitos espaços  
1194 permanecem desconhecidos de boa parte da população.

1195 A segunda categoria aqui proposta inclui os Centros de Educação Ambiental (CEA) que, a  
1196 partir do final da década de 90, tem se destacado como uma das principais estratégias  
1197 adotadas por diversos setores da sociedade em projetos de Educação Ambiental, variando  
1198 enormemente quanto aos objetivos, referenciais teóricos e disponibilidade de recursos. Em  
1199 comum, os Centros de Educação Ambiental têm a intencionalidade de uma instituição ou  
1200 ator no desenvolvimento de ações educativas.

1201 A implantação desses espaços, todavia, tem se dado majoritariamente a partir da dimensão  
1202 arquitetônica, levando ao surgimento de estruturas pouco relacionadas à comunidade de  
1203 seu entorno, subutilizadas e, com grande frequência, abandonadas.

1204 Essa realidade tem representado não apenas um desperdício de recursos, mas de  
1205 oportunidades de aproveitamento do potencial de espaços na realização de uma educação  
1206 ambiental crítica e emancipatória.

1207

1208

### 1209 **5.1.2 Objetivo 1: Sobre a criação de Centros de Educação Ambiental**

1210 A meta desse objetivo versa sobre a criação de Centros de Educação Ambiental no  
1211 município de Campinas

1212

1213 **5.1.2.1 Meta 1**

1214

<b>Descrição</b>	Criar, no mínimo, 2 Centros de Educação Ambiental no município de Campinas
<b>Período</b>	Até o final de 2020
<b>Ações</b>	Realizar o levantamento de potenciais locais para a instituição de Centros de Educação Ambiental
	Realizar a qualificação dos potenciais locais para a instituição de Centros de Educação Ambiental
	Instituir equipe permanente para os Centros
	Elaborar Projeto Político Pedagógico para cada Centro
	Adequar as estruturas físicas às atividades propostas no Projeto Político Pedagógico
<b>Potenciais executores</b>	Fazer gestão com: SVDS, SMSP, SMC, SME, FJPO Apoio: DECOM, SMAJ, SMA entre outros

1215

1216

1217 **5.1.3 Objetivo 2: Sobre o reconhecimento e Fortalecimento de Centros de**  
1218 **Educação Ambiental**

1219 Esse objetivo visa a promover o reconhecimento e o fortalecimento de potenciais Centros  
1220 de Educação Ambiental mantidos por instituições públicas e/ou pela sociedade civil no  
1221 município de Campinas.

1222

1223 **5.1.3.1 Meta 1**

1224

<b>Descrição</b>	Estimular a adequação da estrutura física, material e pessoal, no mínimo, dos 05 (cinco) centros abaixo: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estação Ambiental de Joaquim Egídio</li> <li>• Centro do Lago do Café</li> <li>• Mata de Santa Genebra</li> <li>• Bosque dos Jequitibás</li> <li>• Parque Ecológico Luciano do Valle</li> </ul>
<b>Período</b>	Até o final de 2020
<b>Ações</b>	Estimular a elaboração de um Projeto Político Pedagógico para cada espaço
	Estimular a instituição de equipe permanente nos Centros
	Estimular a adequação das estruturas físicas e dos recursos materiais às atividades propostas no Projeto Político Pedagógico
	Realizar as atividades propostas para cada centro
<b>Potenciais executores</b>	Coordenação: SVDS, SMSP, SMC, SME, FJPO Apoio: DECOM, SMAJ, SMA, entre outros

1225

1226 **5.1.3.2 Meta 2**

1227

<b>Descrição</b>	Instituir um grupo de trabalho permanente, constituído por, no mínimo, 1 (um) representante de cada CEA, visando ao planejamento de atividades conjuntas, troca de experiências, apoio à elaboração de Projetos Políticos-pedagógicos, entre outros
<b>Período</b>	Até o final de 2018
<b>Ações</b>	Realizar o cadastramento dos interessados a representar cada CEA
	Publicar o decreto de criação do Grupo de trabalho permanente
	Instituir ferramentas de comunicação para o grupo
	Criar um calendário de reuniões conforme demanda do grupo
<b>Potenciais executores</b>	Coordenação: SVDS, SMSP, SMC, SME, FJPO Apoio: DECOM, SMAJ, SMA entre outros

1228

1229

1230

1231 **5.1.4 Objetivo 3: Sobre o Uso de Estruturas**

1232 Esse objetivo visa a promover o uso de estruturas e espaços educadores na cidade.

1233

1234 **5.1.4.1 Meta 1**

1235

<b>Descrição</b>	Instituir um <b>Circuito Educador</b> com a promoção de, no mínimo, 12 atividades anuais, desenvolvidas por educadores locais, em espaços educadores do município
<b>Período</b>	Anualmente, a partir de 2018
<b>Ações</b>	Levantar atividades realizadas por educadores em espaços educadores
	Elaborar calendário anual do circuito educador
	Planejar as atividades sob temáticas
	Realizar atividades em conjunto com educadores locais
	Realizar o reconhecimento de participação dos atores sociais desenvolvedores das atividades
<b>Potenciais executores</b>	Coordenação: SVDS, SMSP, SMC, SME, FJPO Apoio: DECOM, SMAJ, SMA, entre outros

1236

1237

## 1238 **5.2 FORMAÇÃO DE EDUCADORES**

1239

### 1240 **5.2.1 Contexto**

1241

1242 A Formação de Educadores Ambientais em um município como Campinas, com uma  
1243 extensa dimensão territorial e múltiplas características relacionadas às diferenças sociais,  
1244 diversidade de vegetação, falta de planejamento para ocupação do espaço, muitos centros  
1245 de pesquisa e tecnologia, além da densidade populacional é um grande desafio, pois requer  
1246 conhecer o território de forma global e verificar quais as fragilidades e potencialidades que  
1247 se apresenta em todas as esferas e setores.

1248 Muitos projetos, programas e ações relacionadas às questões ambientais são  
1249 desenvolvidos no município. Com certeza uma infinidade de outras ações ocorre, mas não  
1250 são publicizadas e, portanto, não são conhecidas em Campinas.

1251 Os trabalhos desenvolvidos muitas vezes são realizados de forma pontual, isolada, tratando  
1252 somente dos aspectos naturais, outras vezes o trabalho é realizado a partir de projetos  
1253 envolvendo vários atores de forma a integrar os conhecimentos de várias áreas e suas  
1254 relações.

1255 De acordo com esse quadro, é necessário e urgente pensarmos em ações formativas, que  
1256 envolvam todos os atores sociais da cidade em um processo contínuo, propiciando a  
1257 integração das ações e dos educadores, a troca de saberes, potencializando o  
1258 envolvimento de cada indivíduo e do coletivo nas transformações socioambientais.

1259 A concepção do trabalho deve proporcionar um olhar para além dos aspectos naturais,  
1260 promovendo a percepção das relações homem-natureza, as relações socioambientais em  
1261 uma abordagem de mundo crítica e integradora/sistêmica/holística.

1262 Dentro dessa concepção de educação ambiental, as propostas de formação de educadores  
1263 ambientais e os projetos propostos devem contemplar as experiências e saberes que as  
1264 crianças, adolescentes, jovens e adultos vivenciam no cotidiano, de forma a problematizá-  
1265 las e compreendê-las nas suas várias dimensões possibilitando que os alunos, as famílias,  
1266 os educadores e a sociedade em geral repensem sua postura e modo de interagir com o  
1267 meio.

1268 O processo de formação deve focar na resolução de problemas, potencializando o trabalho  
1269 interdisciplinar de forma permanente, possibilitar a participação de todos nas discussões e  
1270 argumentações, sugerir formas de solucioná-los, valorizar e fortalecer aspectos positivos  
1271 da comunidade. Assim não se deve desenvolver as ações de forma estanque, fragmentada,  
1272 limitada, e sim privilegiar discussões mais aprofundadas que esse tema/problema possa  
1273 gerar.

1274 A partir da realidade tratada no texto, da concepção que se pretende adotar, o programa  
1275 Formação de Educadores Ambientais foi discutido de forma a pensar e envolver todos os  
1276 atores da sociedade na cidade de Campinas.

1277 É importante que a formação e a discussão no ensino formal, não formal e informal sejam  
1278 realizadas de forma integrada e complementar, buscando a construção de novos saberes  
1279 e conhecimentos, respeitando as realidades e especificidades de cada indivíduo e de cada  
1280 espaço, como é citado no texto introdutório do Livro Encontros e Caminhos, que cita que a  
1281 formação:

1282

1283 *[...] está pautada na ideia de que cada indivíduo, cada grupo, cada coletivo é*  
1284 *responsável pela sua constante formação por ser conhecedor de suas dificuldades e*  
1285 *potencialidades e, dessa maneira, ser capaz de diagnosticar e interpretar a realidade,*  
1286 *sonhar sua transformação, planejar intervenções educadoras, implementá-las e avaliá-*  
1287 *las. Uma formação que se constrói pelos encontros de saberes, de caminhos, de*  
1288 *desejos e onde não há necessariamente “o” conhecimento que precisa ser reproduzido,*  
1289 *coisas para serem ensinadas ou explicadas, mas realidades para serem compreendidas*  
1290 *e transformadas.*  
1291

1292 A formação de educadores ambientais em todos os espaços do município necessita da  
1293 participação efetiva do poder executivo municipal, para a integração entre os atores e as  
1294 instituições envolvidas e o acesso aos recursos financeiros, humanos e materiais. A partir  
1295 desse compromisso é possível pensar em políticas públicas estruturadas em direção as  
1296 sociedades sustentáveis.

1297 É importante diagnosticar o que já é realizado em relação aos processos formativos,  
1298 detectar as necessidades e demandas que são prioritárias na construção de uma proposta  
1299 que seja coletiva e participativa que leva a proporcionar o protagonismo social.

1300 No ensino formal, o trabalho com educação ambiental está previsto nos currículos das  
1301 escolas de Educação Básica<sup>1</sup>, incluindo EJA e Educação Especial, como prática educativa  
1302 contínua, permanente, Inter e transdisciplinar em todos os níveis e modalidades

1303 educacionais das redes municipais, estaduais, federais e particulares, oportunizando a  
1304 discussão e construção de conhecimento pelas crianças, jovens e adultos.

1305 Com o mesmo objetivo, as universidades, faculdades, cursos técnicos e de especialização,  
1306 devem oferecer formação relacionada aos princípios e objetivos da Política Nacional de  
1307 Educação Ambiental, de forma que em todos os cursos de todas as áreas a dimensão  
1308 ambiental esteja presente. Assim, esse conhecimento pode ser discutido nos cursos de  
1309 formação e em outras áreas e locais de trabalho, valorizando as relações e trazendo uma  
1310 perspectiva de cuidado e responsabilidade partilhada.

1311 Dentro deste contexto, a Ambientalização Curricular, é necessária, sendo uma proposta de  
1312 mudanças curriculares e institucionais visando integrar temas socioambientais aos seus  
1313 conteúdos e práticas, bem como, possibilitar a implementação das políticas públicas de  
1314 Educação Ambiental e aproximar os currículos com a realidade socioambiental dos  
1315 educandos.

1316 A proposta de Ambientalização curricular, na sua essência, é o processo de inovação e  
1317 mudança que surgem das demandas atuais socioambientais.

1318 Ela está interligada a um currículo que se propõe ser desenvolvido de forma interdisciplinar,  
1319 descentralizado e flexível proporcionando mudanças de valores, hábitos, atitudes e  
1320 comportamentos perante a sociedade e a comunidade na qual está inserido. Essas  
1321 mudanças proporcionarão uma integração entre a comunidade e a escola, quiçá uma  
1322 mudança de pensamento de como trabalhar as coisas do local e que venha a refletir no  
1323 territorial e no global.

1324 Uma das formas de integrar a comunidade escolar é a formação de coletivos educadores  
1325 ambientais. A Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida - COM-VIDA é um exemplo  
1326 de organização de coletivo que se baseia na participação de estudantes, professores,  
1327 funcionários, diretores, comunidade. O seu principal papel é contribuir para um dia-a-dia  
1328 participativo, democrático, animado e saudável na escola, promovendo o intercâmbio entre  
1329 a escola e a comunidade. Surgiu a partir da Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio  
1330 Ambiente organizada pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Ministério da Educação em  
1331 2003. Participaram jovens de 16 mil escolas, que propuseram uma Carta que pede a  
1332 criação de conselhos jovens e Agendas 21 nas escolas como espaços de participação em  
1333 defesa do meio ambiente. Por isso, a COM-VIDA chega para somar esforços com outras  
1334 organizações da escola, como o Grêmio Estudantil, a Associação de Pais e Mestres e o  
1335 Conselho da Escola, trazendo a Educação Ambiental, de forma transversal, aos

1336 componentes do currículo escolar.

1337 Ela envolve a comunidade escolar para pensar nas soluções para os problemas

1338 socioambientais atuais. Seus objetivos são: Construir a Agenda 21 na Escola; desenvolver

1339 e acompanhar a educação ambiental na escola de forma permanente; contribuir com a

1340 construção do projeto político-pedagógico da escola; realizar a Conferência de Meio

1341 Ambiente na Escola; promover intercâmbios com outras Com-Vidas e com as Agendas 21

1342 Locais e debater quais são os outros objetivos específicos da sua COM-VIDA.

1343 Na Agenda 21, estão marcados os compromissos da Humanidade com o Século XXI,

1344 visando garantir um futuro melhor para o planeta, respeitando-se o ser humano e o seu

1345 ambiente. Além desse compromisso global, os países participantes da Conferência Rio-92

1346 decidiram criar Agendas 21 nacionais e propor que todos os municípios, bairros e

1347 comunidades realizassem Agendas 21 Locais. A Agenda 21 Brasileira tem 21 objetivos que

1348 buscam tornar o nosso país um exemplo de proteção da natureza, fortalecendo a economia

1349 e a justiça social. A Agenda 21 Local pode ser o resultado dos compromissos de cada grupo

1350 social, incluindo as escolas.

1351 De acordo com o Artigo 13, da Lei n.º 9.795/99, que dispõe sobre a Política Nacional de

1352 Educação Ambiental (EA) “entendem-se por Educação Ambiental não-formal as ações e

1353 práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais

1354 e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente. ”

1355 No ensino não formal as atividades, ações e projetos relacionados à Educação Ambiental,

1356 são realizadas em espaços institucionais com a comunidade, como instituições/empresas

1357 público e privada, ONGs, Museus, Zoológicos, Unidades de Conservação, movimentos

1358 sociais e em espaços não institucionalizados como: praças, áreas verdes e parques.

1359 A educação informal ocorre de forma espontânea na vida cotidiana através de conversas e

1360 vivências com familiares, amigos, colegas, interlocutores ocasionais, letras de músicas,

1361 embalagens de produtos, histórias em quadrinhos, da mídia dentre outros. Tais

1362 experiências e vivências acontecem inclusive nos espaços institucionalizados, formais e

1363 não formais, e a apreensão se dá de forma individualizada, podendo ser posteriormente

1364 socializada. É importante que o conteúdo, a linguagem e os objetivos dessas informações

1365 sejam analisados antes da sua veiculação.

1366

1367

1368

1369 **5.2.2 Objetivo 1: Sobre o estímulo à formação continuada e/ou**  
1370 **complementar**

1371

1372 Esse objetivo visa promover o estímulo à formação continuada e/ou complementar no  
1373 município de Campinas.

1374

1375 **5.2.2.1 Meta 1:**

1376

<b>Descrição</b>	Realizar, no mínimo, 1 (uma) formação continuada voltada aos profissionais das instituições educacionais do município sob a temática da Educação Ambiental.
<b>Período</b>	Anualmente, a partir de 2017
<b>Ações</b>	Promover cursos, palestras, oficinas, workshops
	Promover formações em diferentes espaços de Campinas
	Promover fóruns, seminários e encontros para discussão sobre EA
	Divulgar, junto às diferentes instituições educacionais, governamentais e não-governamentais, os eventos de formação
	Disponibilizar, em plataforma virtual, materiais de formação de educadores ambientais
<b>Potenciais executores</b>	SVDS, SME, SMS, SMC, EGDS, entre outros

1377

1378

1379 **5.2.2.2 Meta 2:**

1380

<b>Descrição</b>	Criar, na plataforma virtual, um espaço de pesquisas, consultas e compartilhamentos que promovam o acesso da população a materiais sobre a temática ambiental
<b>Período</b>	A partir de 2018
<b>Ações</b>	Estimular a pesquisa de materiais e publicações de cunho ambiental
	Disponibilizar <i>infobooks</i> , vídeos, sites e publicações sobre EA
	Estimular a produção e reprodução de materiais referentes a Educação Ambiental
	Incentivar, por meio de parcerias, o acesso a espaços físicos que possuam multimídias, bibliotecas e plataformas digitais para uso da plataforma virtual de Educação Ambiental
<b>Potenciais executores</b>	SVDS, SME, DECOM, IMA, SMC, entre outros

1381

1382

1383

1384

1385 **5.2.2.3 Meta 3:**

1386

<b>Descrição</b>	Realizar, no mínimo, 6 (seis) encontros anuais voltados à formação de educadores ambientais, nos espaços educadores definidos pelo Plano Municipal de Educação Ambiental de Campinas,
<b>Período</b>	Anualmente, a partir de 2018
<b>Ações</b>	Contatar e verificar junto a instituições públicas e/ou privadas a possibilidade de formações relacionadas à Educação Ambiental em seus espaços.
	Contatar e verificar junto a associações de bairro, instituições religiosas, clubes municipais e afins a possibilidade de formações relacionadas à Educação Ambiental em seus espaços.
	Divulgar os eventos de formação que ocorrerão nos espaços educadores
	Realizar formação nos espaços educadores do município, atendendo às demandas da comunidade local
	Promover seminários, cursos, fóruns, palestras, oficinas, vivências, experiências, trilhas ecopedagógicas, entre outros
<b>Potenciais executores</b>	SVDS, SME, SMS, SMC, SMSP, FJPO, entre outros

1387

1388

1389

1390 **5.2.3 Objetivo 2: Sobre o fortalecimento dos os coletivos educadores**  
 1391 **ambientais**

1392

1393 Esse objetivo visa promover o fortalecimento dos coletivos educadores ambientais.

1394

1395 **5.2.3.1 Meta 1:**

1396

<b>Descrição</b>	Apoiar a criação e/ou o fortalecimento de, no mínimo, 2 (dois) coletivos educadores ambientais
<b>Período</b>	Anualmente, a partir de 2017
<b>Ações</b>	Levantar dados sobre potenciais coletivos
	Realizar visitas aos coletivos para conhecê-los presencialmente
	Realizar formação com a comunidade local, relacionada aos princípios e conceitos que subsidiam os Coletivos Educadores
	Apoiar o desenvolvimento de atividades junto a comunidades e instituições
	Criar, por meio de plataforma virtual, um grupo de coletivos da RMC, promovendo a interação entre os membros
	Apoiar a divulgação das atividades dos coletivos juntos à comunidade
<b>Potenciais Executores</b>	SVDS, SME, SMC, SMS, SMCAIS, universidades e outras instituições de ensino e pesquisa, SANASA, comunidade local, ONGs, associação de bairros, instituições religiosas, clubes, comunidade escolar, entre outros

1397

1398 **5.2.3.2 Meta 2:**

1399

<b>Descrição</b>	Por região (vide item 2.1.1.1 deste Plano), apoiar a criação e/ou o fortalecimento de, no mínimo, 1 (um) coletivo educador ambiental da comunidade escolar (podendo ser baseados no modelo do COMVIDAS) e seu entorno para atuação na agenda 21
<b>Período</b>	Anualmente, a partir de 2018
<b>Ações</b>	Levantar dados sobre potenciais coletivos em unidades educacionais
	Apoiar a formação da unidade educacional e da comunidade local, relacionada aos princípios e conceitos que subsidiam os Coletivos Educadores
	Apoiar o desenvolvimento de atividades junto às unidades educacionais, comunidades e instituições
	Criar, por meio de plataforma virtual, um grupo de coletivos da RMC, promovendo a interação entre os membros
	Apoiar a divulgação das atividades dos coletivos juntos à comunidade
<b>Potenciais Executores</b>	SVDS, SME, SMC, SMS, SMCAIS, universidades e outras instituições de ensino e pesquisa, SANASA, comunidade local, ONGs, associação de bairros, instituições religiosas, clubes, comunidade escolar, entre outros

1400

1401

1402

1403 **5.2.4 Objetivo 3: Sobre o estímulo à Ambientalização curricular em todos**  
 1404 **os níveis de ensino**

1405 Esse objetivo visa promover o estímulo à Ambientalização curricular em todos os níveis de  
 1406 ensino.

1407

1408 **5.2.4.1 Meta 1:**

1409

<b>Descrição</b>	Realizar, no mínimo, 2 (dois) eventos de discussão sob a temática da Ambientalização Curricular
<b>Período</b>	Anualmente, a partir de 2018
<b>Ações</b>	Identificar atores sociais que possuam conhecimento na temática Ambientalização Curricular
	Estimular a criação de comissões em Instituições Educacionais formais, em todos os níveis de ensino, para promover discussões relacionadas à construção da Ambientalização Curricular.
	Estimular a criação de um plano de ação relacionado a Ambientalização curricular que de ênfase ao processo educativo contemplando os saberes, as práticas, os valores, a ética, a sensibilidade ambiental – produção da cultura, o Ensino/aprendizagem, a pesquisa, a extensão e a Gestão
	Promover seminários, congressos, fóruns, entre outros eventos, que possibilitem a troca de experiências sobre a temática da Ambientalização Curricular
<b>Potenciais Executores</b>	SVDS, SME, Instituições de Ensino, entre outros

## 1410 5.3 EDUCOMUNICAÇÃO

1411

### 1412 5.3.1 Contexto

1413

1414 Para se entender a Educomunicação, é preciso trazer à luz alguns conceitos:

1415

1416 • **Comunicação:** partilha dialógica e crítica de sentidos e saberes constituindo uma  
1417 comunidade interpretativa e de aprendizagem.<sup>10</sup>

1418 • **Educomunicação:** leitura crítica dos meios de comunicação e produção de  
1419 informação e de sentidos sobre informação por meio de um processo educador  
1420 (emancipatório).<sup>11</sup>

1421

1422 Assim, entende-se por Educomunicação como o conjunto das práticas voltadas à formação  
1423 e desenvolvimento de sistemas comunicativos, em espaços educativos formais e não  
1424 formais, mediados pelos processos e tecnologias da informação.

1425 Espera-se com processos de Educomunicação Socioambiental que sejam ampliadas às  
1426 formas de expressão dos membros das comunidades e a melhoria do coeficiente  
1427 comunicativo das ações educativas, tendo como meta o pleno desenvolvimento da  
1428 compreensão e atuação emancipada sobre as questões socioambientais do território na  
1429 direção da construção de Sociedades Sustentáveis.

1430 O campo da Educomunicação Socioambiental é o resultado da inter-relação entre a  
1431 Comunicação e a Educação e abrange quatro áreas de intervenção:

- 1432 • A educação para os meios, que promove reflexões e forma receptores críticos;
- 1433 • O uso e manejo dos processos de produção midiática;
- 1434 • A utilização das tecnologias de informação/comunicação no contexto  
1435 ensino/aprendizagem;
- 1436 • A comunicação interpessoal no relacionamento entre grupos.

1437

---

<sup>10</sup><https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:IKkAEV0brxwJ:https://online.unisc.br/seer/index.php/rizoma/article/download/4058/3131+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> (Consultado em setembro/2016)

<sup>11</sup> <http://www.cca.eca.usp.br/node/647> (Consultado em setembro/2016)

1438 Em termos dos objetivos específicos, a Educomunicação Socioambiental deveria:

- 1439 • Promover o acesso democrático à produção e difusão de informação;
- 1440 • Facilitar a percepção da maneira como o mundo é editado nos meios;
- 1441 • Facilitar o ensino/aprendizado através do uso criativo dos meios de comunicação
- 1442 (não do ponto de vista instrumentalista, mas partindo da percepção de suas
- 1443 peculiaridades e da importância de democratizar o acesso a eles);
- 1444 • Promover a expressão comunicativa dos membros da comunidade educativa.

1445 O principal ator de um processo educacional é o público (comunidades e suas

1446 lideranças, instituições e setores do governo, solidariamente) produtor, tanto dos

1447 conteúdos, quanto dos sentidos de cada conteúdo, produzindo, mais que tudo, sua

1448 emancipação/autonomia/protagonismo na construção de uma visão de mundo. Por isso, as

1449 ações de Educomunicação ambiental devem presar pelo processo participativo em sua

1450 forma mais abrangente.

1451

1452

### 1453 **5.3.2 Objetivo 1: Sobre a Formação em Educomunicação**

1454 Esse objetivo visa realizar formações sob a temática da Educomunicação.

1455

#### 1456 **5.3.2.1 Meta 1:**

1457

<b>Descrição</b>	Realizar, pelo menos, 2 (duas) Formações de, no mínimo, 20 horas cada, em Educomunicação
<b>Período</b>	Anualmente, a partir de 2017
<b>Ação</b>	Promover Encontros de Formação em Educomunicação que totalizem, no mínimo, 20 horas cada
<b>Potenciais Executores</b>	Coordenação: SVDS e SME Apoio: SMCAIS, SMS, IMA, DECOM, EGDS, SMC, entre outros

1458

1459

1460

1461 **5.3.3 Objetivo 2: Sobre a garantia de recursos adequados em Centros**  
1462 **Municipais de Educação Ambiental**

1463 Esse objetivo visa garantir recursos, nos Centros Municipais de Educação Ambiental, para  
1464 o desenvolvimento de atividades de Educomunicação.

1465

1466 **5.3.3.1 Meta 1:**

1467

<b>Descrição</b>	Conforme demanda, adquirir equipamentos, materiais de consumo e softwares adequados ao desenvolvimento de atividades de Educomunicação para os Centros de Educação Ambiental: <b>Estação Ambiental e CEA Lago do Café</b>
<b>Período</b>	Até 2019
<b>Ações</b>	Adquirir equipamentos de informática adequados ao desenvolvimento de atividades de Educomunicação
	Adquirir equipamentos de multimídia adequados ao desenvolvimento de atividades de Educomunicação
	Adquirir materiais de papelaria adequados ao desenvolvimento de atividades de Educomunicação
	Realizar a contratação de transporte para o desenvolvimento de atividades de Educomunicação
	Realizar a contratação de alimentação para o desenvolvimento de atividades de Educomunicação
<b>Potenciais Executores</b>	Coordenação: SVDS Apoio: SME, SMSP, SMCAIS, SMS, IMA, DECOM, EGDS, SMC, entre outros

1468

1469

1470

1471 **5.3.4 Objetivo 3: Sobre a realização de eventos**

1472

1473 Esse objetivo visa garantir a realização de Eventos de Educomunicação que promovam  
1474 atividades artístico-culturais-educacionais, visando à sensibilização ambiental, à  
1475 preservação do meio-ambiente e à melhoria da qualidade de vida da população  
1476 campinense.

1477

1478

1479

1480

1481

1482 **5.3.4.1 Meta 1:**

1483

<b>Descrição</b>	Realizar, no mínimo, 10 (dez) atividades artístico-culturais-educacionais durante a semana do meio ambiente (SEMEIA)
<b>Período</b>	Anualmente, a partir de 2017
<b>Ações</b>	Promover atividades artísticas-ambientais
	Promover atividades culturais-ambientais
	Promover atividades que presem pelo bem-estar físico e mental do ser humano
	Promover atividades que versem sobre a melhoria da qualidade de vida de todo tipo de vida
	Produzir, no mínimo, 3 materiais de comunicação e/ou educativos
<b>Potenciais Executores</b>	Grupo responsável pela SEMEIA (Lei nº 10.450 de 30 de março de 2000)

1484

1485

1486 **5.3.4.2 Meta 2:**

1487

<b>Descrição</b>	Realizar Conferência de Educação Ambiental de Campinas
<b>Período</b>	No mínimo, um dia, bienalmente, a partir de 2018
<b>Ações</b>	Convidar/contratar profissionais para coordenar, mediar e ministrar palestras
	Realizar workshops, oficinas, debates e/ou palestras sob a temática da Educação Ambiental
	Promover o encontro de atores sociais componentes da Rede Campinense de Educação Ambiental e outros interessados na temática ambiental
	Promover roda de conversas, oficinas e/ou troca de experiências com especialistas em Educomunicação
<b>Potenciais Executores</b>	Coordenação: SVDS e SME Apoio: SMCAIS, SMS, IMA, DECOM, EGDS, SMC entre outros

1488

1489

## 1490 **5.4 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

1491

### 1492 **5.4.1 Contexto**

1493

1494 Considerando o Art. 9º, inciso IV, da Lei nº 14.961 de 06 de janeiro de 2014, a qual institui  
1495 a Política Municipal de Educação Ambiental no Município De Campinas, e dá outras  
1496 providências, a saber:

1497 *Art. 9º As atividades vinculadas à Política Municipal de Educação Ambiental devem ser*  
1498 *as desenvolvidas na educação formal e não formal, por meio das seguintes linhas de*  
1499 *atuação inter-relacionadas:*  
1500 *IV - acompanhamento e avaliação;*  
1501

1502 Considerando o Art. 4º e 08º, inciso VI, da Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, a qual dispõe  
1503 sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras  
1504 providências, a saber:

1505 *Art. 4º São princípios básicos da educação ambiental:*  
1506 *VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;*  
1507 *[...]*  
1508 *Art. 8º As atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser*  
1509 *desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar, por meio das seguintes*  
1510 *linhas de atuação inter-relacionadas:*  
1511 *IV - acompanhamento e avaliação.*  
1512

1513 Considerando o Art 3º, incisos VIII e XI, do decreto nº 4.281, de 25 de Junho de 2002, o  
1514 qual Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de  
1515 Educação Ambiental, e dá outras providências, a saber:

1516 *Art. 3º Compete ao Órgão Gestor:*  
1517 *VIII - estimular o desenvolvimento de instrumentos e metodologias visando o*  
1518 *acompanhamento e avaliação de projetos de Educação Ambiental;*  
1519 *[...]*  
1520 *XI - assegurar que sejam contemplados como objetivos do acompanhamento e*  
1521 *avaliação das iniciativas em Educação Ambiental:*  
1522 *a) a orientação e consolidação de projetos;*  
1523 *b) o incentivo e multiplicação dos projetos bem-sucedidos; e,*  
1524 *c) a compatibilização com os objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.*  
1525

1526 Fica evidenciada a necessidade do desenvolvimento de um acompanhamento e avaliação  
1527 na esfera da educação ambiental, tanto no quesito avaliação das atividades quanto no  
1528 quesito avaliação do planejamento de projetos e ações.

1529 Compreendendo que o horizonte para o desenvolvimento de indicadores de monitoramento  
1530 e avaliação na esfera da educação ambiental é um universo extenso e pouco explorado,  
1531 adotou-se como estratégia de ação o planejamento estratégico com a implementação de  
1532 uma nova dimensão nessa esfera no município de Campinas. Para isso, quatro programas  
1533 foram cuidadosamente desenhados, entre eles, este de monitoramento e avaliação, para  
1534 que os problemas reconhecidamente elencados fossem abrandados e suas causas  
1535 geradoras fossem amenizadas.

1536 Conforme mencionado na análise SWOT desenvolvida neste plano, foi possível observar  
1537 que, diante do cenário encontrado, próximo ao da “sobrevivência”, em que pontos fracos e  
1538 as ameaças predominam sobre pontos fortes e oportunidades, e associando esse fato à  
1539 análise da articulação institucional deficiente, percebe-se que são urgentes:

- 1540 • As ações para o fortalecimento das articulações institucionais;
- 1541 • A identificação:
  - 1542 ○ Dos principais atores sociais
  - 1543 ○ De ações em prol da educação ambiental;
  - 1544 ○ De fontes de recursos materiais e financeiros;
- 1545 • O monitoramento dos projetos e ações que são desenvolvidos no município.

1546

1547 Assim, os programas definidos foram desenvolvidos e primaram por oferecer as bases  
1548 essenciais para a Educação Ambiental municipal, na busca pela capilaridade, continuidade  
1549 e flexibilidade, apontados como a missão desse Plano.

1550 Antes de dissertar sobre os principais objetivos que permearam a elaboração desse  
1551 programa de monitoramento e avaliação, faz-se necessário estabelecer os pressupostos  
1552 teóricos e metodológicos que nortearam sua escrita.

1553

#### 1554 **5.4.1.1 Abordagem Teórica e Conceitual**

1555

1556 A educação ambiental não pode ser definida e limitada como única, ou seja, não existe  
1557 apenas uma maneira de se fazer educação ambiental. Consequentemente, não existe  
1558 apenas uma maneira de acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas nesse contexto.

1559 Ousa-se dizer que a educação ambiental é um ramo tão abrangente que limitá-lo ao artigo  
1560 definido “a” seria o mesmo que podar o crescimento de uma ideologia contextual.

1561 Com essa consciência latente, esse programa foi escrito na compreensão de que é preciso  
1562 abandonar algumas premissas sobre medição, afinal, a educação ambiental não faz parte  
1563 de um universo numérico, metricamente delineado para cumprir indicadores de  
1564 desempenhos quantitativos que produzirão resultados exclusivamente lógico-matemáticos  
1565 sobre os avanços alcançados. Por ser uma esfera predominantemente subjetiva e social,  
1566 ela estabelece contato direto com o ser humano e com o meio ambiente: esses são vistos  
1567 como seres em total sinergia, sociais, sensitivos e emocionais. Logo, impor uma métrica  
1568 exclusivamente quantitativa de medição seria o mesmo que tentar quantificar algo  
1569 imensurável como os sentimentos, por exemplo.

1570 Assim como não é possível medir numericamente a intensidade de um sentimento, não é  
1571 justo limitar o monitoramento e a avaliação de ações de educação ambiental com  
1572 indicadores exclusivamente quantitativos.

1573 Contudo, a esfera quantitativa não pode ser abandonada. No pensamento de uma gestão  
1574 de projetos de educação ambiental, é possível mapear a abrangência de alcance das  
1575 atividades fazendo com que isso se torne um indicador de atingimento de resultados  
1576 esperados para solução de problemas. Por isso, é possível afirmar que a educação  
1577 ambiental não pode ser encarada exclusivamente como um contexto limitado ao social.  
1578 Afinal, ela também possui alguns mecanismos que produzem resultados quantitativos, tais  
1579 como quantidade de pessoas que concluíram cursos de formação de educadores  
1580 ambientais, quantidade de espaços que praticam educação ambiental formal, não-formal  
1581 e/ou informal, número de munícipes beneficiados com as ações etc.

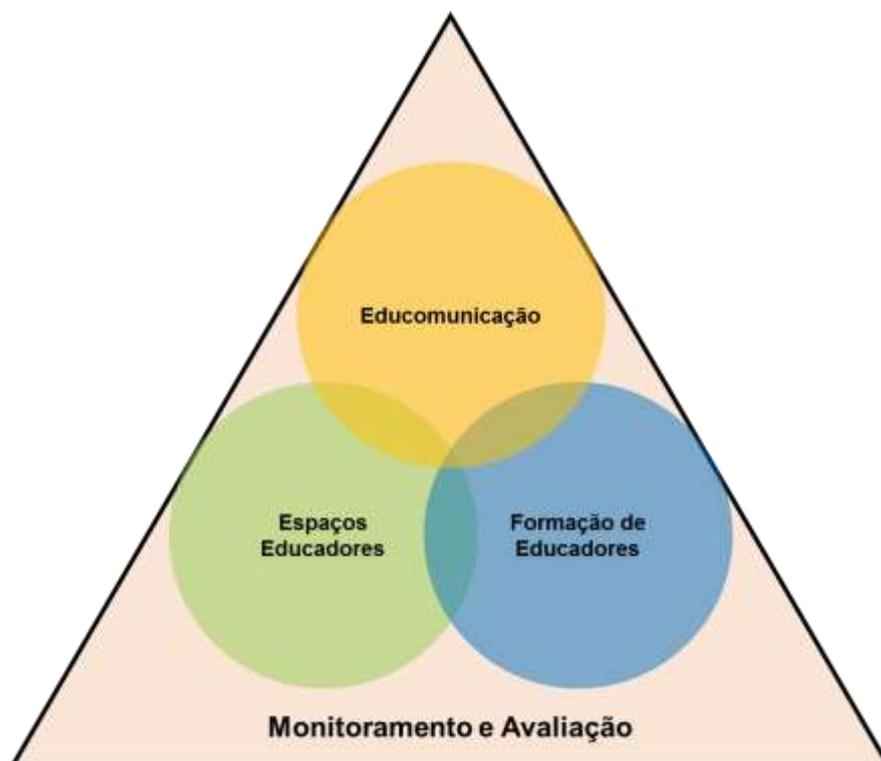
1582 Portanto, os indicadores de desempenho deverão abranger tanto os aspectos qualitativos  
1583 e quantitativos.

1584 Os objetivos principais deste Programa de Monitoramento e Avaliação visaram:

- 1585 • Realizar o georeferenciamento dos atores sociais que desenvolvem ações de  
1586 educação ambiental no município de Campinas, sejam eles pessoas ou espaços;
- 1587 • Estimular o fortalecimento das relações institucionais para que os atores possam  
1588 atuar em regime de cooperação;
- 1589 • Prezar pela atualização e manutenção frequente deste Plano;
- 1590 • Monitorar e avaliar o cumprimento das metas dos outros três programas deste Plano;
- 1591 • Auxiliar no cumprimento de avaliações das atividades de educação ambiental  
1592 baseadas em conhecimentos derivados de oficina participativas.

1593

1594 Para isso, faz-se necessário traçar uma estratégia de ação que possa permear os círculos  
1595 dos espaços educadores, da formação de educadores e da Educomunicação.  
1596 Faz-se importante ressaltar que os três programas de ações diretas – Educomunicação,  
1597 Espaços Educadores e Formação de Educadores – inter-relacionam-se e compõem o pilar  
1598 que estrutura os projetos e as ações de educação ambiental do município.  
1599 Em sinergia com eles, está o universo do Programa de Monitoramento e Avaliação que  
1600 conversa com os três e os mantém em constante atividade.  
1601 Em termos de simbologia, pode-se compreender a dinâmica do relacionamento entre os  
1602 quatro por meio da figura a seguir:



1603  
1604 *Figura 14 - Programas Pilares do PMEA*

1605  
1606 É importante a compreensão de que monitoramento e a avaliação das atividades e dos  
1607 programas é um processo político-pedagógico. Dessa forma, é imprescindível que a  
1608 secretaria municipal de educação e a secretaria municipal do verde, meio ambiente e  
1609 desenvolvimento sustentável, assim como, no mínimo, um profissional dedicado a essa  
1610 atividade de gestão do plano estejam focados, integralmente, no monitoramento constante  
1611 das ações de Educação Ambiental para garantir sua qualidade e a sustentabilidade dos  
1612 programas, projetos e ações.

1613 Para a elaboração das atividades e para a constante atualização (checagem e revisão) das  
1614 ações, aconselha-se que os gestores do plano e os atores sociais que desenvolvem  
1615 atividades de educação ambiental façam uso do método interativo de gestão denominado  
1616 **PDCA (Vide ANEXO I)**.

1617 Conforme é possível observar, para avaliar atividades de Educação Ambiental, poderão ser  
1618 utilizadas **duas esferas de avaliação**. Pensando estrategicamente, pode-se nomear como  
1619 **macroambiente** e **microambiente**, em que o macroambiente faz referência à visão global  
1620 das atividades e o microambiente as monitora e as avalia de perto, ou seja, essa avaliação  
1621 e monitoramento atua na esfera de campo – no local onde as atividades serão  
1622 desenvolvidas.

1623 A partir da imagem a seguir, é possível compreender melhor as esferas de monitoramento  
1624 para que as estratégias sejam pensadas para cada uma separadamente. A forma  
1625 geométrica escolhida foi a estrela de 6 (seis) pontas visando representar as 6 (seis) regiões  
1626 do município (vide item 2.1.1.1 deste Plano):



1627

1628

*Figura 15 - Esferas de monitoramento*

1629 Pensando ludicamente, poderíamos enxergar cada círculo colorido como sendo uma  
1630 atividade de educação ambiental desenvolvida no município.

1631 A área representada pelo hexagrama em verde corresponde à **visão do macro**, ou seja,  
1632 ela enxerga as atividades que estão sendo desenvolvidas na cidade como um todo em um  
1633 plano estratégico.

1634 Já cada círculo pequeno corresponde ao **cenário micro**. Assim, cada atividade individual  
1635 de educação ambiental que será realizada reflete em uma circunferência.

1636 Com isso, é possível observar que será necessário contemplar algumas especificidades  
1637 que uma avaliação tradicional não contemplaria. Dessa forma, propõe-se englobar, além  
1638 de uma análise quantitativa, uma análise também qualitativa, seja ela tanto para a visão do  
1639 micro quanto do macro.

1640

1641

## 1642 **5.4.2 Objetivo 1: Sobre a Rede Campinense de Educação Ambiental**

1643 Esse objetivo visa a estruturar a **Rede Campinense de Educação Ambiental**.

1644

### 1645 **5.4.2.1 Meta 1**

1646

<b>Descrição</b>	Implantar uma Plataforma Virtual que constituirá na Rede Campinense de Educação Ambiental
<b>Período</b>	Até dezembro de 2017
<b>Ações</b>	Estabelecer as características que deverão conter na plataforma, baseadas no PME A
	Contratar empresa para recuperar e reestruturar a plataforma
	Recuperar o banco de dados já existente
	Realizar o cadastramento piloto de alguns atores sociais de educação ambiental
	Implantar a plataforma
	Realizar a divulgação da plataforma
<b>Potenciais executores</b>	Equipe gestora: • 1 coordenador exclusivo para a ferramenta que possua habilidades em <i>webdesign</i> , comunicação e programação de <i>webpages</i> • 1 agente de suporte a tecnologias
	Demais executores: SVDS, IMA, SME, SMS, SMC, SMSP, SEPLAN, DECOM, SMDEST, SMCAIS, entre outros

1647

1648

1649 **5.4.3 Objetivo 2: Sobre o Mapeamento da Rede Campinense de Educação**  
1650 **Ambiental**

1651 Esse objetivo visa a Mapear e Registrar informações referentes à educação ambiental no  
1652 município de Campinas

1653

1654 **5.4.3.1 Meta 1**

1655

<b>Descrição</b>	Estimular o registro de, no mínimo, 2 atores sociais e 2 espaços educadores que atuem com educação ambiental por região, para que fortaleça a constituição do banco de dados da Rede Campinense de Educação Ambiental
<b>Período</b>	Até 2018
<b>Ação 1</b>	Criar formulários de cadastramento virtual de atores sociais, espaços educadores e coletivos educadores ambientais
<b>Ação 2</b>	Divulgar Plataforma Virtual
<b>Potenciais executores</b>	Equipe gestora: • 1 coordenador exclusivo para a ferramenta que possua habilidades em <i>webdesign</i> , comunicação e programação de <i>webpages</i> • 1 agente de suporte a tecnologias  Demais executores: SVDS, IMA, SME, SMS, SMC, SMSP, SEPLAN, DECOM, SMDEST, SMCAIS, entre outros

1656

1657

1658 **5.4.3.2 Meta 2**

1659

<b>Descrição</b>	Conforme demanda, estimular o registro de ações realizadas por atores sociais e espaços educadores que atuaram com educação ambiental
<b>Período</b>	Semestralmente, até 2020
<b>Ação</b>	Divulgar Plataforma Virtual
<b>Potenciais executores</b>	Equipe gestora: • 1 coordenador exclusivo para a ferramenta que possua habilidades em <i>webdesign</i> , comunicação e programação de <i>webpages</i> • 1 agente de suporte a tecnologias  Demais executores: SVDS, IMA, SME, SMS, SMC, SMSP, SEPLAN, DECOM, SMDEST, SMCAIS, entre outros

1660

1661

1662

1663

1664

1665 **5.4.3.3 Meta 3**

1666

<b>Descrição</b>	Conforme demanda, estimular o registro de ações futuras que serão realizadas por atores sociais e espaços educadores que atuem com educação ambiental
<b>Período</b>	Mensalmente, até 2020
<b>Ação 1</b>	Divulgar Plataforma Virtual
<b>Ação 2</b>	Divulgar agenda de atividades
<b>Potenciais executores</b>	Equipe gestora: <ul style="list-style-type: none"> <li>• 1 coordenador exclusivo para a ferramenta que possua habilidades em <i>webdesign</i>, comunicação e programação de <i>webpages</i></li> <li>• 1 agente de suporte a tecnologias</li> </ul> Demais executores: SVDS, IMA, SME, SMS, SMC, SMSP, SEPLAN, DECOM, SMDEST, SMCAIS, entre outros

1667

1668

1669 **5.4.4 Objetivo 3: Sobre o Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal**  
 1670 **de Educação Ambiental**

1671 Esse objetivo visa a Monitorar e Avaliar o PMEA, com seus programas, metas e ações.

1672

1673 **5.4.4.1 Meta 1**

1674

<b>Descrição</b>	Instituir um grupo de monitoramento e avaliação do PMEA com a participação de, no mínimo: <ul style="list-style-type: none"> <li>• 1 representante e 1 suplente do poder público das secretarias: SVDS, SME, SMS, SMC, SMDEST, SMCAIS, SEPLAN, SMSP;</li> <li>• 1 representante e 1 suplente da sociedade civil para cada região (conforme regiões adotadas nesse documento – vide item 2.1.1.1)</li> </ul> <b>Coordenação:</b> 1 representante e 1 suplente da SVDS 1 representante e 1 suplente da SME 1 representante e 1 suplente da FJPO
<b>Período</b>	Até abril de 2017
<b>Ações</b>	Instituir e publicar no DO o grupo de monitoramento e avaliação do PMEA Recebimento de inscrição de interessados a participarem do Grupo
<b>Potenciais executores</b>	SVDS, SME, FJPO

1675

1676 **5.4.4.2 Meta 2**

1677

<b>Descrição</b>	Monitorar e avaliar a execução de todas as metas dos programas do PME A
<b>Período</b>	Semestralmente, até 2020
<b>Ações</b>	Realizar reuniões semestrais de alinhamento técnico sobre avaliação e monitoramento
	Realizar ciclos de avaliação semestral de monitoramento e avaliação
	Gerar 1 relatório anual contemplando o monitoramento e avaliação da execução dos programas do PME A
<b>Potenciais executores</b>	Grupo de Monitoramento do PME A

1678

1679 **5.4.4.3 Meta 3**

1680

<b>Descrição</b>	Realizar a revisão e a atualização do PME A
<b>Período</b>	Até 2019
<b>Ações</b>	Realizar reuniões semestrais de alinhamento técnico do PME A
	Realizar ciclos de avaliação semestral do PME A
	Propor atualizações e adequações ao PME A
<b>Potenciais executores</b>	Grupo de Monitoramento do PME A e demais convidados

1681

1682 **5.4.4.4 Meta 4**

1683

<b>Descrição</b>	Criar, no mínimo, 3 (três) indicadores para monitorar e avaliar a qualidade das atividades de educação ambiental desenvolvidas no município e a qualidade do PME A
<b>Período</b>	Até 2019
<b>Ações</b>	Estimular o registro e avaliação de cada atividade desenvolvida no município e registradas na plataforma virtual
	Reunir informações com avaliações semelhantes para criar conjuntos de informações que possuam identificações entre si
	Criar indicadores com base nas informações coletadas e analisadas
<b>Potenciais executores</b>	Grupo de Monitoramento do PME A e demais convidados

1684

1685

1686

1687 **6. FONTES DE FINANCIAMENTO**

1688

1689 Como a Política Municipal de Educação Ambiental prevê em seu Art. 18, parágrafo 2º:

1690

1691 *Os programas, projetos e ações constantes do Plano Municipal de Educação Ambiental*  
1692 *serão financiados pelos recursos do erário municipal, através do Fundo de*  
1693 *Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente (PROAMB) e do Fundo de*  
1694 *Direitos Difusos (FUNDIF) ou de outras fontes de financiamentos, desde que projetos*  
1695 *atendam a critérios e condições a serem estabelecidos em Edital. Eles também podem*  
1696 *ser financiados por recursos da Secretaria Municipal de Educação, quando se*  
1697 *relacionarem com ensino público municipal.*

1698

1699 Dessa forma, obedecendo ao enquadramento nas normas dos fundos e outras origens e  
1700 prezando pelo custeio consciente, os programas, projetos e ações poderão contar com  
1701 recursos que subsidiem suas atividades.

1702

1703

1704 **7. DEFINIÇÃO DE HORIZONTE DO PLANEJAMENTO**

1705

1706 O planejamento desse Plano Municipal de Educação Ambiental seguiu e sempre poderá  
1707 seguir a proposta do *Design Thinking* (Vide ANEXO I), a qual consiste em ouvir e  
1708 compreender o contexto em que o plano está inserido para que suas ações sejam  
1709 embasadas na necessidade da sociedade.

1710 O planejamento das ações ocorreu em concordância com as necessidades percebidas pela  
1711 população do município de Campinas. Por isso, seu embasamento estratégico visou  
1712 atender às necessidades elencadas pelos munícipes.

1713 A aplicação do PMEA está prevista para acontecer em quatro momentos:

- 1714 • **Ano de 2017:** Início do levantamento de ferramentas e alimentação de Banco de  
1715 Dados para execução de atividades a partir de 2018. Primeira revisão das propostas  
1716 do PMEA.
- 1717 • **Ano de 2018:** Ações elencadas nos programas do PMEA e releitura das propostas;
- 1718 • **Ano de 2019:** Ações elencadas nos programas do PMEA, revisão do planejamento  
1719 e adaptação do conteúdo do Plano;

- 1720 • **Ano de 2020:** Ações elencadas nos programas do PME A, adaptação global e  
1721 realização de audiência pública, no primeiro semestre de 2020, para nova versão do  
1722 PME A.

1723

1724

## 1725 **8. PERIODICIDADE DE REVISÃO**

1726

1727 O presente Plano Municipal de Educação Ambiental deverá ser revisto a cada 3 anos.  
1728 Dessa forma, o ano de 2020 deverá ser dedicado à releitura e adaptação global do presente  
1729 plano para que ele esteja em concordância com o contexto em que está inserido.

1730 O universo da educação ambiental é dinâmico e social. Portanto, o grupo gestor do plano  
1731 deve realizar avaliações, revisões e adaptações anuais do PME A. A forma como a revisão  
1732 deverá ocorrer está contemplada no programa de monitoramento e avaliação.

1733 Recomenda-se, também, que haja, no mínimo, uma reunião mensal do grupo gestor do  
1734 PME A para que se acompanhe o seu andamento.

1735 Excepcionalmente, a primeira revisão deverá ocorrer no último trimestre do ano de 2017.

1736

## 1737 **9. PROGNÓSTICO**

1738

1739 Nessa fase do prognóstico, buscou-se compreender como se encontra o cenário atual da  
1740 educação ambiental no município sem a existência de um Plano Municipal de Educação  
1741 Ambiental, como ele ficaria se não fosse implantada essa ferramenta e o que se espera  
1742 com a aplicação do PME A.

1743 Para isso, procurou-se definir o planejamento estratégico, o que se pretende com a  
1744 articulação política e institucional, a avaliação estratégica com uso de ferramentas que  
1745 suportaram as tomadas de decisão e a estruturação das ações estabelecidas pelos  
1746 Programas desse Plano.

1747 Dessa forma, espera-se, com a aplicação do PME A, que a Rede Campinense de Educação  
1748 Ambiental seja criada, fortalecida e bem-estruturada. Com isso, Campinas poderá contar  
1749 com oportunidades de desenvolvimento de formação mais efetiva, com a estruturação de

1750 espaços adequados ao recebimento de atividades de educação ambiental e com o  
1751 fortalecimento do uso da Educomunicação na esfera educativa-ambiental.

1752

1753

## 1754 **9.1 Planejamento estratégico e ferramentas de condução do PME**

1755

1756 Todo processo de planejamento envolve a definição prévia de como a condução se dará,  
1757 bem como requer fazer escolhas sobre qual a melhor metodologia, objetivos, estratégias,  
1758 parcerias, ferramentas e meios utilizados para se atingir a meta final.

1759 Ao compreender o contexto de trabalho, definir o recorte espacial e temporal, para além  
1760 das interfaces em que o esforço da implantação do que foi planejado se dê de forma eficaz  
1761 e eficiente, o recorte espacial e temporal, em que o técnico pese na escolha, pode ser  
1762 orientado também por limitações de recursos financeiros, materiais e humanos, como pela  
1763 conjuntura social e política em que o processo está inserido.

1764 Partindo de um contexto histórico, ainda no fim da década de 1980 a meados de 2000,  
1765 primava-se por processos de planejamento em que os diagnósticos compunham a parte  
1766 mais importante do documento, em muitos casos, tomando mais de dois anos para sua  
1767 elaboração. Consumia-se cerca de 80% dos recursos e 90% do tempo para a elaboração  
1768 do diagnóstico, do total dos recursos e prazos de todo o processo de planejamento.

1769 Mais recentemente, direcionamentos conceituais e técnicos que fundamentam  
1770 planejamentos evoluíram em direção da busca pelo processo contínuo de melhoramento.  
1771 Isso significa que essa metodologia se torna mais significativa do que exaurir em  
1772 informações técnicas sobre o universo que a envolve.

1773 Por isso, no momento de se pensar em como se deveria agir para que as ações pudessem  
1774 fortalecer o desenvolvimento da Educação Ambiental em Campinas, o foco esteve em  
1775 definir questões estratégicas de condução para que, futuramente, fosse possível instituir o  
1776 monitoramento e avaliação das ações. Afinal, é por meio do monitoramento sobre as ações  
1777 implantadas, por meio de indicadores de desempenho, que o ciclo do sistema de gestão  
1778 pode ter continuidade e aprimoramento. Dessa maneira, o planejar passa a compor um  
1779 sistema de não mais uma etapa que se inicia e se encerra em si mesma, mas, o ponto  
1780 inicial de um projeto que tende à sustentabilidade.

1781 Durante os anos de 2015 e 2016, o GTEA também elaborou uma minuta de Decreto para  
1782 regulamentar a Política Municipal de Educação Ambiental. Para concretizar os objetivos,

1783 diretrizes e princípios que essa política aborda, a minuta foi encaminhada à Secretaria  
1784 Municipal de Assuntos Jurídicos, com a intenção de ser publicada até o final de 2016.  
1785 Paralelamente a essa minuta, a fim de concretizar suas estratégias de ação, o Plano  
1786 Municipal de Educação Ambiental se primou por definir três linhas condutoras que foram  
1787 orientadas com o auxílio de ferramentas de planejamento estratégico:

- 1788 • **Articulação Político-institucional:** Considerando propício o momento, já que a  
1789 escrita do PMEIA permeou a construção de outros dois processos de planejamento  
1790 dentro da Secretaria do Verde (Plano Municipal de Recursos Hídricos e Plano  
1791 Municipal do Verde) e da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano  
1792 (SEPLAN) com interface direta com os planos, a ferramenta de articulação se mostra  
1793 indispensável visto que lida com o Planejamento do município como um todo e com  
1794 a interdependência das articulações entre as secretarias;
- 1795 • **Diagnóstico Estratégico:** Considerando o aspecto dinâmico e o universo de atores  
1796 envolvidos no processo, primou-se pela escolha de ferramentas que pudessem  
1797 fornecer informações que norteassem as estratégias e tomadas de decisões. Por  
1798 isso, a ferramenta escolhida foi a análise SWOT de cenário (Vide ANEXO I), com o  
1799 intuito de favorecer o direcionamento e (re)conhecimento na condução eficiente do  
1800 processo;
- 1801 • **Processo Participativo:** Essa ferramenta foi escolhida considerando o  
1802 compromisso assumido desde o nascimento da SVDS na construção de ações de  
1803 gestão participativa e por ser um valoroso objeto de planejamento em suas  
1804 instâncias e interfaces. Obviamente, o processo participativo é, entre todas as  
1805 articulações a serem executadas, a mais complicada de ser realizada. Entretanto,  
1806 esse PMEIA almeja se esforçar ao máximo para que todas as ações propostas sejam  
1807 desenvolvidas de forma coletiva e participativa;
- 1808 • **Definição de Programas e Metas:** todo plano de ação visa o atingimento de metas.  
1809 Para isso, a estratégia de condução operacional desse plano, orientada pela Política  
1810 Municipal de Educação Ambiental, primou por dividir seus blocos de ações em  
1811 Programas, os quais contêm seus objetivos e esses, suas metas.

1812  
1813  
1814

## 1815 **9.2 Articulação Política e Institucional**

1816

1817 O Plano Municipal de Educação Ambiental compôs o IMG (Indicadores de Metas do  
1818 Governo – gestão 2012-2016), assim como o Plano Municipal de Recursos Hídricos e o  
1819 Plano Municipal do Verde. Sendo essas, três significativas ferramentas de gestão da SVDS,  
1820 cujo tempo de elaboração se sobrepôs, decorrendo paralelamente, o alinhamento sobre as  
1821 decisões e articulações institucionais ganharam notoriedade no processo.

1822 Concomitante aos três planos de responsabilidade da SVDS, a Prefeitura Municipal de  
1823 Campinas, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano,  
1824 revisou a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) e o Plano Diretor do Município. Esses  
1825 processos possuem ampla interdependência.

1826 Diante desse desafio, na segunda etapa de construção do PMEa, a SVDS constituiu duas  
1827 equipes:

- 1828 • Uma para o alinhamento institucional entre esses planos;
- 1829 • Uma que serviu como base para cada plano e os elementos que promoveriam a  
1830 interface entre eles.

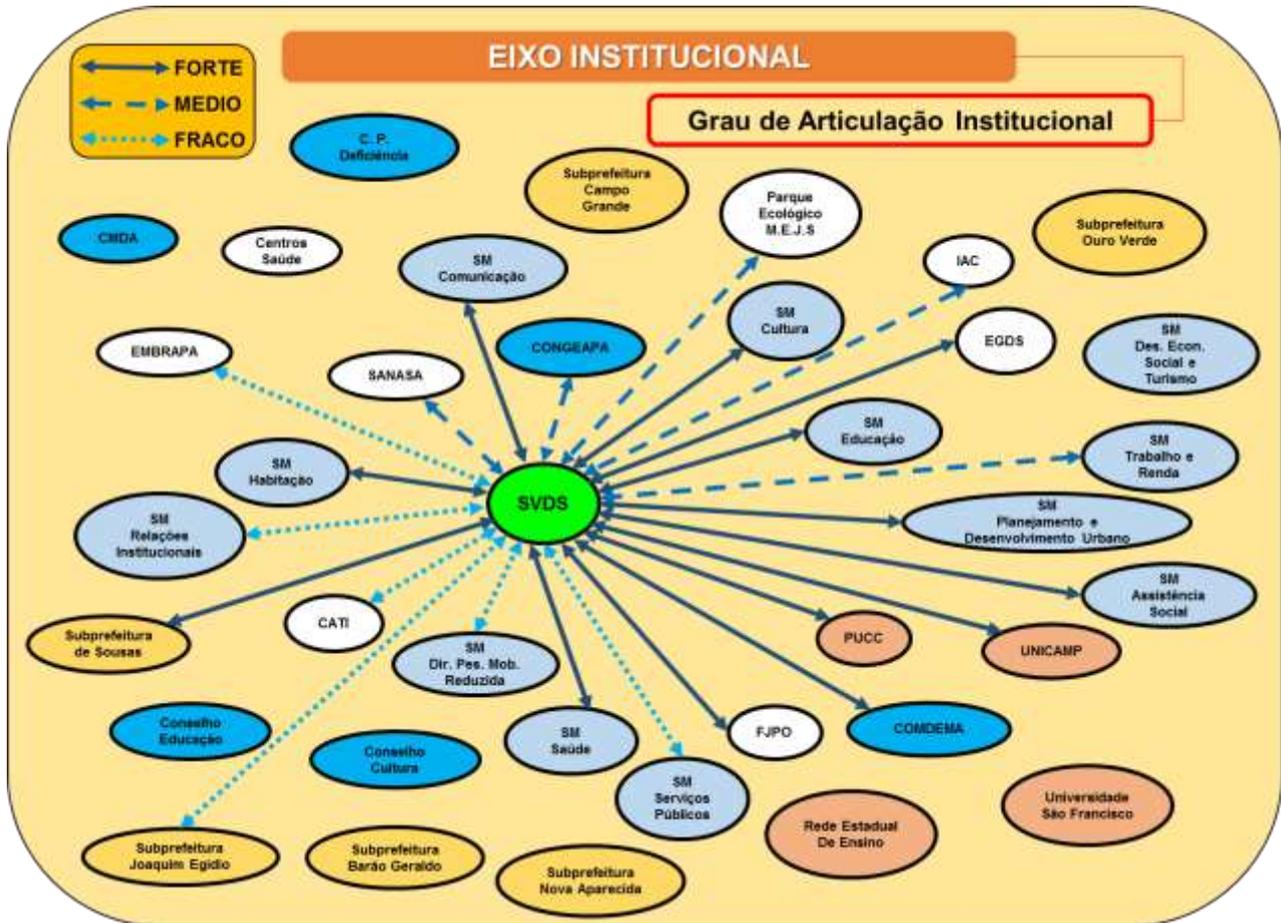
1831

1832 Nessa direção, em busca pela integração, foi elaborado um cronograma em conjunto em  
1833 que os 3 planos da SVDS (Verde, Recursos Hídricos e Educação Ambiental) buscaram  
1834 compatibilizar suas atividades com a elaboração dos outros dois documentos de gestão da  
1835 PMC (Lei de Uso e Ocupação do Solo e Plano Diretor).

1836 Tal compatibilização não foi somente oportuna, mas necessária, já que os diagnósticos e  
1837 prognósticos de ordem ambiental são basilares e preliminares ao traçado de usos,  
1838 restrições, diretrizes e vocações do território municipal.

1839 O Grupo Técnico do PMEa avaliou o grau de articulação institucional percebido por ele, em  
1840 primeiro momento, entre a SVDS e as instituições que o compõem – Decreto Municipal nº  
1841 18.317 de 31 de março de 2014 – e, em segundo momento, entre essas instituições e o  
1842 processo de elaboração do PMEa.

1843 As imagens a seguir representam, graficamente, o grau de articulação entre as instituições  
1844 e a SVDS. Os graus de articulação vêm representado em três intensidades: Forte, Médio e  
1845 Fraco. Para as instituições sem conexão, conclui-se a ausência de articulação.



1846

1847 *Figura 16 - Grau de articulação Institucional entre SVDS e instituições do GTEA, segundo GTEA.*

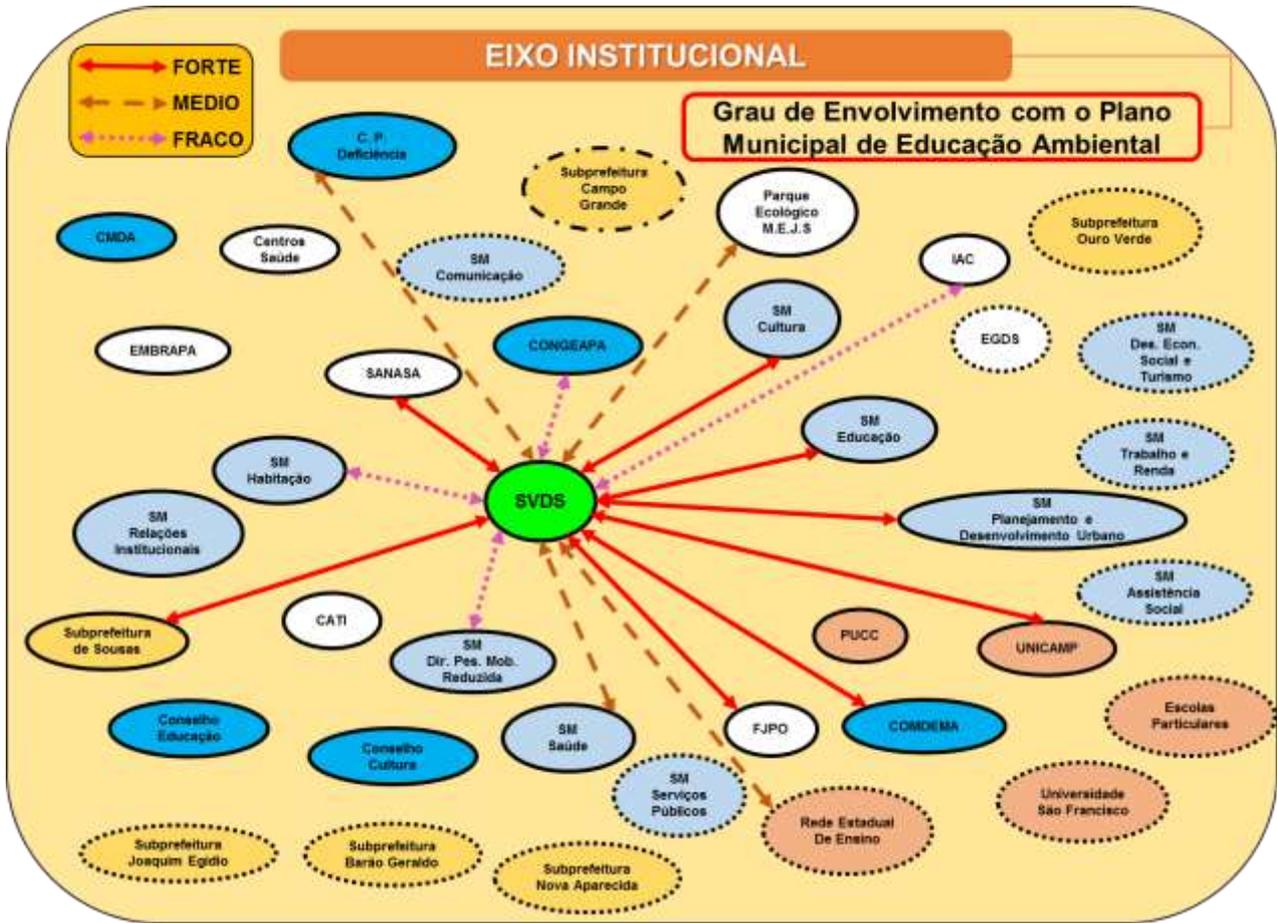
1848

1849 Uma observação apontada pelo GTEA para registro foi sobre a relação com o Parque  
 1850 Ecológico, que era forte até iniciar a transição de sua gestão do Estado para o Município.  
 1851 Entretanto, como esse processo ainda não foi concluído totalmente, essa articulação foi  
 1852 reduzida.

1853 Outras instituições não contempladas no Decreto nº 18.317/2014 foram incorporadas nessa  
 1854 avaliação porque apresentam interação importante com as demais atividades da SVDS, por  
 1855 meio da Coordenadoria Setorial de Projetos e Educação Ambiental. Dessa forma, foram  
 1856 incorporadas:

- 1857 • CATI;
- 1858 • Secretaria Municipal de Assistência Social;
- 1859 • Secretaria Municipal de Serviços Públicos;
- 1860 • Secretaria Municipal de Comunicação;
- 1861 • Outras instituições cuja atribuições incorporam ações de educação ambiental:
  - 1862 ○ Rede Estadual de Ensino;
  - 1863 ○ Sistema de Ensino da Rede Privada;

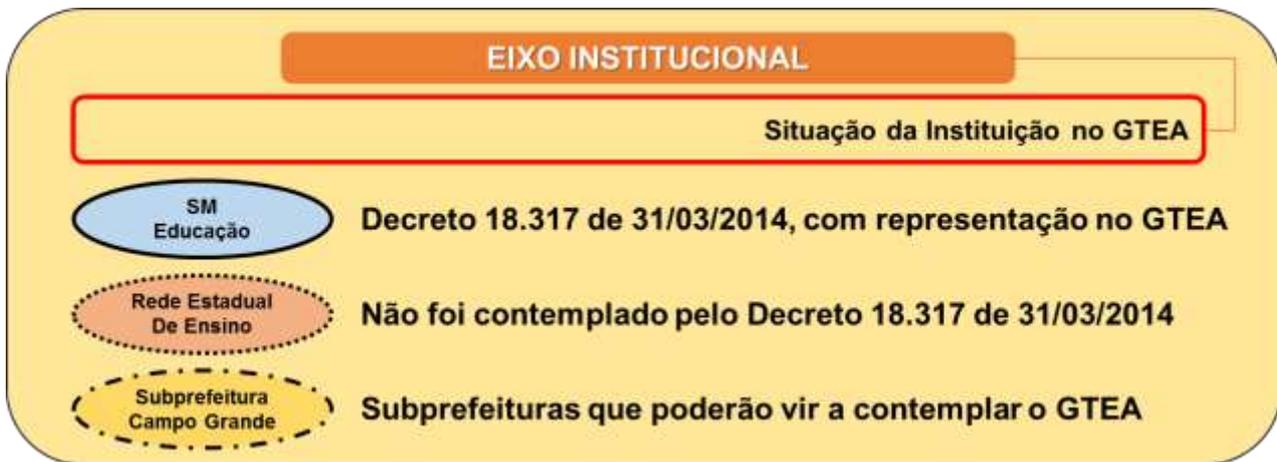
- 1864                   ○ EGDS;
- 1865                   ○ Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Turismo;
- 1866                   ○ Secretaria Municipal de Trabalho e Renda.
- 1867
- 1868   A Secretaria Municipal de Relações Institucionais foi apontada como a principal e mais
- 1869   importante forma de fazer a interligação necessária entre o processo do PME A e as demais
- 1870   secretarias municipais.
- 1871   A mesma estratégia foi usada para avaliar as instituições que compõem o Decreto Municipal
- 1872   nº 18.317/2014 e o processo de construção do Plano Municipal de Educação Ambiental.
- 1873   A partir dessa avaliação, o GTEA constatou e reforçou a necessidade urgente de envolver
- 1874   a Secretaria Municipal de Relações Institucionais na confecção do PME A a fim de viabilizar
- 1875   e efetivar a participação de importantes Pastas Municipais no processo, tais como Serviços
- 1876   Públicos (em especial, DLU e DPJ), Comunicação, Assistência Social, Desenvolvimento
- 1877   Econômico, Social Turismo e a de Trabalho e Renda. Pelo decreto, essas Secretarias não
- 1878   compõem o GTEA. Entretanto, elencando as estratégias de ações, verificou-se que a
- 1879   participação ativa dessas era essencial para o bom andamento do processo.
- 1880   A avaliação e (re)conhecimento de cenário inicial considerou que não havia necessidade
- 1881   de ampliar o corpo de representações do GTEA, mas fortalecer a articulação e o apoio entre
- 1882   as instituições.



1883

1884 *Figura 17 - Grau de articulação Institucional entre instituições do GTEA e o processo de planejamento do*  
 1885 *PMEA, segundo o GTEA*

1886



1887

1888 *Figura 18 - Formas que fazem representar as instituições no PME*

1889

1890 Nessa orientação de buscar o fortalecimento da articulação institucional, em conformidade  
 1891 ao Decreto Municipal nº 18.317/2014, em que no artigo 4º é dada a composição de  
 1892 coordenação do PME, acordou-se entre os representantes das instituições indicadas para

1893 a coordenação que o processo de elaboração do PMEa primária por cumprir o Decreto  
1894 supracitado:

1895

1896 *Art. 4º-A O Grupo Técnico Municipal terá:*

1897 *I. A Coordenação Geral da Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e do*  
1898 *Desenvolvimento Sustentável;*

1899 *II. Uma Coordenação Adjunta, composta por um representante do Conselho*  
1900 *Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA, um representante da Fundação*  
1901 *José Pedro de Oliveira e um representante da Universidade Estadual de*  
1902 *Campinas - UNICAMP; e*

1903 *III. A Coordenação Executiva da Secretaria Municipal de Educação.*

1904

1905 Com relação à implantação do PMEa, foi definido um Grupo Gestor de Coordenação com  
1906 tal responsabilidade:

- 1907 • À Coordenadoria Setorial de Projetos e Educação Ambiental, como representante  
1908 da SVDS, coube a coordenação geral, as relações institucionais, a gerência de  
1909 cronograma, análise de estratégias e escrita compartilhada do PMEa;
- 1910 • À Secretaria Municipal de Educação coube responder pelas atividades que  
1911 envolvem a educação do ensino municipal e a escrita compartilhada do PMEa;
- 1912 • À Fundação José Pedro de Oliveira coube a análise e escrita compartilhada do  
1913 PMEa;
- 1914 • À Unicamp coube a análise e escrita compartilhada do PMEa;
- 1915 • Ao COMDEMA coube a análise, leitura, acompanhamento e escrita compartilhada  
1916 do PMEa.

1917

1918 Todas as atividades desenvolvidas pela coordenação do PMEa tiveram autorização para  
1919 participação ativa da comunidade em geral pois primou pelo princípio da transparência e  
1920 participação pública.

1921 Além da articulação entre as instituições, faz-se necessário entender quais serão os atores  
1922 de execução do PMEa a partir do seu primeiro ano de vigência. Assim, o GTEA ficou  
1923 responsável pela pesquisa teórica, análise estratégica de ambiente e plano estratégico de  
1924 ações (Programas).

1925 Como mencionado no Eixo Institucional, o PMEa tem sua aplicação prevista para três  
1926 momentos e, para executar esses três momentos, faz-se necessária a criação de um grupo  
1927 executivo ou grupo gestor, sob a coordenação geral da SVDS. Esse grupo poderá ter a  
1928 participação da sociedade governamental e civil, instituições públicas e privadas, desde  
1929 que esteja sob a coordenação geral da SVDS, com o apoio e participação efetiva da SME.

1930  
1931

### 1932 **9.3 Avaliação Estratégica**

1933

1934 A leitura sobre os vários documentos, registros e materiais oficiais sobre as ações  
1935 municipais de educação ambiental e a inserção orientada pelos diversos atores envolvidos,  
1936 direta ou indiretamente, no processo de elaboração do PMEa possibilitaram que fosse  
1937 elaborada uma análise qualitativa preliminar sobre o cenário atual na qual está inserida a  
1938 Educação Ambiental no município de Campinas.

1939 Um trabalho coletivo junto ao GTEA para validação, complementando e corrigindo essa  
1940 avaliação preliminar, foi realizado, resultando em uma matriz, organizada pela ferramenta  
1941 do SWOT (*Strengths-Weaknesses-Opportunities-Threats*) (Vide Anexo I).

1942 Nesse trabalho com o GTEA, também foi realizada uma ordenação por ordem de  
1943 importância.

1944

1945

#### 1946 **9.3.1 Avaliação Estratégica com o uso do SWOT**

1947

1948 Os principais objetivos que determinaram a escolha dessa ferramenta foram:

- 1949 • Efetuar uma síntese das análises internas e externas;
- 1950 • Identificar elementos-chave para a condução do processo, o que implicou em  
1951 estabelecer prioridades de atuação;
- 1952 • Pensar em opções estratégicas: entraves para o desempenho do processo e  
1953 problemas a resolver;
- 1954 • Dar início ao diagnóstico nesse contexto, visando:
  - 1955 ○ Fortalecer os pontos positivos;

- 1956                   o Indicar os pontos negativos que precisavam ser melhorados;
- 1957                   o Elencar as chances de crescimento, aumentando as oportunidades e
- 1958                   deixando em alerta as ameaças anunciadas.

1959

1960 Além disso, o objetivo principal é essa ferramenta não se esgotar em si. Visto que o cenário

1961 da Educação Ambiental não é estático, a análise SWOT deve ser revista periodicamente

1962 na revisão do PME.A.

1963 As análises de cenário se dividiram e continuarão se dividindo em:

1964

1965

### 1966 **9.3.1.1 Ambiente interno**

1967

1968 Entende-se como “Ambiente Interno” aquilo que pode ser controlado pelo o grupo executivo

1969 do PME.A nas figuras das SVDS e da SME, uma vez que ele é resultado das estratégias de

1970 atuação definidas pelos próprios membros do processo.

1971 Dessa forma, todo ponto forte precisou ser ressaltado ao máximo nas ações definidas pelo

1972 PME.A. Assim, para cada ponto fraco, a ação deve ser no sentido de controlá-lo ou, pelo

1973 menos, minimizar seu efeito.

1974 Fazer gestão sobre as principais Forças (Strengths) e Fraquezas (Weaknesses) que

1975 potencializam ou interferem no bom desempenho das ações de educação ambiental

1976 municipal tem o objetivo de alcançar a integração dos processos e a redução de ações

1977 pulverizadas e desconectadas.

1978 O ambiente interno e as articulações que ele requer podem ser controlados pela

1979 coordenação do PME.A, uma vez que eles são resultados das estratégias de atuação

1980 definidas pelos próprios membros do processo.

1981 Consequentemente, durante a análise:

- 1982                   • Quando um ponto forte é percebido, ele é ressaltado ao máximo;
- 1983                   • Quando um ponto fraco é percebido, o grupo executivo deve agir para controlá-lo
- 1984                   ou, pelo menos, minimizar seu efeito.

1985

1986

1987 **9.3.1.2 Ambiente externo**

1988

1989 Entende-se por ambiente externo todas as situações que fogem da competência e controle  
1990 da coordenação, do grupo executivo ou do Grupo Gestor do PME.A.

1991 Mesmo não possuindo um certo "controle" sobre esse contexto, o grupo executivo deve  
1992 conhecê-lo e monitorá-lo com frequência de forma a aproveitar as oportunidades  
1993 (Opportunities) e evitar as ameaças (Threats).

1994 Sabe-se que evitar ameaças nem sempre é possível. No entanto, é altamente  
1995 recomendável realizar um planejamento para enfrentá-las, minimizando seus efeitos.

1996 Conhecer e fazer gestão sobre as principais oportunidades e ameaças de um contexto que  
1997 poderá favorecer ou reduzir o bom desempenho das ações municipais de educação  
1998 ambiental pode resultar na maior confiabilidade nos processos, na obtenção de informações  
1999 de apoio à Gestão, favorecendo as tomadas de decisões estratégicas.

2000 Como mencionado no tópico sobre ambiente interno, as forças e fraquezas são  
2001 determinadas pela situação atual e se relacionam, quase sempre, a fatores internos. Essas  
2002 são particularidades importantes para que a análise indique o que há de positivo e promova,  
2003 por meio da aplicação do plano, a melhoria sobre seus pontos fracos.

2004 Já nesse contexto do ambiente externo, as oportunidades e ameaças são antecipações do  
2005 futuro e estão relacionadas a fatores que permitem a identificação de aspectos que podem  
2006 constituir constrangimentos (ameaças) à implementação de determinadas estratégias ou  
2007 então podem se constituir como apoios (oportunidades) para alcançar os objetivos  
2008 delineados para a Educação Ambiental.

2009

2010 A combinação desses dois ambientes (Interno e Externo) e de suas variáveis (Forças,  
2011 Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) auxiliou na análise e apoiou as tomadas de  
2012 decisões na definição das estratégias que nortearam a elaboração e que, futuramente,  
2013 guiarão na implantação do Plano Municipal de Educação Ambiental de Campinas.

2014

2015 O PME.A deverá ser revisto no quarto ano de sua aplicação. Assim, tanto o ambiente interno  
2016 como o externo deverão ser reanalisados.

2017 Já as ações propostas nos programas terão seu próprio prazo de revisão dependendo de  
2018 sua modalidade e característica. Elas determinarão um prazo para revisão de seu conteúdo.

- 2019 Com a implantação das estratégias, programas, projetos e ações do PME A, espera-se que
- 2020 a articulação interinstitucional seja ampliada e solidificada, de forma que o ambiente interno
- 2021 seja ampliado.
- 2022 A análise dos resultados foi feita sob a combinação dos elementos preponderantes (Interno
- 2023 e Externo).
- 2024 A aplicação da análise SWOT resultou na matriz apresentada na tabela a seguir.
- 2025 Após a análise das variáveis, o GTEA pode verificar que a matriz indicou o cenário
- 2026 correspondente ao da **SOBREVIVÊNCIA**, transitando para o do Crescimento.
- 2027 O quadrante que possuiu a predominância foi para os pontos fracos.

<b>SOBREVIVÊNCIA</b>		<b>MANUTENÇÃO</b>	
<b>AMBIENTE EXTERNO</b>	<b>AMBIENTE INTERNO</b>	<b>AMBIENTE EXTERNO</b>	<b>AMBIENTE INTERNO</b>
<b>AMEAÇAS</b>	<b>PONTOS FRACOS</b>	<b>AMEAÇAS</b>	<b>PONTOS FORTES</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Falta de articulação e integração entre os diversos atores na área de educação ambiental.</li> <li>2. Desconhecimento sobre as fontes e formas de obtenção de recursos e financiamentos potenciais para desenvolver ações de EA</li> <li>3. Ausência de continuidade de programas de educação ambiental nas instituições</li> <li>4. Falta de profissionais nas instituições para atuação na educação ambiental.</li> <li>5. Atividades econômicas desvinculadas dos princípios de sustentabilidade e responsabilidade sócio ambiental.</li> <li>6. Atividades midiáticas desvinculadas das ações de educação ambiental.</li> <li>7. Falta de identificação da sociedade com o ambiente natural local.</li> <li>8. Atividades de educação ambiental com pouco embasamento teórico</li> <li>9. Formação e atualização insuficientes de educadores.</li> <li>10. Má distribuição geográfica de equipamentos e de ofertas de ações no município de Campinas.</li> <li>11. Baixa oferta de atividades de educação ambiental.</li> <li>12. Ausência de avaliação sistemática e periódica sobre programas, projetos e ações.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Desconhecimento do que é feito nas diversas unidades administrativas da gestão municipal.</li> <li>2. Comunicação e articulação insuficientes entre ações desenvolvidas pela gestão municipal.</li> <li>3. Ações isoladas e pulverizadas por falta de articulação e desconhecimento das ações.</li> <li>4. Descontinuidade de ações, projetos e programas.</li> <li>5. Falta de recursos financeiros e tecnológicos.</li> <li>6. Falta de um grupo gestor dos recursos financeiros.</li> <li>7. Formação, orientação e estruturação insuficientes.</li> <li>8. Ausência de Centros de EA.</li> <li>9. Espaços educadores desestruturados.</li> <li>10. Insuficiência de avaliação sistemática e periódica sobre programas, projetos e ações.</li> <li>11. Parcerias e convênios insuficientes com órgãos de diferentes esferas governamentais e ou sociedade civil.</li> <li>12. Deficiência da gestão pública dificultando articulação, obtenção de recursos e implantação de ações.</li> <li>13. Falta de servidores capacitados dentro das secretarias.</li> <li>14. Falta de um grupo gestor para acompanhar e integrar a definição de políticas públicas municipais que possuem interface com as ações de Educação Ambiental.</li> <li>15. Ausência de produção sistemática, orientada e integradora de material educativo.</li> <li>16. Má distribuição geográfica de equipamentos e de ofertas de ações no município de Campinas.</li> <li>17. Falta de articulação com os municípios que compõem a RMC.</li> <li>18. Insuficiência de divulgação das ações e</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Falta de articulação e integração entre os diversos atores na área de educação ambiental.</li> <li>2. Desconhecimento sobre as fontes e formas de obtenção de recursos e financiamentos potenciais para desenvolver ações de EA</li> <li>3. Ausência de continuidade de programas de educação ambiental nas instituições</li> <li>4. Falta de profissionais nas instituições para atuação na educação ambiental.</li> <li>5. Atividades econômicas desvinculadas dos princípios de sustentabilidade e responsabilidade sócio ambiental.</li> <li>6. Atividades midiáticas desvinculadas das ações de educação ambiental.</li> <li>7. Falta de identificação da sociedade com o ambiente natural local.</li> <li>8. Atividades de educação ambiental com pouco embasamento teórico</li> <li>9. Formação e atualização insuficientes de educadores.</li> <li>10. Má distribuição geográfica de equipamentos e de ofertas de ações no município de Campinas.</li> <li>11. Baixa oferta de atividades de educação ambiental.</li> <li>12. Ausência de avaliação sistemática e periódica sobre programas, projetos e ações.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. PLO nº 287/2014 em revisão na Câmara dos vereadores.</li> <li>2. Existência de Centro de Formação da SME (CSF/Cefortepe).</li> <li>3. Existência de recursos financeiros para PROAMB e FUNDIF.</li> <li>4. Construção articulada dos processos de elaboração de planos dentro da SVDS.</li> <li>5. Possibilidade de interação direta quando da elaboração do Programa de Educação Ambiental nos Planos de Manejo das UC previstos para 2015.</li> <li>6. Comprometimento das equipes da SME e SVDS.</li> <li>7. GTEA – Decreto nº 18.317 de 31/03/2014 constituído com ramificações importantes.</li> </ol>
<b>CRESCIMENTO</b>		<b>DESENVOLVIMENTO</b>	
<b>AMBIENTE EXTERNO</b>	<b>AMBIENTE INTERNO</b>	<b>AMBIENTE EXTERNO</b>	<b>AMBIENTE INTERNO</b>
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>PONTOS FRACOS</b>	<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>PONTOS FORTES</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Plano Diretor e LUOS em elaboração.</li> <li>2. Demanda crescente por ações e programas pela comunidade em geral.</li> <li>3. Existência de Escola do Governo para contribuir com a formação de educadores.</li> <li>4. Existência de coletivos educadores.</li> <li>5. Existência de Programas do governo estadual, como o Município Verde Azul, como incentivador de implantação de ações municipais.</li> <li>6. Presença de importantes instituições e centros de ensino e pesquisa com potencial de formação de parcerias.</li> <li>7. Existência de instituições engajadas da administração direta e indireta.</li> <li>8. Existência de conselhos intersetoriais e municipais organizados e atuantes, como COMDEMA, CONGEAPA e CONDEPACC.</li> <li>9. Existência de Programas do governo federal, como Escolas Sustentáveis, Mais Educação, Salas Verdes, como incentivadores e fomentadores de implantação de ações municipais.</li> <li>10. Existência de terceiro setor atuante em ações de educação ambiental.</li> <li>11. Existência de iniciativas como economia solidária, agricultura familiar, comércio justo.</li> <li>12. Programa de Extensão Universitária (MEC/SESu) "Alternativas para o tratamento de esgoto em propriedades rurais de Campinas/SP. Educação, aplicação e difusão de tecnologias sociais" aprovado para início em 2015, com potencial para se tornar piloto.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Desconhecimento do que é feito nas diversas unidades administrativas da gestão municipal.</li> <li>2. Comunicação e articulação insuficientes entre ações desenvolvidas pela gestão municipal.</li> <li>3. Ações isoladas e pulverizadas por falta de articulação e desconhecimento das ações.</li> <li>4. Descontinuidade de ações, projetos e programas.</li> <li>5. Falta de recursos financeiros e tecnológicos.</li> <li>6. Falta de um grupo gestor dos recursos financeiros.</li> <li>7. Formação, orientação e estruturação insuficientes.</li> <li>8. Ausência de Centros de EA.</li> <li>9. Espaços educadores desestruturados.</li> <li>10. Insuficiência de avaliação sistemática e periódica sobre programas, projetos e ações.</li> <li>11. Parcerias e convênios insuficientes com órgãos de diferentes esferas governamentais e ou sociedade civil.</li> <li>12. Deficiência da gestão pública dificultando articulação, obtenção de recursos e implantação de ações.</li> <li>13. Falta de servidores capacitados dentro das secretarias.</li> <li>14. Falta de um grupo gestor para acompanhar e integrar a definição de políticas públicas municipais que possuem interface com as ações de Educação Ambiental.</li> <li>15. Ausência de produção sistemática, orientada e integradora de material educativo.</li> <li>16. Má distribuição geográfica de equipamentos e de ofertas de ações no município de Campinas.</li> <li>17. Falta de articulação com os municípios que compõem a RMC.</li> <li>18. Insuficiência de divulgação das ações e</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Plano Diretor e LUOS em elaboração.</li> <li>2. Demanda crescente por ações e programas pela comunidade em geral.</li> <li>3. Existência de Escola do Governo para contribuir com a formação de educadores.</li> <li>4. Existência de coletivos educadores.</li> <li>5. Existência de Programas do governo estadual, como o Município Verde Azul, como incentivador de implantação de ações municipais.</li> <li>6. Presença de importantes instituições e centros de ensino e pesquisa com potencial de formação de parcerias.</li> <li>7. Existência de instituições engajadas da administração direta e indireta.</li> <li>8. Existência de conselhos intersetoriais e municipais organizados e atuantes, como COMDEMA, CONGEAPA e CONDEPACC.</li> <li>9. Existência de Programas do governo federal, como Escolas Sustentáveis, Mais Educação, Salas Verdes, como incentivadores e fomentadores de implantação de ações municipais.</li> <li>10. Existência de terceiro setor atuante em ações de educação ambiental.</li> <li>11. Existência de iniciativas como economia solidária, agricultura familiar, comércio justo.</li> <li>12. Programa de Extensão Universitária (MEC/SESu) "Alternativas para o tratamento de esgoto em propriedades rurais de Campinas/SP. Educação, aplicação e difusão de tecnologias sociais" aprovado para início em 2015, com potencial para se tornar piloto.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. PLO nº 287/2014 em revisão na Câmara dos vereadores.</li> <li>2. Existência de Centro de Formação da SME (CSF/Cefortepe).</li> <li>3. Existência de recursos financeiros para PROAMB e FUNDIF.</li> <li>4. Construção articulada dos processos de elaboração de planos dentro da SVDS.</li> <li>5. Possibilidade de interação direta quando da elaboração do Programa de Educação Ambiental nos Planos de Manejo das UC previstos para 2015.</li> <li>6. Comprometimento das equipes da SME e SVDS.</li> <li>7. GTEA – Decreto nº 18.317 de 31/03/2014 constituído com ramificações importantes.</li> </ol>

2028

2029

2030

2031

Figura 19 - Matriz de Avaliação estratégica de cenário por meio do SWOT

<b>SOBREVIVÊNCIA</b>	
<b>AMBIENTE EXTERNO</b>	<b>AMBIENTE INTERNO</b>
<b>AMEAÇAS</b>	<b>PONTOS FRACOS</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Falta de articulação e integração entre os diversos atores na área de educação ambiental.</li> <li>2. Desconhecimento sobre as fontes e formas de obtenção de recursos e financiamentos potenciais para desenvolver ações de EA</li> <li>3. Ausência de continuidade de programas de educação ambiental nas instituições</li> <li>4. Falta de profissionais nas instituições para atuação na educação ambiental.</li> <li>5. Atividades econômicas desvinculadas dos princípios de sustentabilidade e responsabilidade sócio ambiental.</li> <li>6. Atividades midiáticas desvinculadas das ações de educação ambiental.</li> <li>7. Falta de identificação da sociedade com o ambiente natural local.</li> <li>8. Atividades de educação ambiental com pouco embasamento teórico</li> <li>9. Formação e atualização insuficientes de educadores.</li> <li>10. Má distribuição geográfica de equipamentos e de ofertas de ações no município de Campinas.</li> <li>11. Baixa oferta de atividades de educação ambiental.</li> <li>12. Ausência de avaliação sistemática e periódica sobre programas, projetos e ações.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Desconhecimento do que é feito nas diversas unidades administrativas da gestão municipal.</li> <li>2. Comunicação e articulação insuficientes entre ações desenvolvidas pela gestão municipal.</li> <li>3. Ações isoladas e pulverizadas por falta de articulação e desconhecimento das ações.</li> <li>4. Descontinuidade de ações, projetos e programas.</li> <li>5. Falta de recursos financeiros e tecnológicos.</li> <li>6. Falta de um grupo gestor dos recursos financeiros.</li> <li>7. Formação, orientação e estruturação insuficientes.</li> <li>8. Ausência de Centros de EA.</li> <li>9. Espaços educadores desestruturados.</li> <li>10. Insuficiência de avaliação sistemática e periódica sobre programas, projetos e ações.</li> <li>11. Parcerias e convênios insuficientes com órgãos de diferentes esferas governamentais e ou sociedade civil.</li> <li>12. Deficiência da gestão pública dificultando articulação, obtenção de recursos e implantação de ações.</li> <li>13. Falta de servidores capacitados dentro das secretarias.</li> <li>14. Falta de um grupo gestor para acompanhar e integrar a definição de políticas públicas municipais que possuem interface com as ações de Educação Ambiental.</li> <li>15. Ausência de produção sistemática, orientada e integradora de material educativo.</li> <li>16. Má distribuição geográfica de equipamentos e de ofertas de ações no município de Campinas.</li> <li>17. Falta de articulação com os municípios que compõem a RMC.</li> <li>18. Insuficiência de divulgação das ações e resultados.</li> </ol>

MANUTENÇÃO	
AMBIENTE EXTERNO	AMBIENTE INTERNO
AMEAÇAS	PONTOS FORTES
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Falta de articulação e integração entre os diversos atores na área de educação ambiental.</li> <li>2. Desconhecimento sobre as fontes e formas de obtenção de recursos e financiamentos potenciais para desenvolver ações de EA</li> <li>3. Ausência de continuidade de programas de educação ambiental nas instituições</li> <li>4. Falta de profissionais nas instituições para atuação na educação ambiental.</li> <li>5. Atividades econômicas desvinculadas dos princípios de sustentabilidade e responsabilidade sócio ambiental.</li> <li>6. Atividades midiáticas desvinculadas das ações de educação ambiental.</li> <li>7. Falta de identificação da sociedade com o ambiente natural local.</li> <li>8. Atividades de educação ambiental com pouco embasamento teórico</li> <li>9. Formação e atualização insuficientes de educadores.</li> <li>10. Má distribuição geográfica de equipamentos e de ofertas de ações no município de Campinas.</li> <li>11. Baixa oferta de atividades de educação ambiental.</li> <li>12. Ausência de avaliação sistemática e periódica sobre programas, projetos e ações.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. PLO nº 287/2014 em revisão na Câmara dos vereadores.</li> <li>2. Existência de Centro de Formação da SME (CSF/CEFORTEPE).</li> <li>3. Existência de recursos financeiros pelo PROAMB e FUNDIF.</li> <li>4. Construção articulada dos processos de elaboração de planos dentro da SVDS.</li> <li>5. Possibilidade de interação direta quando da elaboração do Programa de Educação Ambiental nos Planos de Manejo das UC previstos para 2015.</li> <li>6. Comprometimento das equipes da SME e SVDS.</li> <li>7. GTEA – Decreto nº 18.317 de 31/03/2014 constituído com ramificações importantes.</li> </ol>

<b>CRESCIMENTO</b>	
<b>AMBIENTE EXTERNO</b>	<b>AMBIENTE INTERNO</b>
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>PONTOS FRACOS</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Plano Diretor e LUOS em elaboração.</li> <li>2. Demanda crescente por ações e programas pela comunidade em geral.</li> <li>3. Existência de Escola do Governo para contribuir com a formação de educadores.</li> <li>4. Existência de coletivos educadores.</li> <li>5. Existência de Programas do governo estadual, como o Município Verde Azul, como incentivador de implantação de ações municipais.</li> <li>6. Presença de importantes instituições e centros de ensino e pesquisa com potencial de formação de parcerias.</li> <li>7. Existência de instituições engajadas da administração direta e indireta.</li> <li>8. Existência de conselhos Inter setoriais e municipais organizados e atuantes, como COMDEMA, CONGEAPA e CONDEPACC.</li> <li>9. Existência de Programas do governo federal, como Escolas Sustentáveis, Mais Educação, Salas Verdes, como incentivadores e fomentadores de implantação de ações municipais.</li> <li>10. Existência de terceiro setor atuante em ações de educação ambiental.</li> <li>11. Existência de iniciativas como economia solidária, agricultura familiar, comércio justo.</li> <li>12. Programa de Extensão Universitária (MEC/SESI) "Alternativas para o tratamento de esgoto em propriedades rurais de Campinas/SP: Educação, aplicação e difusão de tecnologias sociais" aprovado para início em 2015, com potencial para se tornar piloto.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Desconhecimento do que é feito nas diversas unidades administrativas da gestão municipal.</li> <li>2. Comunicação e articulação insuficientes entre ações desenvolvidas pela gestão municipal.</li> <li>3. Ações isoladas e pulverizadas por falta de articulação e desconhecimento das ações.</li> <li>4. Descontinuidade de ações, projetos e programas.</li> <li>5. Falta de recursos financeiros e tecnológicos.</li> <li>6. Falta de um grupo gestor dos recursos financeiros.</li> <li>7. Formação, orientação e estruturação insuficientes.</li> <li>8. Ausência de Centros de EA.</li> <li>9. Espaços educadores desestruturados.</li> <li>10. Insuficiência de avaliação sistemática e periódica sobre programas, projetos e ações.</li> <li>11. Parcerias e convênios insuficientes com órgãos de diferentes esferas governamentais e ou sociedade civil.</li> <li>12. Deficiência da gestão pública dificultando articulação, obtenção de recursos e implantação de ações.</li> <li>13. Falta de servidores capacitados dentro das secretarias.</li> <li>14. Falta de um grupo gestor para acompanhar e integrar a definição de políticas públicas municipais que possuem interface com as ações de Educação Ambiental.</li> <li>15. Ausência de produção sistemática, orientada e integradora de material educativo.</li> <li>16. Má distribuição geográfica de equipamentos e de ofertas de ações no município de Campinas.</li> <li>17. Falta de articulação com os municípios que compõem a RMC.</li> <li>18. Insuficiência de divulgação das ações e resultados.</li> </ol>

<b>DESENVOLVIMENTO</b>	
<b>AMBIENTE EXTERNO</b>	<b>AMBIENTE INTERNO</b>
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>PONTOS FORTES</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Plano Diretor e LUOS em elaboração.</li> <li>2. Demanda crescente por ações e programas pela comunidade em geral.</li> <li>3. Existência de Escola do Governo para contribuir com a formação de educadores.</li> <li>4. Existência de coletivos educadores.</li> <li>5. Existência de Programas do governo estadual, como o Município Verde Azul, como incentivador de implantação de ações municipais.</li> <li>6. Presença de importantes instituições e centros de ensino e pesquisa com potencial de formação de parcerias.</li> <li>7. Existência de instituições engajadas da administração direta e indireta.</li> <li>8. Existência de conselhos Inter setoriais e municipais organizados e atuantes, como COMDEMA, CONGEAPA e CONDEPACC.</li> <li>9. Existência de Programas do governo federal, como Escolas Sustentáveis, Mais Educação, Salas Verdes, como incentivadores e fomentadores de implantação de ações municipais.</li> <li>10. Existência de terceiro setor atuante em ações de educação ambiental.</li> <li>11. Existência de iniciativas como economia solidária, agricultura familiar, comércio justo.</li> <li>12. Programa de Extensão Universitária (MEC/SESI) "Alternativas para o tratamento de esgoto em propriedades rurais de Campinas/SP: Educação, aplicação e difusão de tecnologias sociais" aprovado para início em 2015, com potencial para se tornar piloto.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. PLO nº 287/2014 em revisão na Câmara dos vereadores.</li> <li>2. Existência de Centro de Formação da SME (CSF/CEFORTEPE).</li> <li>3. Existência de recursos financeiros pelo PROAMB e FUNDIF.</li> <li>4. Construção articulada dos processos de elaboração de planos dentro da SVDS.</li> <li>5. Possibilidade de interação direta quando da elaboração do Programa de Educação Ambiental nos Planos de Manejo das UC previstos para 2015.</li> <li>6. Comprometimento das equipes da SME e SVDS.</li> <li>7. GTEA – Decreto nº 18.317 de 31/03/2014 constituído com ramificações importantes.</li> </ol>

### 2055 **9.3.2 Processo Participativo**

2056

2057 O PME A sempre se preocupou em tentar garantir a participação social, já que esse foi um  
2058 dos princípios adotados para o processo de construção do PME A, assim como indicado  
2059 pelo PLO nº 287/2014. O próprio processo que deflagrou a sua redação considerou  
2060 importantes elementos de um processo participativo, resultando em várias chamadas para  
2061 o mesmo em seu escopo.

2062 Entende-se que um processo que visa a conhecer o contexto de uma comunidade, por meio  
2063 de diversas fontes de informação e de vários atores, oferece a possibilidade de reconhecer  
2064 as prioridades e as áreas de intervenção indicadas por quem realmente compõe a  
2065 realidade, tornando-o próximo do real.

2066 A importância do diagnóstico participativo é dada, principalmente, por favorecer importantes  
2067 processos sociais, como o empoderamento e o pertencimento – elementos indispensáveis  
2068 na construção de um cenário real, no qual o êxito das ações projetadas está de fato  
2069 consorciado com o contexto dos atores sociais envolvidos.

2070 Para alcançar sua efetividade, algumas informações sobre a comunidade são importantes,  
2071 tais como:

- 2072 • A análise do entorno em que vivem ou desenvolvem relações sociais, econômicas  
2073 e/ou culturais;
- 2074 • O reconhecimento da diversidade cultural e das condições de vida da comunidade;
- 2075 • A identificação das tecnologias disponíveis;
- 2076 • A consciência ambiental que elas têm:
  - 2077 ○ O que é meio ambiente?
  - 2078 ○ O que é educação ambiental?
  - 2079 ○ Elas se enxergam numa unidade ambiental?
  - 2080 ○ Como é a relação com o meio?

2081

2082 Infelizmente, o processo participativo é bastante complicado de ser 100% atingido.  
2083 Entretanto, o GTEA se esforçou para que o PME A fosse construído o mais coletivo e  
2084 participativo possível. Obviamente, ainda há muito o que fazer. Por isso, as estratégias de  
2085 ações propostas pelo PME A se esforçam para que sua execução e revisão sejam  
2086 realizadas do modo mais participativo e coletivo possível.

2087

2088 **9.4 Definição de Programas e Metas**

2089

2090 O GTEA, em reunião participativa, definiu 4 (quatro) programas para serem desenvolvidos  
2091 durante a elaboração do PME A. Foram eles:

- 2092 • Espaços Educadores;
- 2093 • Formação de Educadores;
- 2094 • Educomunicação;
- 2095 • Monitoramento e Avaliação.

2096 Além desses Programas, projetos e ações reconhecidos durante o diagnóstico preliminar  
2097 das ações de EA foram trabalhados no Plano.

2098 A coordenação definiu que cada Programa fosse conduzido por cada uma das  
2099 coordenações.

2100 Assim, a distribuição ficou conforme indicado abaixo:

- 2101 • **Programa de Espaços Educadores:** Fundação José Pedro de Oliveira;
- 2102 • **Programa de Formação de Educadores:** Secretaria Municipal de Educação;
- 2103 • **Programa de Educomunicação:** SVDS (CPEA) e UNICAMP;
- 2104 • **Programa de Monitoramento e Avaliação:** SVDS (CPEA)

2105

2106 Com a aplicação desse PME A, espera-se que os objetivos possam ser alcançados para  
2107 que Campinas possa ser uma referência nacional em educação ambiental.

2108

2109

2110 **10. FORMAS DE ACOMPANHAMENTO E REPORTE DO ANDAMENTO**  
2111 **DAS AÇÕES**

2112

2113 A aplicação do Plano Municipal de Educação Ambiental poderá ser acompanhada via  
2114 relatórios mensais de atividades reportados pelos atores sociais envolvidos nas ações.

2115 Caso julgue pertinente, o grupo gestor do PME A poderá optar, a qualquer momento, pelo  
2116 agregar de outras ferramentas de acompanhamento e reporte dos andamentos das ações.

2117 O importante é que essas sejam executadas, monitoradas, sejam significativas e produzam  
2118 identificação com os atores envolvidos.

2119

2120 Durante sua elaboração, o PME A enfrentou alguns obstáculos que dificultaram o  
2121 cumprimento de seu cronograma de execução.

2122 Assim, em 2016, sob nova coordenação geral dentro da CPEA (SVDS), um novo  
2123 cronograma foi elaborado com a intenção de publicação até o final de 2016.

2124 Dessa forma, o PME A se desenvolverá em cinco momentos:

- 2125 • Ano de 2016 – Publicação;
- 2126 • Ano de 2017 – Reconhecimento de cenário e Início de implantação (projetos e ações  
2127 para 2017);
- 2128 • Ano de 2018 – Projetos e Ações para 2018;
- 2129 • Ano de 2019 – Projetos e Ações para 2018 e início da revisão e da adaptação do  
2130 PME A;
- 2131 • Ano de 2020 – Monitoramento, avaliação, revisão e adaptação do PME A.

2132

2133 Ressaltando que nos momentos de Reconhecimento de Cenário e Monitoramento, os  
2134 projetos e ações deverão continuar sendo executados.

2135

2136

## 2137 **11. AÇÕES FINAIS: Condicionantes para a implementação do PME A**

2138

2139 Como foi possível observar no Diagnóstico, o município de Campinas desenvolve várias  
2140 ações de Educação Ambiental. Entretanto, essas ações estão dispersas e não estão  
2141 recebendo a atenção e o apoio que merecem para desabrochar e gerar mais frutos.

2142 Para que essas ações recebam a atenção que merecem, esse Plano precisa se tornar  
2143 efetivo. Para que esse plano se torne efetivo, como foi possível observar ao longo desse  
2144 documento, é necessário o fortalecimento de três pilares que sustentarão todos os  
2145 programas, projetos e ações propostos. São eles: **Equipe, Articulação Institucional e**  
2146 **Infraestrutura.**

2147

2148

2149

## 2150 **11.1 Equipe**

2151

2152 Para que esse Plano atinja seus objetivos propostos, faz-se necessária a estruturação de  
2153 duas equipes: a **equipe gestora do PME A** e a **equipe da CPEA**.

2154 Entende-se por componentes da **Equipe do PME A**, os responsáveis designados pelos  
2155 programas para a execução das ações propostas.

2156 Em relação à equipe da CPEA, esta precisa de fortalecimento com a composição mínima  
2157 dos profissionais abaixo para pôr em prática o que o PME A determina:

- 2158 • 1 coordenador
- 2159 • 1 chefe de setor de projetos
- 2160 • 1 chefe de setor de educação ambiental
- 2161 • 3 agentes administrativos
- 2162 • 3 profissionais da área de educação
- 2163 • 4 profissionais da área de meio ambiente
- 2164 • 3 profissionais da área social (assistente social, sociólogo, educador social etc)
- 2165 • 3 profissionais da área de comunicação

2166

## 2167 **11.2 Articulação Institucional**

2168

2169 Sem articulação institucional, não se conseguirá tornar possível as ações propostas nesse  
2170 PME A. Por isso, é imprescindível que haja um fortalecimento das relações institucionais em  
2171 prol dessa ferramenta.

2172

## 2173 **11.3 Infraestrutura**

2174

2175 Sem ferramentas e locais adequados ao desenvolvimento de atividades de Educação  
2176 Ambiental, a concretização dos Programas, Projetos e Ações se torna inviável. Dessa  
2177 forma, faz-se necessário o empenho visando assegurar a disponibilidade de infraestrutura  
2178 adequada ao desenvolvimento das atividades.

2179

2180 **12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

2181

2182 AVANZI, Maria Rita; MALAGODI, Marco. Comunidades interpretativas. In: FERRARO, Luiz  
2183 Antonio (Org.) Encontros e caminhos: formação de educadores ambientais e coletivos  
2184 educadores. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

2185

2186 CARVALHO, Isabel C. Qual Educação Ambiental. Elementos para um debate sobre  
2187 educação ambiental popular e extensão rural. Revista Agroecologia e Desenvolvimento  
2188 Rural Sustentável. Volume 2. Número 2. Porto Alegre: 2001

2189

2190 DEMO, Pedro. Avaliação qualitativa. Coleção Polêmicas do nosso tempo; v. 25. 8º Edição.  
2191 Campinas: Autores Associados, 2005.

2192

2193 DEPRESBITERIS, Léa. Os diversos olhares da avaliação na educação ambiental -  
2194 fantasias de uma autora. In Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação. Brasília:  
2195 SEF/MEC, 2002.

2196

2197 FERRARO, Luiz Antonio (Org.) Encontros e caminhos: formação de educadores ambientais  
2198 e coletivos educadores. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

2199

2200 FOLADORI, Guilherme. Limites do desenvolvimento sustentável. Campinas: Editora  
2201 UNICAMP, 2001.

2202

2203 FREITAS, Luiz Carlos de. Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática.  
2204 Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico. 3º Edição. Campinas: Papyrus,  
2205 1995.

2206

2207 GUIMARÃES, Mauro. Educação Ambiental. Coleção Temas em Meio Ambiente. Duque de  
2208 Caxias: UNIGRANRIO Editora, 2000.

2209

- 2210 LAYRAGUES, Philippe Pomier & LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macro-tendências  
2211 político-pedagógicas da Educação Ambiental brasileira. In Revista Ambiente e Sociedade,  
2212 v.XVII, n.1. jan-mar,2014
- 2213
- 2214 LAYRAGUES, Philippe. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da  
2215 lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental.
- 2216
- 2217 LOUREIRO, F.; LAYRAGUES, P.; CASTRO, R. (Orgs.) Educação ambiental: repensando  
2218 o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002, 179-220.
- 2219
- 2220 MINAYO, Maria Cecília de Souza. Construção de Indicadores Qualitativos para Avaliação  
2221 de Mudanças. Revista Brasileira de Educação Médica 33. 2009. Disponível em  
2222 <http://www.scielo.br/pdf/rbem/v33s1/a09v33s1.pdf> - Acessado em: 20/04/2016
- 2223
- 2224 RIBEIRO, Vera Masagão (Coord.). Indicadores da qualidade na educação. In: Unicef,  
2225 PNUD, Inep-MEC. São Paulo: Ação Educativa, 2004. Disponível em:  
2226 [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce\\_indqua.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_indqua.pdf) - Acessado em:  
2227 20/04/2016
- 2228
- 2229 RISTOFF, Dilvo, I. Construindo o campo e a crítica: o debate. In: FREITAS, Luiz Carlos de.  
2230 (Org.) Avaliação: construindo o campo e a crítica. Florianópolis: Insular, 2002.
- 2231
- 2232 SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das  
2233 Emergências. Revista Crítica de Ciências Sociais, n.63, out.2007, p.237-280.
- 2234
- 2235 TONSO, Sandro; LUZ, Wagner Coelho da. Construção de indicadores e parâmetros de  
2236 educação ambiental crítica. Relatório Parcial nº1. Iniciação Científica – processo FAPESP  
2237 08/0806063-3, 2011.
- 2238
- 2239 VIANNA, Heraldo Marelin. Construindo o campo e a crítica: o debate. In: FREITAS, Luiz  
2240 Carlos de. (Org.). Avaliação: construindo o campo e a crítica. Florianópolis: Insular, 2002.

2241 TONSO, Sandro. LUZ, Wagner Coelho da. Uma educação socioambiental crítica no PAC:  
2242 construção de indicadores de avaliação. In: BAHIA, Secretaria do Meio Ambiente. Instituto  
2243 do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Na trilha com o educador: uma experiência de  
2244 educação ambiental no programa de aceleração do crescimento – PAC, Bahia – Salvador:  
2245 EGBA, 2015. 200p. – (Série Técnicas e Didáticas Ambientais)  
2246  
2247 GUIMARÃES, Mauro. *Educação Ambiental*. Coleção “Temas de Meio Ambiente”. Volume  
2248 1. Rio de Janeiro: UNIGRANRIO, 2000  
2249  
2250 FARIA, Caroline. PDCA (Plan, do, check, action).  
2251 <[http://www.infoescola.com/administracao\\_/pdca-plan-do-check-action/](http://www.infoescola.com/administracao_/pdca-plan-do-check-action/)> Acessado em  
2252 20/04/2016  
2253  
2254 SOARES, I., PINHO C., COUTO J. e MOREIRA, J., Decisões de Investimento - Análise  
2255 financeira de projectos. Lisboa: Edições Silabo, 2008.  
2256  
2257 LINDON D., LENDREVIE J., LÉVY J., DIONÍSIO P., RODRIGUES J., Mercator XXI Teoria  
2258 e prática do Marketing, 10.<sup>a</sup> edição, Lisboa: Dom Quixote, 2004.  
2259  
2260 NUNES J. e CAVIQUE L., Plano de marketing, estratégia em Acção, Lisboa: Dom Quixote,  
2261 2001. Vilhena, 2014.  
2262  
2263 SIMON, Herbert (1969). *The Sciences of the Artificial*. Cambridge: MIT Press.  
2264  
2265 MCKIM, Robert (1973). *Experiences in Visual Thinking*. Brooks/Cole Publishing Co.  
2266  
2267 Patnaik, Dev, "Forget Design Thinking and Try Hybrid Thinking", *Fast Company*, August 25,  
2268 2009. "...design thinking is any process that applies the methods of industrial designers to  
2269 problems beyond how a product should look. My mentor at Stanford, Rolf Faste, did more  
2270 than anyone to define the term and express the unique role that designers could play in  
2271 making pretty much everything."  
2272

2273 Brown, Tim. "The Making of a Design Thinker." Metropolis Oct. 2009: 60-62. Pg60: "David  
2274 Kelley... said that every time someone came to ask him about design, he found himself  
2275 inserting the word thinking to explain what it is that designers do. The term design thinking  
2276 stuck."  
2277  
2278 Cross, N (2011) Design Thinking: Understanding How Designers Think and Work, Berg,  
2279 Oxford and New York.  
2280  
2281 Cross, Nigel. "Designerly Ways of Knowing." Design Studies 3.4 (1982): 221-27.  
2282  
2283 JONES, Andrew (2008). The Innovation Acid Test. Axminster: Triarchy Press. p. 20.  
2284  
2285 ADLER, Isabel; LUCENA, Brenda; RUSSO, Beatriz, VIANNA, Maurício; VIANNA, Ysmar.  
2286 "Design Thinking: Inovações nos Negócio. 2011, MJV Press  
2287  
2288 BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2016. Comissão de Meio Ambiente e Qualidade  
2289 de Vida (COM-VIDA). [http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17456-comissao-de-meio-ambiente-](http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17456-comissao-de-meio-ambiente-e-qualidade-de-vida-com-vida-novo)  
2290 [e-qualidade-de-vida-com-vida-novo](http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17456-comissao-de-meio-ambiente-e-qualidade-de-vida-com-vida-novo). Acessado em 19/09/2016.  
2291  
2292  
2293 KITZMANN, D. Ambientalização de Espaços Educativos: Aproximações Conceituais e  
2294 Metodológicas. REVISTA ELETRÔNICA DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO. Volume 18.  
2295 Jan a Jun/2007.  
2296  
2297 Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e  
2298 Diversidade Formando Com-Vida Comissão do Meio Ambiente e Qualidade de Vida na  
2299 Escola : construindo Agenda 21 na Escola / Ministério da Educação, Ministério do Meio  
2300 Ambiente. – Brasília : MEC, Coordenação Geral de Educação Ambiental, 2004.  
2301

2302 ORSI, R.F.M. AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO NA  
2303 EDUCAÇÃO SUPERIOR. [http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq\\_pdf/291-0.pdf](http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/291-0.pdf). Acessado em  
2304 19/09/2016.

2305

2306 Como construir políticas públicas de educação ambiental para sociedades sustentáveis?  
2307 [livro eletrônico] / Organizadores Maria Henriqueta Andrade Raymundo, Thaís Brianezi,  
2308 Marcos Sorrentino. – São Carlos (SP): Diagrama Editorial, 2015.

2309

2310 MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Encontros e caminhos: formação de educadoras (es)  
2311 ambientais e coletivos educadores. Brasília 2005.

2312

## 2313 **13. ANEXO I**

### 2314 **13.1 Análise SWOT**

2315

2316 A Análise SWOT (ou Análise FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças -  
2317 em português) é uma ferramenta usada para fazer análise de cenário (ou análise de  
2318 ambiente). Ela pode ser empregada como base para gestão e planejamento estratégico de  
2319 planos, projetos e ações que se pretende executar.

2320 Ela visa a efetuar uma síntese das análises internas e externas de cenário, identificar  
2321 elementos para a gestão, preparar opções estratégicas (riscos ou problemas a resolver) e  
2322 compreender melhor o diagnóstico do seu objeto de análise.

2323 Além disso, ela fortalece os pontos positivos, indica quais os pontos devem melhorar,  
2324 mostra as chances de crescimento, aumentando as oportunidades e deixa em alerta diante  
2325 de riscos.

2326

2327 A análise de uma matriz SWOT pode obter um dos seguintes cenários:

2328

#### 2329 • **SOBREVIVÊNCIA**

2330 Fraquezas + Ameaças = Sobrevivência

2331 Para este cenário, as estratégias adotadas devem minimizar ou ultrapassar os  
2332 pontos fracos e, tanto quanto possível, fazer face às ameaças.

#### 2333 • **MANUTENÇÃO**

2334 Forças + Ameaças = Manutenção

2335 Para este cenário, a estratégia é obter o melhor benefício dos pontos fortes para  
2336 minimizar os efeitos das ameaças detectadas.

#### 2337 • **CRESCIMENTO**

2338 Fraquezas + Oportunidades = Crescimento

2339 Para este cenário, a estratégia é desenvolver estratégias que minimizem os efeitos  
2340 negativos dos pontos fracos e que, simultaneamente, aproveitem as oportunidades  
2341 detectadas.

#### 2342 • **DESENVOLVIMENTO**

2343 Forças + Oportunidades = Desenvolvimento

2344 Para este cenário, a estratégia é obter o melhor benefício dos pontos fortes para  
2345 aproveitar, ao máximo, as oportunidades detectadas.

2346

2347 A análise se complementa com a ponderação de cada situação identificada, de forma a  
2348 reconhecer o impacto (elevado, médio e fraco) que os fatores podem ter no processo e a  
2349 tendência (melhorar, manter e piorar) futura que esses fatores têm no processo.

2350 A aplicação da Análise SWOT, em um processo de planejamento, pode representar um  
2351 impulso para a mudança cultural da(s) instituição(ões) ou do processo de elaboração e  
2352 implantação do Plano Municipal de Educação Ambiental.

2353

2354



2355

2356 *Figura 20 - Modelo Conceitual da matriz de análise SWOT*

2357

2358

2359

2360

## 2361 13.2 O Método PCDA

2362

### 2363 13.2.1.1 O método PDCA

2364

2365 O método PDCA, do inglês *Plan, Do, Check, Action*, foi criado na década de 20 por Walter  
2366 A. Shewart. Esse método, também conhecido como “Ciclo de Deming”, é uma das primeiras  
2367 ferramentas de gestão da qualidade (ou ferramentas gerenciais) e permite o controle do  
2368 processo em questão.

2369 Abaixo, segue uma breve explicação sobre cada etapa do ciclo:

2370

2371 • **PLAN:** (Planejar) é o primeiro passo para a aplicação do PDCA. Ele faz referência ao  
2372 estabelecimento de um plano ou um planejamento que deverá ser estabelecido com  
2373 base nas diretrizes ou políticas que se pretende seguir.

2374 No caso do Programa de Monitoramento, faz-se necessário que os projetos e/ou  
2375 ações desenvolvidos no âmbito da educação ambiental sejam previamente  
2376 planejados, principalmente quando se trata da esfera formal. No caso da esfera não-  
2377 formal e/ou informal, o planejamento pode ocorrer de maneira simultânea ao  
2378 desenvolvimento da atividade. Porém, o mais importante é que ele possua um  
2379 direcionamento, ou seja, não seja uma ação sem produção de significados ou  
2380 identificação.

2381

2382 • **DO:** (Fazer) o Realizar é a segunda etapa a ser cumprida no desenvolvimento de uma  
2383 atividade de educação ambiental. Simultaneamente ao desenvolvimento das ações, o  
2384 monitoramento dessas estará presente interagindo com as vivências de produção de  
2385 conhecimento que as atividades estão mediando. É por meio do FAZER que as  
2386 atividades serão concretizadas.

2387

2388 • **CHECK:** (Verificar) a verificação constante do que se propõe executar é a etapa mais  
2389 latente do programa de monitoramento e avaliação. Além da verificação dos frutos  
2390 oriundos das vivências, é necessário o monitoramento constante das estratégias  
2391 traçadas no PMEA nos três outros programas. É neste momento que as análises  
2392 estatísticas dos dados e verificação dos itens de controle são realizados. Nesta fase,

2393 podem ser detectados erros ou falhas, fazendo disso uma excelente ferramenta de  
2394 gestão de qualidade das atividades desenvolvidas e dos projetos planejados.

2395 No caso das atividades de educação ambiental, o “check” poderá ser dividido em duas  
2396 funções:

2397 ○ A primeira poderá ser usada para **cada atividade individualmente**: as  
2398 atividades poderão ser monitoradas antes, durante e após sua execução, por  
2399 meio de todos os participantes, **de forma coletiva**, para revisão de ações e  
2400 entendimento do processo de aprendizagem, assim como a reflexão sobre os  
2401 frutos gerados;

2402 ○ A segunda poderá ser usada **no conjunto das atividades, no planejamento**  
2403 **estratégico anual**: todos os anos, aconselha-se que os atores sociais façam  
2404 um planejamento de como se pretende desenvolver as atividades de  
2405 educação ambiental no município. É importante pensar em quais serão elas,  
2406 quem serão as pessoas que dela participarão etc. Neste momento de “check”  
2407 global, é importante fazer uso de indicadores quantitativos para poder elencar  
2408 quantas pessoas foram assistidas, quantas atividades foram realizadas, quais  
2409 assuntos/temáticas abordadas etc. Nessa função, pode-se fazer o uso dos  
2410 **INDICADORES** abaixo:

- 2411 ○ Data da atividade;
- 2412 ○ Duração (em horas) da atividade;
- 2413 ○ Instituições participantes;
- 2414 ○ Faixa etária participante;
- 2415 ○ Quantidade de participantes;
- 2416 ○ Local da atividade;
- 2417 ○ Temáticas abordadas;
- 2418 ○ Produtos originários da participação da atividade;
- 2419 ○ Desenvolvimento coletivo do PDCA (Sim ou Não);

- 2420
- 2421 ● **ACT** ou **ACTION**: (Ação) é a última fase do PDCA. É nesta fase que são realizadas  
2422 as ações corretivas, ou seja, a correção das falhas encontradas no passo anterior. No  
2423 caso no PMEA, há um prazo para a sua revisão. Durante essa releitura, faz-se  
2424 necessário reparar os erros e falhas diagnosticados durante o processo de verificação  
2425 para que as atividades de educação ambiental possam continuar cumprindo sua

2426 missão de maneira sustentável. Por isso, é de fundamental importância a presença  
2427 de um gestor exclusivo para o plano.  
2428

### 2429 **13.3 O método Design Thinking**<sup>12</sup>

2430

2431 Design Thinking pode ser entendido como o conjunto de métodos e processos relacionados  
2432 à aquisição de informações, análise de conhecimento e propostas de soluções.

2433 Ele pode ser considerado como a capacidade para combinar empatia em um contexto de  
2434 um problema, de forma a colocar as pessoas no centro do desenvolvimento de um projeto;  
2435 criatividade para geração de soluções e razão para analisar e adaptar as soluções para o  
2436 contexto, buscando diversos ângulos e perspectivas para solução de problemas,  
2437 priorizando o trabalho colaborativo em equipes multidisciplinares em busca de soluções  
2438 inovadoras.

2439 O Design Thinking propõe que um novo olhar seja adotado ao se endereçar problemas  
2440 complexos, um ponto de vista mais empático que permita colocar as pessoas no centro do  
2441 desenvolvimento de um projeto e gerar resultados que são mais desejáveis para elas, mas  
2442 que ao mesmo tempo financeiramente interessantes e tecnicamente possíveis de serem  
2443 transformados em realidade.

2444 Ele pode ser dividido, mas não sequenciado, em:

- 2445 • **Imersão preliminar:** quando há a aproximação de um problema, a partir das mais  
2446 diversas perspectivas e pontos de vistas;
- 2447 • **Imersão em profundidade:** ela tem seu início com um Projeto de Pesquisa, seguindo  
2448 de uma exploração do contexto do problema. A partir dos dados coletados, criam-se  
2449 reflexões e entendimentos. A partir disso, tem-se insumos para a etapa de análise e  
2450 síntese;
- 2451 • **Análise e síntese:** nessa etapa, as informações coletadas na fase de imersão são  
2452 submetidas a uma fase de análise e síntese, de forma a serem organizadas,  
2453 possibilitando a identificação de grupos de opiniões e problemáticas em comum, dentro  
2454 de uma lógica que permita a compreensão dos problemas em questão;
- 2455 • **Ideação:** esta é a fase em que se compreende para quem o plano será direcionado.  
2456 Nessa fase, além da equipe multidisciplinar envolvida em todo o projeto, outros sujeitos  
2457 são incluídos como interlocutores, de forma a obter várias perspectivas e um resultado  
2458 mais rico e diverso. No PMEIA, por exemplo, essa foi a fase das oficinas

---

12 [https://pt.wikipedia.org/wiki/Design\\_thinking](https://pt.wikipedia.org/wiki/Design_thinking) - Consultado em setembro/2016

- 2459 • **Prototipação:** este é o momento em que as ideias ganham conteúdo formal e material,  
2460 de forma a representar a realidade capturada e propiciar a validação de todo o conteúdo  
2461 apreendido. Neste documento, a escrita do PMEA corresponde à criação do protótipo  
2462 final.